

OS OLHARES SOBRE O RIO GRANDE DO SUL(*)

Gervásio Rodrigo Neves

. Introdução

I. Os olhares sobre o espaço

II. O olhar sobre a natureza

- . As grandes regiões do Rio Grande do Sul
- . A estética das paisagens

III. O olhar sobre o antagonismo

IV. O atento olhar sobre o movimento

- . Os contatos
 - Os contatos espetaculares
 - O encontro nas terras úmidas: as várzeas
 - A conquista agrícola das “coxilhas”

V. O olhar sobre o futuro

VI. Notas e referências

(*) — Apresentado em 23 de junho de 1993, no ato de posse de membro efetivo do IHGRS.

I OS OLHARES SOBRE O ESPAÇO

Por mais que se discuta os fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia (1), eles só se mostram pela sua produção. A geografia é explícita ou implicitamente a concretização de múltiplas determinações — individuais e sociais — sobre o olhar (2), conseqüentemente sobre a leitura, a percepção, a decodificação dos espaços e dos lugares.

A expressão geografia é o que os geógrafos fazem (3) é — discutivelmente — o mais rico dos conceitos de Geografia. A Geografia é a produção intelectual dos indivíduos, eles mesmos produtos inelutáveis da sua sociedade, da sua história, da sua cultura que sempre é a cultura de seu grupo de convivência (4).

Os textos “geográficos” sul-rio-grandenses do século XIX e início deste não ultrapassam a estrutura e o conteúdo de relatos de viagens. Eles são inventários. Refiro-me a “geografia” do olhar ambicioso aos negócios e oportunidades (5), que resultam em observações econômicas, políticas e até pitorescas (6).

A geografia não é o relato das coisas vistas pelos viajantes mais ou menos competentes. Ela não deriva do relato. Ela é produto da observação, da decodificação e principalmente da reflexão sobre o poder criativo dos homens e indivíduos na modelagem ou idealização de seus espaços.

A partir dessas observações — que certamente não fogem das controvérsias — tomo três momentos da sociedade, três obras, três abordagens sobre o espaço sul-rio-grandense. São as geografias que os geógrafos fizeram, os olhares que alcançaram os diferentes espaços; os olhares que decodificaram e selecionaram o significado da diversidade. Eles seguiram o conselho de Fernando Braudel, antes mesmo de sua formulação: “Antes de tudo descrever, ver e fazer ver” (7).

Faço aqui uma leitura de três obras com autores com quem tive algum contato pessoal em diferentes momentos da minha vida, o que faz com que eu também tenha olhares sobre eles e os seus tempos.

Retomo os olhares de Balduino Rambo, Nilo Bernardes e Raymond Pébayle que olharam os espaços (rurais) do Rio Grande do Sul, onde “o que se vê é apenas um momento da vida das campanhas rio-grandenses” (8).

Os autores, cada um a seu tempo, descreveram, viram e fizeram ver os seus espaços, os territórios das suas inquietações, os seus lugares, mesmo que temporários.

Não posso deixar de registrar minhas emoções sobre este território, diversificado, criador de limites; fazedor de fronteiras, muito mais fronteiras do que falam os juristas (9), fronteiras do cotidiano que se mantém na sombra pela ausência de uma ativa geografia que está a pedir para ver e se fazer ver.

Vejamos o que foi visto, sem a arrogância "das manipulações técnicas, objetivando o pragmático e, às vezes, o terapêutico" (10). Vejamos as emoções aflorarem diante de uma territorialidade vaidosa que, pela sua diversidade, quer se mostrar.

Vejamos os múltiplos olhares sobre os espaços olhados.

II O OLHAR SOBRE A NATUREZA

Além dos historiadores e dos geógrafos a Geografia do Rio Grande do Sul, até meados deste século, foi também construída pelos escritores. É na literatura onde é elaborada uma geografia humana e regional, no bojo de uma profunda crise nas atividades pastoris, vista com diferentes olhos e sentimentos (1). A inteligência e a intelectualidade sul-rio-grandense - gerada no campo e detentora de todos os poderes (2) - é a porta voz da nostalgia e da decadência, das ideologias da querência (3). A sua manifestação é literária, romântica, elevando ao "absoluto o testemunho e as testemunhas... O panorama da sociedade que os rodeia." (4).

Não é por acaso que esse sentimento de perda produzido pelas crises geste forças políticas antagônicas preparando inconsciente ou conscientemente a presença do Rio Grande do Sul no centro do poder nacional, na década de trinta, como observou Ligia Leite em "Literatura e Modernismo". (5)

A literatura exerceu um significativo papel ao descrever as relações dos indivíduos com a sociedade, com seu tempo, sua história, o seu ambiente. Certamente encontram-se muitas e belas geografias na literatura do Rio Grande do Sul a espera de geógrafos (6).

É isolado desse mundo artístico e político - na solidão do sacerdócio e do magistério - que Balduino Rambo realiza as suas observações na natureza sul rio-grandense, não como poeta bucólico, (7), mas como observador científico, dentro das limitações do meio cultural em que convivia (8).

A primeira síntese geográfica "moderna" do Rio Grande do Sul foi produzida por um naturalista especializado em botânica; Balduino Rambo, autor da "Fisionomia do Rio Grande do Sul" (9). Rambo tem dúvidas na definição do objeto de seu trabalho, dividido entre a sua missão religiosa, o fascínio pela natureza e as suas concepções ideológicas (10). Seu objeto é "delinear os fundamentos físicos da nascente cultura riograndense" (11), como explica no prólogo da segunda edição (1956). É verdade que este objeto fica obscuro.

A relação natureza-sociedade-cultura na obra de Balduino Rambo, é superficial, sem a força ratzeliana (12), pois como registra o autor "cabe a uma futura geografia humana completa seguir pelos múltiplos caminhos que deram ao Rio Grande do Sul o aspecto humano que ora tem" (13).

No mesmo prólogo de 1956 o objetivo era bem mais modesto: “construir uma base geral para as aulas de história natural e etnografia e para as pesquisas de botânica” (14). Em 1956 adotou uma vaga concepção teórica do determinismo sem qualquer procura pela relação de causalidade entre os fatos sociais, a organização do espaço, e a natureza. (15).

Na “Fisionomia” Balduino Rambo descreve as paisagens sul-riograndenses segundo “o método científico (16), os procedimentos didáticos (17) e a estética” (18) (Prólogo, 1ª edição, 1942).

A formação científica incompleta de Rambo será determinante no traçado de seus limites. O naturalista (botânico) é certamente dominado pelo observador sensível que vê a planta e a paisagem — observa e elabora em escalas distintas; que contrariado, sistematiza as espécies, mas se extasia com a beleza das formas, cores e movimentos dos espaços naturais sul-rio-grandenses. A obra revela a relação íntima entre o cientista (condicionado ao rigor das taxinomias e as classificações) e o poeta, solto e solitário (19).

Limitado pela sua formação intelectual (20) faz referência a alguns poucos geógrafos (21); desdenha a análise e a representação cartográfica (22) e não consegue ultrapassar a concepção restrita do “geógrafo físico” (23). Nenhuma dessas críticas invalida o valor da obra de um geógrafo solitário, que viveu num momento histórico de limitada cultura científica. Ele é um excelente revelador das paisagens naturais com aguda percepção de alguns fatos fundamentais da natureza sul-rio-grandense que somente muito mais tarde serão retomados através de novos estudos científicos. A ele cabe a percepção dos efeitos das condições climáticas secas passadas na formação das atuais paisagens; a percepção do avanço das florestas sobre as áreas campestres e a importância das imagens obtidas por sensores remotos à análise e interpretação das paisagens (24).

Balduino Rambo foi em tudo um precursor, isolado e solitário, meu professor de etnografia e etnologia na então Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Rio Grande do Sul. Durante suas aulas jamais citou a sua “Fisionomia”, e o que é mais importante, não criou escola. Não formou discípulos. Este é um desses acontecimentos da História, onde o indivíduo criou o mundo e, possivelmente no êxtase de seu próprio gozo, não compartilhou na formação de seguidores ou, o que é tragicamente humano, a censura apagou a sua chama.

A “Fisionomia” é a primeira síntese geográfica do Rio Grande do Sul, cujos elementos de estruturação das paisagens são os fatores naturais. O autor não se propõe a fazer um arrolamento sistemático pois”... A sistemática atual dá cada vez mais no beco-sem-saída de fórmulas e da descrição meramente externa “(25). Razão pela qual Rambo vai buscar na geologia as bases para a explicação da esculturação da fisionomia das paisagens sul-rio-grandense.

AS GRANDES REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL

Balduino Rambo segue um modelo simples para a definição da “fisionomia natural das regiões”. Parte dos dados geográficos: orografia (orientação e amplitude do relevo) e hidrografia (rede de drenagem), acrescidos de dados gerais

sobre a posição, a forma e a delimitação administrativa do território. As regiões são pré-definidas (26).

Rambo é um alemão (27) e sua geografia é basicamente influenciada por Alfred Hettner (28) que define a geografia como ciência que estuda a "diferenciação de áreas", cujo caráter singular - de cada uma delas - "adviria da particular forma de interrelações dos fenômenos aí existentes" (29). Possivelmente Rambo tomou conhecimento da obra do discípulo de Hettner: Richard Hartshorne, cujo preâmbulo das "Questão sobre a natureza da Geografia" (1939) tem muita afinidade com a sua prática científica. Ambos consideram a forma anti-sistemática com a singularidade da análise geográfica" (30). As regiões em Rambo são pré-definidas porque são construídas e onde a "área é um instrumento de análise", construída no processo de investigação.

Aí mais um pioneirismo de Balduino Rambo, a sua orientação teórico-metodológica, possivelmente transmitida por Siegfried Passarge, único geógrafo da escola de Hettner citado na "Fisionomia" (31)

A orografia (o relevo) e a hidrografia (a rede de drenagem) constituem os elementos iniciais de sua análise como se, a partir de cartas topográficas e da rede hidrográfica, definisse as bases para a delimitação regional. Curiosamente Balduino não utiliza mapas sistemáticos no seu texto e nem faz referência ao material cartográfico então disponível (32)

A configuração do relevo é explicada pela "formação geohistórica" isto é, pela estrutura geológica, constituída pelas formações litológicas e os movimentos tectônicos. A esse conjunto explicativo do relevo o autor acrescenta a análise dos "processos de transformação" ou os completos processos de decomposição química e desagregação das rochas (meteorização) e o transporte dos detritos nas vertentes (os sistemas erosivos). É nesse momento do processo descritivo das regiões fisionômicas do Rio Grande do Sul que o autor manifesta a sua modernidade, segundo a escola de geomorfologia germânica representada por Siegfried Passarge (33), único geomorfólogo referenciado em sua bibliografia, fazendo com que as bases de sua análise sejam "mais geológicas e naturalistas" do que geográficas". Esses conceitos, então modernos, serão posteriormente revistos por Jean Tricard (34), Grigoryev (35) e, no Brasil, por Aziz Nacib Ab' Saber (36) e Bigarella (37).

O autor não utiliza na análise de cada região fisionômica os elementos climáticos e a pedogênese. Curiosamente passa também diretamente à cobertura vegetal como produto das múltiplas combinações dos elementos naturais para criar - no conjunto de cada região - as paisagens (resultantes de concorrências dos fatores naturais), sob unidades das suas grandes regiões naturais (estruturais)(38).

O modelo analítico utilizado por Balduino Rambo é clássico na definição das regiões naturais, vigente na época de sua elaboração.

A ênfase dada pelo autor ao significado da cobertura vegetal não resulta somente de sua formação de botânico, mas de uma concepção de Ratzel que Ram-

bo não cita, segundo a qual “A geografia humana (do homem) não poderá ter uma sólida base científica se não colocar como pedra angular de seu fundamento a lei geral que regula a difusão de toda a vida orgânica sobre a terra” (39).

No trabalho de Rambo as “regiões fisionômicas”, pré-definidas, correspondem às grandes estruturas geológicas (40) (Quadro I).

QUADRO I REGIÕES NATURAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Designação de Rambo	Estrutura Geológicas	Regiões Naturais
1. Litoral	Planície Costeira	Litoral
2. Serra do Sudeste	Escudo Cristalino	Serra do Sudeste
3. Campanha (Sudeste)	Superfície de Erosão	Campanha
4. Depressão Central	Bacia Sedimentar	Depressão Central
5. Planalto	Basalto - riolítico	1. Planalto 2. Escarpas do Planalto

Os estudos dessas regiões fisionômicas, fisiográficas, ou naturais terão continuidade, com algumas alterações de detalhes, nos trabalhos subseqüentes de Nogueira — 1948 (41); Chebataroff - 1951 (42); Muller Filho - 1970 (43) e IBGE - 1986 (44). Permanência explicada pelas grandes estruturas geológicas que construíram as grandes linhas de relevo e das paisagens do Rio Grande do Sul.

Dos grandes conjuntos (regiões naturais) Rambo retorna às características específicas e, depois, volta-se às “paisagens”, seguindo o modelo de Hartschorne.

As observações de campo de Balduino Rambo e a divulgação da “Fisionomia” se fazem numa época histórica na qual o poder hegemônico no Rio Grande do Sul está nas mãos dos donos dos campos, onde a colonização teuta e italiana fora guiada, segundo o autor, por dois motivos de ordem fisiográfica: o baluarte empinado do planalto e a **existência de terras de lavoura** ... mais tarde ... (a colonização) derramou-se pelo planalto central e pelo vale do Uruguai, **atrafada pela mata virgem** ... (45).

A paisagem, em Balduino Rambo, tem esse imenso poder de atrair multidoões...

Mais tarde, Nilo Bernades, examinará essa questão, enfocada de forma tão determinista - o radicalismo negado por Ratzel - por Balduino Rambo.

Além do forte determinismo (produto da escola germânica de geografia), Balduino Rambo registra sua plena assimilação quando diz “... as paisagens da campanha; **mais do que em qualquer** outra parte do Estado nelas encontramos o elemento psicológico que caracteriza o homem riograndense: o amor aos grandes espaços, impulso da liberdade, da independência e da conquista (47). Para Rambo, “A campanha vale o sangue generoso que por ela se verteu... “(48), ou é “o berço fecundo dos homens e das idéias, determinando a fisionomia política do Rio Grande do Sul”.

O mais alemão de todos os jesuítas brasileiros ... respondia também a uma necessidade do Estado (49).

Foi cooptado pela ideologia do poder dominante. Adotou uma orientação determinista em prejuízo de uma severa crítica à razão da "localização dos colonos".

Rambo foge da "colônia", do trabalho agrícola. Este rompimento não é total. O cordão umbilical é a natureza, e se realiza na conjunção da ciência e da beleza.

A ESTÉTICA DAS PAISAGENS

Em "O campo e a cidade" (50) encontro a observação: "... o bucólico, com seu significado originariamente preciso, estava sofrendo ... uma transformação extraordinária. Seu componente mais sério era uma atenção intensa e renovada para a beleza natural, porém trata-se agora da natureza da observação - a do cientista ou do turista - e não a do camponês que trabalha" (50). Esse é Balduino Rambo.

Na obra de Balduino Rambo está presente o ambiente bucólico transformado que vê "o conteúdo objetivo da paisagem tenta investigar e exprimir os processos psicológicos, que a natureza necessariamente provoca no homem de psicologia, acessível ao belo em todas as suas formas" (52).

O trabalho, nas paisagens de Rambo, está ausente. A natureza entretanto explode em esplendores com suas "Paisagens amenas ... e grandiosamente belas" (53).

A grande contribuição e inovação da "Fisionomia" é a introdução da estética na análise das paisagens (Quadro II). Nisso Rambo é absolutamente pioneiro. Esta é, entretanto, a contribuição menos analisada na obra do autor, apesar de sua explosiva riqueza. Um campo que os geógrafos não se atreveram a penetrar, face a ilusão do cientificismo, como se a ciência não fosse também acalentada pelo belo e pelas emoções.

Esse aspecto da obra de Rambo vem sendo negligenciado como produto de uma postura segundo a qual "a ciência voltou as costas ao mundo dos sentidos, o mundo das paixões e desejos, o mundo que vemos e percebemos" (54).

Para Balduino Rambo, "o belo na paisagem não é senão a expressão do parentesco íntimo do espírito humano com o mundo que o rodeia, e com o criador que está acima dele" (55) o que o aproximada Teilhard de Chardin (56).

QUADRO II
PAISAGENS DO RIO GRANDE DO SUL
(CLASSIFICAÇÃO ESTÉTICA)

CLASSIFICAÇÃO	ELEMENTOS	IDENTIFICAÇÃO
1. Amenamente belas		
1.1. Riqueza das formas	Feições geomorfológicas; Estrutura fitogeográfica; Sistema hídrico.	Rio Taquari médio (entre Estrela e Roca Sales; Cruzeiro do Sul - Lajeado - Arroio do Meio)
1.2. Harmonia de linhas	Rios, estradas	Vale do Jacuí
1.3. Harmonia dos Agrupamentos	Planalto, pinhais	Vegetação, Pinheirais
1.4. Harmonia das Cores	Planície costeira; Planalto Lagoa dos Patos; Laguna do Guafba (1).	Litoral médio; região de Ijuí. Nascer e por do Sol no Guafba
1.5. Pontos de descanso	Parques, Tabuleiros areníticos Margens do Guafba; vale do Jacuí Central.	Campanha, Delta do Jacuí, vale do Jacuí
1.6. Harmonia dos Contastes	Tabuleiros	Campanha, encostas
2. Belo grandioso		
2.1. Grandiosidade dos movimentos	Geomorfológicos e climáticos	Queda do Jacuí, Estreito de Marcelino Ramos, Salto do Mucunã; Tempestades da primavera
2.2. Grandiosidade do descanso	Áreas campestres Planície Costeira	Campanha, Campos centrais de Cruz Alta, São Francisco de Paula, Parte média do litoral,
2.3. Grandiosidade das recordações históricas	Construções humanas	Reduções jesuíticas
2.4. Grandiosidade do saber natural	Geologia, petrografia, botânica, zoologia	“O parentesco íntimo do espírito humano com o mundo que o rodeia, e com o Criador...”

Fonte: Rambo, B. Ob. cit., 1954, 2ª Edição. páginas 424 a 443.

A precisão e a beleza das descrições das paisagens por Balduino Rambo eclipsam seus fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos. Procurando-os, ainda que superficialmente, constata-se a aproximação entre o projeto de Rambo e o de Teilhard de Chardin. Vejamos as razões da afirmativa. Escreve Rambo: "Meu propósito ... (é) mostrar em resumo a Revelação de Deus na Natureza (57). Venho juntando ... material para uma espécie de, não diria Filosofia Natural, mas visão global da Natureza, algo assim como um cosmo cristão ... (58). Elaborar uma "ciência cristã e sua completa síntese" (é) "a missão da minha vida" (59).

A aproximação com Chardin encontra-se na crítica à análise, como elementos para "despersonalizar (ou impessoalizar) o que mais admira" (60) e pela ênfase ao "fenômeno cristão" (61). O afastamento não é ignorado. A "Cosmo Visão" de Rambo é diferenciada do "Fenômeno Humano" de Teilhard de Chardin.

A par desse projeto - certamente ambicioso - Balduino Rambo é um inovador isolado e solitário na Geografia, superando quadros de referências obtidos junto aos geógrafos alemães, o que demonstra sua capacidade criativa, limitada pelas pesadas sombras de suas circunstâncias.

III O OLHAR SOBRE O ANTAGONISMO

Enquanto Balduino Rambo procura, no início da década de quarenta, "os fundamentos físicos da nascente cultura rio-grandense" (1), Nilo Bernardes, na tese para a cátedra no Colégio Pedro II, (só defendida em 1963, mas concluída em 1955): "Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul" (2), busca desvendar as razões da "persistência de dois grandes conjuntos geográficos: o das antigas matas e o dos campos" (3); não que a distinção entre essas paisagens seja específica do Rio Grande do Sul, pois ela está esboçada em todo o Brasil, mas porque "é aqui, no Rio Grande, onde a questão se coloca com mais rigidez, quer pela distribuição espacial, quer pela intensidade dos contrastes" (4).

Esse é um problema crucial na geografia do Rio Grande do Sul.

O autor inicia sua investigação pela análise dos dados demográficos e sua representação cartográfica. Constata que, em 1950 (5), os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo — então incorporados à Região Sul (6) — já haviam completado seu processo de povoamento. Entretanto, o Rio Grande do Sul possuía uma densidade média bruta de 9,72 habitantes rurais/km², enquanto São Paulo atingia 17,46 habitantes rurais/km² (7).

O território do Rio Grande do Sul revelava e ainda revela brutais contrastes demográficos (8). Analisando a distribuição espacial (com o uso de cartogramas de densidades demográficas), o autor constata que "as regiões mais povoadas, via de regra, distinguem-se das demais por não existirem graduações suaves correspondentes a zona de transição (o grifo é meu), acrescentando que "... encontramos diversas cidades de mais de 10.000 habitantes como que ilhadas em zonas nas quais a população rural é bem escassa ..." (9).

Pergunta Nilo Bernardes: “Que fatores teriam conduzido a estas diferenças tão bem refletidas na distribuição da população ? — Não é de se crer, à primeira vista, que os arranjos demográficos ... resultassem no quadro atual, fruto simplesmente de sua evolução histórica submetida ao sabor das circunstâncias ...”(10). Certamente conjugam-se os fatores físicos e culturais, para dar a resultante social e econômica do Rio Grande do Sul, mas em que proporções?”(11).

A análise de Nilo Bernardes volta-se para o estudo do relevo⁽¹²⁾ comparativamente às densidades demográficas onde constata que “ao lado de áreas bastante povoadas, encontram-se outras de escassos habitantes ... O que maior surpresa causa ... é o fato de que a população mais densa se localiza na encosta, desprezando, (o grifo é meu) muitas vezes, melhores condições topográficas a poucos quilômetros mais acima”(13). Depois, o autor analisa o clima ao qual “... é com freqüência atribuído o êxito do povoamento de origem européia ... o caráter laborioso de sua população, seu espírito de empresa etc...”(14). Conclui, entretanto, que nem o relevo, nem o clima “... parecem ter exercido influência direta sobre o povoamento, limitando-o ou facilitando-o, nesta ou naquela região”(15).

Ao examinar a vegetação registra: “... em poucas regiões do Brasil pode-se traçar um limite linear entre as paisagens como é possível fazer a qualquer momento em pontos diversos do território rio-grandense”, concluindo que “As repentinas mudanças de paisagens culturais que se assinalam coincidem, na verdade, com os limites das zona de matos com o campo”(16).

Assim a vegetação primitiva é a determinante da localização de duas paisagens distintas, mas não é determinante da sociedade, cujas leis não são as da natureza. A vegetação, como natureza, é produto — tal como o manto de intemperismo — da combinação do balanço energético com a quantidade de água⁽¹⁷⁾, explicáveis pela configuração e posição do relevo e pela posição em relação as rotas de passagens das massas de ar. Essa combinação determina a vegetação⁽¹⁸⁾, mas ela não escolhe ou seleciona os homens, nem os seus destinos.

Tendo como marco as duas grandes paisagens vegetais, Nilo Bernardes vai à procura dos itinerários dos homens que as povoaram. Aí ele penetra na História do povoamento, no qual duas correntes são dominantes: a daquele, que vem explorar a riqueza das vacarias e, portanto ocupa todos os campos, através de sesmarias, datas e pela posse pura e simples. Esses homens conquistam o poder de forma absoluta desde 1737 até a metade do século XX. Dos luso-brasileiros são os campos. As matas são absolutamente marginais na medida em que não são a base material à produção pecuária.

Para elas são orientadas e convergem outras correntes de povoamento. As áreas florestais, localizadas nos espaços de maior energia do relevo, são entregues à colonização por imigrantes a partir de 1824. Esse novo grupo, expulso de uma Europa em profunda transformação, vai se constituir num modelo particular de agricultura em pleno domínio da sociedade escravagista. A mata é toda deles. Utilizam inconscientemente a “tradição luso-brasileira de que a agricultura só seria proveitosa na mata”(19). Avizinham-se duas culturas absolutamente

antagônicas, da língua à base produtiva. Em tudo essas duas culturas (civilizações) se opõem os que detêm e os que não detêm o poder, que se diferenciam pela ...” maneira de nascer, de viver, de amar, de se casar, de pensar, de crer, de rir, de se alimentar, de se vestir, de construir suas casas e de reunir seus campos, de se comportar uns com os outros”(20).

As conseqüências são plenas de símbolos. “O fazendeiro rio-grandense, em geral, não admite senão que seus campos se destinem a criar gado e tentar desenvolver qualquer outra atividade, na região significa deslustrar o seu passado e malbaratar o espaço de suas campinas”(21). Por outro lado, a expansão do povoamento na mata durante mais de um século, cristalizou na mentalidade dos colonos, como dos fazendeiros, que cultivar os campos é obra hercúlea ou tarefa impossível. Assim, os fatores culturais são responsáveis pela manutenção dessa dissociação rígida entre a atividade agrícola e a pastoril...”(22)

Os limites rígidos foram definidos pelas sociedades nas quais o fazendeiro, herdeiro da tradição pastoril do fim do Brasil Colônia e de todo o conteúdo social que ela implica, sempre considerou os imigrantes e seus descendentes como indivíduos que devessem desbravar as matas e não se radicar como intrusos, em seus domínios. Não se trata, como assinala Nilo Bernardes, de uma incompatibilidade étnica, pois “mais do que o imigrante, o que o luso-brasileiro via no europeu recém chegado era o agricultor, para quem não havia mais terras de campos onde se estabelecer; e ele não poderia vir roubar, com suas lavou-
ras, o espaço destinado ao gado”. “... O Colono, por sua vez, passou a considerar o campo impróprio para seus labores...”(23)

Essas duas sociedades só se encontram — na época do trabalho de Nilo Bernardes — em algumas cidades(24) e nas várzeas rizicultoras, curiosamente ausentes do seu texto(25). No espaço rural as duas sociedades permanecem impermeáveis, apesar da previsão de Delgado de Carvalho, (1909): “... mais les jours de cette delimitation si tranchée sont comptés, car la culture des champs est à l'ordre du jour dans tout le Rio Grande”(26)

Conclui Nilo Bernardes que “A permanência desta separação tão rígida das duas formas econômicas, não foi a imposição dos fatores naturais, mas sim a **persistência da tradição cultural**: um conformismo condicionado pelo ambiente geográfico diverso e não uma forma de determinismo”(27).

Essa rigidez da sociedade pastoril que Nilo Bernardes descreve e vê na distribuição geográfica da população em 1950, já apresentava visíveis e trágicos sinais de transformações registradas pela literatura regional que se constituiu — durante um longo período — na nossa mais pura e aberta geografia. Os “colonos” permaneceram em silêncio. Eles perderam a história(28) e reconstruíam uma nova. Só os donos do poder podiam escrever a sua história e a sua geografia. Aos subordinados restava o silêncio e as penosas marchas de conquista de novas terras de matos, possibilidade que se esgota na década dos oitenta, quando ficam bloqueadas as aberturas de novas frentes de povoamento(29), pelo menos dentro dos espaços ecologicamente viáveis(30).

O quadro antagônico campo x mata — será, parcialmente, rompido segundo as previsões de Delgado de Carvalho. Caberá a outro geógrafo: Raymond Pébayle, ver, descrever e fazer ver o reencontro mais uma vez incompleto dessas duas sociedades.

O que é intrigante nesse analista crítico das paisagens gaúchas é a sua condição de paulista, nascido em Lavrinhas⁽³¹⁾ na margem do Rio Paraíba, próximo aos limites do Rio de Janeiro. Descobre-se, entretanto, que tem origem gaúcha. O pai, Berlamino José Bernardes nasceu numa fazenda nas proximidades de Itacolomi (Gravataí) e a mãe, Noemia Bastos Bernardes, em Porto Alegre. Um de seus tios foi Manoel Estevão Fernandes Bastos, membro deste Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul⁽³²⁾.

A geografia de Nilo Bernardes foi construída também com emoção.

Filho de gaúchos aprendeu a gostar da geografia ou, no dizer de Oswaldo Bueno de Amorim Filho, teve a sua protogeografia⁽³³⁾, na observação da geologia e dos relevos do Vale do Rio Paraíba ⁽³⁴⁾. Não é ocasional ou puramente gentil sua homenagem a Francis Ruellan⁽³⁵⁾ no discurso de posse no Colégio Pedro II. A natureza — a geomorfologia — enamorou o “guri” Bernardes que, mais tarde, ao visitar o berço de seus pais descobre um interessante Rio Grande do Sul, brutalmente diferenciado entre os homens dos campos e das matas.

O trabalho de Nilo Bernardes é pioneiro e inovador.

Como observou Pedro Pinchas Gaiger “Nilo foi um lablacheano modernizado”⁽³⁶⁾. A identificação como Vidal de La Blache se realiza contudo de forma eclética. Utilizou intensamente a observação de campo, esse “... ganho pedagógico ...” a “escola ao ar livre”⁽³⁷⁾ em companhia de Léo Waibel⁽³⁸⁾. Estudou na escola de La Blache e ultrapassou a descrição, foi a procura da explicação e inverteu o conceito segundo o qual “A geografia é a ciência dos lugares e não dos homens”⁽³⁹⁾. Nilo procurou os lugares e encontrou os homens e suas idéias condicionadas, as relações econômico-sociais ordenando os lugares. Introduziu, dessa forma, a mentalidade⁽⁴⁰⁾ com um fator geográfico ao se interessar “pelos acontecimentos da História à medida que acentuam e esclarecem, nas regiões onde eles se produzem, as propriedades, as virtualidades...”⁽⁴¹⁾, ultrapassando o historicismo positivista. Certamente Nilo Bernardes tenta difundir no estudo geográfico brasileiro a noção de ideologia, apresentada sob a forma de mentalidade⁽⁴²⁾. É aí que demonstra a sua plena criatividade e capacidade de abrir uma ampla perspectiva à descrição e à explicação geográfica.

Nilo Bernardes é também o produto de uma mentalidade desenvolvida no confronto de duas escolas geográficas. Seu esforço de modernizar o quadro de referência teórico-metodológico lablacheano “tradicional” resulta de um amplo trabalho em seminários, observações de campo e longas discussões com Léo Waibel. No dizer de Orlando Valverde “a introdução da mentalidade como fator geográfico é tipicamente de Léo Waibel. Por isso, foi perseguido pelos nazistas. Contrapondo-se à teoria da superioridade germânica observou que os boers na África do Sul, por força de novas condições econômicas e sociais, retrocediam à condição de nômades”⁽⁴³⁾. Não foi por acaso que justamente essa obra fosse para a fogueira do terror cultural nazista.

Nilo Bernardes tem sua atenção despertada pelo Rio Grande do Sul a partir da emoção de sua própria vida⁽⁴⁴⁾ de algumas informações demográficas (as densidades) e das observações diretas das paisagens. Nisso ele é lablacheano⁽⁴⁵⁾ inovador.

IV O ATENTO OLHAR SOBRE O MOVIMENTO

Raymond Pébayle chega desarmado⁽¹⁾. Vem ver. Vem da sua Gironda⁽²⁾ cuja fisionomia do relevo suave tem os ares da campanha e dos diferentes espaços campestres baixos do Rio Grande do Sul. Aqui a ocupação e a colonização são fatos recentes, muito recentes, comparativamente aos da sua campanha.

Chega para ser professor no curso de geografia da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio Grande do Sul, onde, com mais dois colegas, fomos os primeiros de seus alunos gaúchos, no que pese a nossa idade praticamente igual. Aqui ensinou e aprendeu. Fez sua primeira pesquisa sobre o porto de Porto Alegre⁽³⁾. Pescou em Tramandaf, onde contemplava o Atlântico, com imensa saudade das florestas nas proximidades de Arcachon, de seu mundo rural original, com certos arcaísmos, como aqui⁽⁴⁾. Depois conheceu a campanha e as colônias. Conheceu o Rio Grande do Sul como ninguém.

Independente de sua vontade deixou a terra gaúcha e passou a conhecer o Brasil⁽⁵⁾. Nesse longo período brasileiro correspondente a toda a sua juventude — produziu não só a sua tese à Universidade de Paris I, mas também o respeitável “Les brésiliens pionniers et bâtisseurs” editado pela editora Flammarion e “Le Brésil”⁽⁶⁾ publicado pela Presses Universitaire de France, na coleção Qui sais-je?, além de inúmeros artigos⁽⁷⁾. No retorno definitivo à França, esteve na Universidade de Bordeaux (Talence), onde realizou intenso trabalho de investigação científica no Centre de Geographie Tropicale⁽⁸⁾; depois, na Universidade de Brest, na velha Bretanha e, agora, dirige o departamento de geografia da Universidade de Poitiers, cidade-jóia do Poitou, nos limites da conquistas bérberes, da “Langue D’oc”, da cultura da Aquitânia, onde a história é longa e lenta e as transformações quase imperceptíveis, razão porque ao conhecer o Rio Grande do Sul se convenceu de que “as transformações são tão rápidas que tudo que se pode escrever já é história”, como registrava Pierre Monbeig⁽⁹⁾ mas que, como Malraux olha ... “o mundo como uma infinidade de possibilidades”⁽¹⁰⁾ desde que desarmado de preconceitos, seguindo o conselho de Pierre Gourou: “As explicações dos fatos geográficos não ganham nada sobre a tirania dos modelos teóricos”⁽¹¹⁾ para formular a sua postura de pesquisador, segundo a qual “A vacuidade ideológica é certamente impossível e a observação é freqüentemente orientada. Entretanto, me esforçarei para ser objetivo e, em todo o caso evitarei que os pré-julgamentos teóricos não prescendam a descoberta no campo”⁽¹²⁾. Foi este olhar desarmado que lhe permitiu captar os movimentos, às vezes tão imperceptíveis como a reptação e, às vezes, tão rápidos como os desmoronamentos.

Inevitavelmente, Raimonde Pébayle⁽¹³⁾ parte dos “dois meios geográficos e econômicos fundamentais do Rio Grande do Sul para realizar sua investigação: um “associado à sociedade dos pecuaristas⁽¹⁴⁾ da pradaria, designada genericamente de “campo”, isto é o espaço com cobertura vegetal dominante herbácea onde a “coxilha” ou colina rebaixada é frequentemente o complemento geomorfológico dessa associação. Outro, a floresta, a mata, inseparável — no espírito dos gaúchos — de uma atividade quase exclusivamente de agricultura e um certo tipo de “terroir”⁽¹⁵⁾ de fortes declividades que se traduzem pelas expressões locais de “serra” (montanha) ou “encosta” (escarpa).

A questão fundamental formulada pelo autor é: “O Rio Grande do Sul é somente esse mundo binário, esta dicotomia geográfica, ou contém espaços infinitamente mais variados e, sobretudo, com formas de ocupação do solo menos elementares que esses binômios bem brasileiros: campo-pecuária e floresta-agricultura?”⁽¹⁶⁾.

Para responder essa questão básica organiza seu trabalho em três grandes blocos: uma introdução “Les hommes et l'espace rio-grandense”; “Les hommes de la prairie”; “Les hommes et la forêt: Les colons”; “Les difficiles rencontres de deux sociétés rurales” e finalmente uma conclusão geral, a sua visão pessoal do vivido frente ao futuro.

Na introdução de sua tese Raymond Pébayle enfatiza que “o Sul é efetivamente o espaço brasileiro onde a sociedade dos pecuaristas e camponeses se opõem com maior vigor”⁽¹⁷⁾, onde os criadores se diferenciam, sensivelmente, dos demais pecuaristas do país, acrescentando que “frente a este criador, forte, com a ocupação bicentenária do solo rio-grandense, onde se apropriou da parte do leão, existe uma sociedade densa, trabalhadora, frequentemente isolada, dos agricultores da floresta. Aqui — no Rio Grande do Sul — eles têm uma personalidade singular no mundo dos agricultores brasileiros. Eles são “colonos”, sobretudo de origem alemã e italiana⁽¹⁸⁾.

O Rio Grande do Sul é um espaço cujas tradições de agricultura e de pecuária ... curiosamente são desprovidas de fortes laços com a terra, (comportamento) que define o verdadeiro mundo camponês”⁽¹⁹⁾.

Camponeses, esses rurais ... obrigam rapidamente os geógrafos a se desfazerem da herança dos estudos rurais tradicionais. Aqui pode-se abandonar a noção de “finage”⁽²⁰⁾ que não corresponde a nada. A definição de “terroir”, unidade agrônômica, é secundária por razões determinadas por duas atitudes dos produtores⁽²¹⁾. Aqui ou eles são suficientemente dotados para se permitirem ignorar as mais delicadas nuances agrônômicas de suas terras ou escolherem partir em direção a novas terras⁽²²⁾, ao em vez de procurar a melhor utilização de seu patrimônio fundiário de pouca superfície, exaurido pelas técnicas predatórias de cultivo. A noção de paisagem agrária não tem valor, exceto se nos despojarmos de todo “a priori” da permanência camponesa. O que se vê hoje não é mais do que um momento da vida das campanhas sul-rio-grandenses⁽²³⁾. Este momento

é possível de ser percebido se virmos no “arrièreplan” sumariamente organizado, os homens que não se sentem prisioneiros de um “terroir” e para os quais a terra não é um bem imóvel⁽²⁴⁾.

... num velho país que redescobre as atitudes e os comportamentos desses homens extraordinários que M. Pierre Monbeig descreveu em São Paulo ... razão pela qual encontro justificativas e orientação em “*Pionniers et Planteurs de São Paulo*”: “é o movimento que tentei descrever e explicar; não é possível fazer uma monografia regional e, muito menos, um estudo de gêneros de vida. É uma sociedade em movimento que procurou conhecer”⁽²⁵⁾.

O objeto de sua pesquisa não são as “regiões rurais, mas os tipos de sociedades rurais dentro desses dois grandes geosistemas que são os campos e a mata rio-grandense”.

Neste momento Raymond Pébayle coloca uma questão nova: “... como descrever e explicar as mudanças nas sociedades rurais sem apelar à noção de inovação por longo tempo reservada somente ao domínio da sociologia?”.

É aí que o autor inova profundamente os estudos geográficos entre nós: “... desejamos fazer uma geografia aplicável. Fugindo do domínio teórico e do abstrato, tive a intenção de mostrar um camponês não somente coletor⁽²⁶⁾ mas pensante⁽²⁷⁾, através de uma profunda e minuciosa observação, o conhecimento no terreno e das múltiplas e variadas entrevistas exploratórias.

Raymond Pébayle utiliza todas as técnicas disponíveis para desenvolver suas pesquisas: das fotografias aéreas, análise de cartas topográficas, trabalhos detalhados de campo, onde só o olhar é profundo, às entrevistas, à pesquisa histórica, através de suas fontes primárias. Mas é sobretudo o olhar, amplo, de uma imensa acuidade, que faz Raymond Pébayle observar com muita atenção os movimentos de sociedades vistas como homogêneas.

Na análise e interpretação dos “homens da pradaria, dos pecuaristas gaúchos” ele observa um imenso espaço cobrindo cerca de 70% do território quase vazio: 6,40 habitantes/km² onde, predominam “sistema de criação e de mentalidades aparentemente uniformes, mas cujos contrastes no meio geográfico permitirão discernir, pelo menos, duas grandes comunidades de criadores: O estancieiro, criador da fronteira e o fazendeiro, pecuarista das terras altas⁽²⁸⁾. Nesses dois conjuntos seu olhar é capaz de distinguir uma rica diversidade na utilização das condições bioclimáticas e econômicas: o domínio das estâncias, das cabanhas e das chácaras; a diversidade das condições ecológicas das áreas de criação das terras altas, examinando, por fim, a crise dessas sociedades pastoris.

O gaúcho — fazendeiro da fronteira — “é prisioneiro de uma tradição pouco rentável da pecuária extensiva, dependente das condições naturais”⁽²⁹⁾. Em nenhuma parte a presença do homem se impõe verdadeiramente⁽³⁰⁾ nessas terras da campanha. Decididamente, “a fazenda não é o estabelecimento camponês”⁽³¹⁾.

O ambiente bioclimático da “fronteira” é caracterizado por fortes “irregularidades” das temperaturas e das precipitações⁽³²⁾. A esse ambiente se ajusta o papel econômico do contrabando — ele próprio gerador da fronteira — e os

grandes estabelecimentos com “respeitável imobilização de capitais” (33) onde, entretanto, “o produto bruto foi, por longo tempo, essencialmente representado pelo “desfrute” anual que obtém de seu rebanho (entre 10 e 20% do total do rebanho). As entradas monetárias, neste mundo rural, são acrescidas pela venda de lã e peles (34).

“Todas as regiões pastoris do Rio Grande do Sul estão em crise econômica devido essencialmente a sobrevivência do sistema extensivo de produção. Com efeito, quaisquer que sejam os meios geográficos onde exercem suas atividades, os pecuaristas fazem ainda apelo sobretudo a um fator de produção: a terra, negligenciando as outras formas de exploração que fariam intervir mais massivamente o trabalho e o capital. Todo o drama atual reside no fato de que tal sistema não é adaptado nem às estruturas fundiárias, nem às condições comerciais contemporâneas” (35).

No capítulo dos Homens e a Floresta, Raymond Pébayle distingue diferentes conjuntos relativamente homogêneos: os colonos do Alto Uruguai, os duma-geiros das velhas colônias ocidentais; os vinhateiros do Rio Grande do Sul e a evolução recente das velhas colônias alemãs.

Os Contatos

O profundamente inovador no trabalho de Pébayle é o terceiro capítulo: “Os difíceis reencontros de duas sociedades rurais”, isto é, o encontro produtivo entre “gaúchos” e “colonos”. A argúcia da observação, o cuidado em descrever esses contatos permite ao autor caracterizar os contatos tradicionais e espontâneos entre criadores e agricultores pelas:

- 1 — troca de bens e serviços nas cidades;
- 2 — entre os colonos policultores e os grandes pecuaristas, os primeiros, em geral de origem luso-brasileira. Segundo a intensidade da pecuária e o grau de isolamento, esses pequenos e médios proprietários (10 a 500ha) constituem sociedades rurais bastante diversas: os plantadores da serra do sudeste ocidental; os pequenos gaúchos das pradarias arbóreas de Soledade; os criadores-agricultores do alto vale do Rio Caf;
- 3 — expansão das colônias agrícolas nos confins da pradaria (pressão demográfica das colônias nas bordas dos campos: “ilhas do oeste” (colônias do Jaguari, São Francisco de Assis, Santiago); colônias instaladas no campo (Ivorá Júlio de Castilhos); frente a conquista agrícola na “montanha de Canguçu”;
- 4 — contatos nas cidades nas áreas de campos, responsáveis pelas colaborações e inovações. Todos esses contatos não suscitaram modificações na vida rural tradicional do Rio Grande do Sul. Registram um avanço dos agricultores sobre os campos o que deverá romper, já no século XX, o frágil equilíbrio (36), resultante da transformação nos campos rio-grandenses (37).

Os Contatos Espetaculares

Os contatos espetaculares serão entretanto nas terras úmidas, que o autor chama de ‘gênese do eldorado rizícola do Rio Grande do Sul’ e a “Conquista

agrícola das “coxilhas”, os surpreendentes incílios do “wheat-belt” rio-grandense.

O Encontro nas terras úmidas: as várzeas

O encontro de criadores e plantadores se realizará num “terroir” bem definido: as várzeas, planícies aluvionais inundáveis. Terras de pouco valor para os pecuaristas e que dela obterão mais rendimento sobre o capital fundiário através dos arrendamentos para a cultura do arroz “quase um paradoxo ecológico ... uma cultura tropical irrigada num “terroir” francamente subtropical úmido estação quente — a mais curta do Brasil — permite apenas uma colheita anual, sujeita a riscos” (38). Essa cultura se expandirá criando o granjeiro para o distinguir dos fazendeiros criadores e dos colonos policultores. Os granjeiros criaram os estabelecimentos agrícolas mais modernos, sob o ponto de vista da produção, do Rio embora os “cultivadores sejam — na maioria dos casos — verdadeiros intrusos nos domínios das áreas pastoris onde predomina o parasitismo fundiário (39) amplamente apoiado pela ajuda governamental. A esses fatos o espírito pioneiro dos rizicultores, “neo-agricultores” (40), individualistas e imediatistas, aliado ao sistema de arrendamento, faz deles migrantes a procura de novas terras, preferíveis aos investimentos a meio tempo, o que explica que o rizicultor até agora refugie a idéia de introduzir a rotação de culturas nas terras baixas” (41). Conclui Raymond Pébayle que “... o arroz é, para os pioneiros rio-grandenses o que foi o café para os paulistas no início do século: uma fonte de enriquecimento rápido, um eldorado agrícola, um filão que se explora até seu completo esgotamento” (42).

A Conquista Agrícola das “Coxilhas”

O encontro de criadores e plantadores nas coxilhas é o mais espetacular. Trata-se, agora como registra Raymond Pébayle de “cultivar o campo milenar” (43).

“Ao contrário da exploração da rizicultura, a febre de agricultura das “coxilhas” é pouco conhecida, apesar de desde 1914 se iniciar a cultura do linho em São Borja e a cultura do trigo ter se desenvolvido a partir de 1946/47 em alguns municípios da fronteira (Bagé) e no planalto médio (Cruz Alta e Passo Fundo). Os triticultores, os “granjeiros primitivos” não foram nem os colonos nem os criadores. Ambos respeitavam muito os mitos tradicionais para tentar e aventurar com o trigo nas pradarias; eles vêm como um crime a entrada do arado nos campos. Os pioneiros da cultura foram, portanto, os cidadãos (agricultores do asfalto)... industriais, comerciais e doutores (profissionais liberais) unicamente interessados nas enormes vantagens financeiras acordada então pelo governo àqueles que aceitassem cultivar o cereal nobre (44). Esses cidadãos sabem manejar os créditos bancários e apreciar a distribuição gratuita de sementes, a proteção comercial, ajuda técnica que o governo federal assegurava. A crise, iniciada em 1957 — após o escândalo do trigo papel (45) — será contrabalançada pela introdução e expansão da cultura de soja, depois de mobilizar as áreas de “coxilhas” onde “mutações e reconversões, dirigidas e espontâneas, tendem a

criar uma nova sociedade rural, infinitivamente mais estável do que a das terras baixas onde o rizicultor continua sendo um intruso" (46).

As conclusões de Raymond Pébayle são absolutamente claras, sem qualquer ranso ideológico ou apologético: "O Rio Grande do Sul não é este mundo dicotômico... de pradarias e florestas; criadores e agricultores; luso-brasileiros e colonos de origem européia. Entretanto, voltado para uma evolução do tipo binário, o Estado mais meridional do Brasil apresenta hoje duas faces: a da tradição que se, teve horas de glória, é daqui para frente, sinônimo de crise; a da inovação, onde já se pode disernir o Rio Grande do Sul do futuro" (47).

A solução da atual crise das sociedades rurais do Rio Grande do Sul depende sobretudo da ação em três domínios: o explorador isolado sem qualquer apoio; a organização dos mercados; as redes de estradas e a estrutura fundiária. Curiosamente, ainda que se ignore os ensinamentos dos fenômenos espontâneos na evolução dos sistemas de produção, tem-se abandonado esses três domínios a uma negligência infantil que ameaça acentuar a doença econômica e social das campanhas rio-grandenses.

Entretanto — finaliza — a época atual no Brasil não está no desabrochar da consciência de seus grandes problemas?" (48).

Raymond Pébayle é o último criador de uma síntese do espaço geográfico gaúcho.

V

O OLHAR SOBRE O FUTURO

As três obras: "A Fisionomia", "Bases geográficas" e "Eleveurs et Agriculteurs" 2) são fundamentais para acompanhar os processos geográficos na territorialidade rio-grandense. Permaneceram obras isoladas. "A Fisionomia" foi vendida, durante muitos anos, nas caixas de saldos; "As bases geográficas", obteve, no máximo uma separata e a tese de Raymond Pébayle, nunca foi traduzida para o português. A nova geração de — bacharéis, geógrafos por força de uma regulamentação profissional — desconhecem esses esforços intelectuais, como desconhecem a realidade do campo, envolvida incompetentemente com as questões teórico-metodológicas.

As três obras mostram uma unidade: partem da observação, não fazem uma geografia da produção ou da ideologia, pois nos três casos a construção do espaço é obra de homens contemplativos, egoístas, ou oportunistas, que preservam ou modificam as paisagens, os modos de vida, os projetos para o amanhã.

Entretanto, entre Balduino Rambo e hoje (1993) esses homens criaram profundas e conflituosas modificações em suas relações territoriais, produto do confronto de mentalidades.

A cobertura vegetal do Rio Grande do Sul, descrita por Balduino Rambo, foi profundamente modificada, embora as "paisagens" sejam as mesmas, retocadas pela maquiagem das modernizações. As fronteiras rígidas entre os homens

das florestas e dos campos, mantendo seus arcaicos preconceitos, valores e tradições, segundo a observação de Nilo Bernardes, permanecem, apesar das "intrusões" analisadas por Raymond Pébayle.

Em suma. Só as aparências mudaram. O Rio Grande do Sul é uma sociedade em crise, incorporada às incertezas da Nação e do Estado brasileiro, mas que apresenta algumas particularidades indelevelmente marcadas nos traços de sua geografia.

A leitura dos resultados preliminares do censo de 1991 mostrará a tensão demográfica rio-grandense, saudada por alguns como exemplo da proximidade ao Primeiro Mundo. Tivemos um dos mais baixos crescimentos das unidades da Federação (3). Nosso crescimento está próximo ao vegetativo o que significa, sob o ponto de vista demográfico, a simples manutenção populacional, o que nos aproximaria do crescimento zero. É preciso, entretanto, argüir sobre as consequências desse crescimento.

Entre 1980 e 1991, 138 municípios (41,4%) tiveram decréscimo absoluto de população; 86 (25,8%) "crescera" entre 0 e 1,00% a.a., isto é, ficaram abaixo das taxas de crescimento vegetativo. Assim, 67,2% dos municípios simplesmente não cresceram.

Este quadro revela um monumental movimento demográfico capaz de esvaziar 67,27% da área territorial e inchar 59 municípios, onde os crescimentos foram iguais ou superiores a 2,0% a.a., com exemplos patológicos de crescimentos superiores a 6,00% a.a. (7 municípios).

Essa crise geral, esse movimento aparentemente browniano, gesta imensas conurbações constituídas dos municípios das regiões metropolitanas de Porto Alegre e Caxias do Sul e o Litoral Norte. Sozinhas concentram 68,28% do crescimento demográfico total do Rio Grande do Sul entre 1980 e 1991 (4).

Esse esvaziamento, tanto dos campos como das colônias, representa uma liberação de força-de-trabalho que não consegue mais migrar para as "tradicionais" frentes de povoamento. Os gaúchos migrantes — exaustos caminheiros a pé — foram bloqueados em Santa Catarina e no Paraná; expulsos da província de Misiones (Argentina) e do oriente paraguaio, vêm, agora, para as cidades.

Este fluxo migratório tem um preço muito caro, onde o gauchismo já não é mais instrumento ideológico suficiente para imobilizar. Preço muito caro, traduzido pela expansão alucinada das seitas pentecostais (5). Preço muito caro pelo decréscimo das taxas de fecundidade. Preço muito caro pelo desprezo às formas mais elementares de exercício da cidadania, fato registrado pela pesquisa de participação político-social (1988) do IBGE (6).

Estamos num país em crise, no bojo também de uma desorganização internacional dos sistemas capitalista e comunista. Estamos num Rio Grande do Sul em crise crônica que poderá ser tragicamente aguda.

A geografia das sociedades em crise é, paradoxalmente, uma geografia para o futuro, "tentando lidar com essa sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica" (7).

Não bastam mais os conhecimentos das paisagens, suas estruturas, formas e belezas (Rambo); nem as fronteiras “naturais” (Nilo Bernardes); nem os movimentos dentro dos espaços produtivos e de seus limites (Raymond Pébayle) que tiveram um papel decisivo na construção geográfica do Rio Grande do Sul.

Trata-se, agora, de fazer uma geografia dos conflitos, das suas múltiplas e facetadas fronteiras que, por possuírem movimentos próprios, são necessariamente cotidianas e emocionais — os traços identificadores da pós-modernidade que, nas nossas cidades, já implantaram seus símbolos: os shoppings center e seu mundo de vidros, cores, espelhos, luzes, mil mercadorias e fantasias (8); os espaços segregados dos distritos industriais e dos campi universitários; os novos castelos” com seus condomínios fechados e armados; o microcosmos dos poderes das favelas; das casas e apartamentos guardados com grades de ferro (9), protegidos por mil calibres, olhos mágicos e eletrônicos.

É preciso fazer, urgentemente, a geografia das transformações do rural e da explosão urbana que é a “nova fisionomia” do Rio Grande do Sul.

Para isso é necessário romper com o microscópio — essa tendência acadêmica do particular — e voltar a olhar o mais largo horizonte como o fizeram Rambo, Bernardes e Pébayle.

VI — NOTAS

Capítulo I

“Os olhares sobre o espaço”

- 1 — CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas de Geografia*. DIFEL, São Paulo, 1972; WHITTLESEY, Dervent. *O conceito regional e o método regional*. Boletim Geográfico, 18 (154), IBGE, Rio de Janeiro, 1960, p. 5-36; ZARUR, Jorge. *Precisão e Aplicabilidade na Geografia*. Tese. Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 1955; HARTSCHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da geografia*, HUCITEC/EDUSP, São Paulo, 1978; SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. Edit Nobel. São Paulo, 1985; AMORIM FILHO, Osvaldo Bueno. *Reflexões sobre as tendências da Geografia*. Publicação Especial (2), Instituto de Geografia, UFMG, Belo Horizonte, 1985; ANDRADE, Manoel Correa de. *O Pensamento Geográfico e a Realidade Brasileira*. Boletim Paulista de Geografia. AGB, São Paulo, 1977; MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *A Geografia do Brasil (1934-1977); Avaliação e Tendência*. Instituto de Geociências. USP. São Paulo; SILVA, Armando Correa da. *O Espaço Fora do Lugar*. HUCITEC, São Paulo, 1980.
- 2 — NOVAES, Adauto. *De olhos vendados. 1. O olhar*. Companhia das Letras, São Paulo, 1989, p. 9-20; VERMON, M.D. *Percepção e Experiência*. Edit. Perspectiva. São Paulo, 1974; COUTINHO, Evaldo. *A visão*

- Ilxistenciadora.** Edit. Perspectiva, São Paulo, 1988; LOWENTHAL, David. **Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica.** In: CHISTOFOLETTI, Antonio: Ob. Cit., p. 103-141
- 3 — HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e Natureza da Geografia.** HUCITEC/EDUSP. São Paulo, 1978, p.8.
 - 4 — SARTRE, Jean-Paul **Que é a literatura?** Edit. Atica, São Paulo, 1989.
 - 5 — CESAR, Guilhermino. “Os primeiros cronistas e historiadores” In: **História da Literatura do Rio Grande do Sul.** Globo, Porto Alegre, 1971, 2.^a ed. p. 129-138; Carvalho, Alfredo de. **Aventuras e Aventureiros no Brasil.** Edit. Pongetti, São Paulo, 1930; CESAR, Guilhermino. **Os primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801),** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. UFRGS. Porto Alegre, 1969; SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui.** Companhia das letras, São Paulo, 1990.
 - 6 — Charles Ribeyrolles escreveu “**Brasil Pitoresco**”, cujo título identifica mais o sentimento de imaginoso, divertido, recreativo do que o de pictórico. Registre-se, entretanto, que Ribeyrolles não foi um agente comercial, mas um exilado político e um severo e sério observador da sociedade brasileira.
 - 7 — BRAUDEL, Fernand. **A identidade da França.** Vol I. Espaço e História. Edit Globo. Rio de Janeiro, 1959, p. 28. A mesma expressão é utilizada por Teilhard de Chardin. **O fenômeno humano.** Edit. Cultrix. São Paulo, s/d.p. 25.
 - 8 — PEBAYLE, Raymond. **Eleveurs et Agriculteurs do Rio Grande do Sul (Brésil).** These. Université Paris I. Paris, 1974.
 - 9 — NEVES, Gervásio Rodrigo. **A rede urbana e as fronteiras: Nota prévia.** In. **O Rio Grande do Sul Urbano.** FEE. Porto Alegre, 1990.
 - 10 — BRUYNE, P. de **Dynamique de la recherche en sciences sociales.** PUF Paris, 1974, p.26

Capítulo II

“O Olhar Sobre a Natureza”

- 1 — PESAVENTO, Sandra Jatthy. **RS: Economia & Poder nos Anos 30.** Mercado Aberto. Porto Alegre, 1980; FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930.** Edit. Brasiliense. São Paulo, 1981; PEBAYLE, Raymond. **Eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil).** Universite de Paris I. (These). Paris, 1974.
- 2 — FRANCO, Sergio da Costa. **Júlio de Castilhos e seu tempo.** Edit. da Universidade/UFRGS. Porto Alegre, 1988, 2.^a Edição; FAORO, Raymond. **Os donos do poder.** Vol. 2. Edit. Globo. Porto Alegre, 1985 (6.^a edição).

- 3 — LEITE, Lúcia Chiappini Moraes. **Regionalismo e Modernismo**. (o “caso” Gaúcho). Edit. Atica, São Paulo, 1978.
- 4 — SARTRE, Jean-Paulo. **O que é a Literatura?**. Edit. Atica. São Paulo, 1989, p. 99.
- 5 — LEITE, Lúcia. Ob. cit. Ver também. Gutfreind, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Edit. Universidade. UFRGS. Porto Alegre, 1992.
- 6 — NEVES, Gervásio Rodrigo. **A Geografia de Sérgio Faraco**. Cadernos de Sábado. Zero Hora. Porto Alegre, 12/06/1987.
- 7 — RABUSKE, S. J. Arthur. **Balduino Rambo, S. J. Sacerdote, Naturalista. Escritor e Líder Popular**. Pesquisas. História (26). Instituto Anchietano de Pesquisas. São Leopoldo, 1987. O autor observa que a bagagem literária de Rambo era constituída “ao menos” (sic) de dois cadernos de poesias alemãs, sendo intitulado o primeiro de Keime Pinien Und Zypressen (em baixo de pinheiros e ciprestes), acrescentando que “Não lhe faltava assunto para poetas, e ele se sentia mergulhado num fascínio pela natureza, sobretudo as flores. Ob. cit., p. 45.
- 8 — “Não demorou também que eu pegasse pela ciência geográfica, pois ela se tornou em meu primeiro amor científico ao qual fiquei fiel até os dias em cursos” (Ramo, Balduino. Manuscrito. “Apostoliken in Parecy: 1917-1919”, segundo Rabuske, Arthur. Ob. cit., p. 34). Rambo teve como professor de geografia na escola apostólica de Pareci Novo (1917-1918) o irmão Jacó ou Tiago Lorken. Realizou excursão, nas férias de verão de 1928, em companhia do padre Geraldo Pauwels, autor do “Atlas geográfico melhoramento”.
- 9 — RAMBO, S. J. Balduino. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. Edit Selbach. Porto Alegre, 1956 (1ª edição, 1941).
- 10 — “... de coração eu sou teuto e não brasileiro (Rabuske, Arthur. Ob. cit., p. 62, nota 54). E também de Balduino Rambo a confissão de sua apostasia a agriculturas” ... influenciado negativamente ou de modo desfavorável a evolução de seu caráter” (Rabuske, Arthur, Ob. cit., p. 30). Está é uma das razões da geografia humana estar ausente de sua obra. Entre a natureza e a sociedade rural da qual era fruto, Rambo, escolheu a contemplação.
- 11 — RAMBO, S. J. Balduino, Ob. cit., prólogo da segunda edição (1956)
- 12 — Na verdade Balduino Rambo tem e manifesta uma grande ambição científica e teológica. No seu arquivo, pasta 15, com o cabeçalho Moll (Waldemar), segundo Rabuske, Arthur. Ob. cit., p. 71. “observa-se que em fevereiro de 1941, Pierre Teilhard de Chardin escrevia de Pequim, suas “notas de esclarecimentos para o uso daqueles que terão a caridade de revisar este livro”, enviada a seu superior padre d’Ovince. A censura vetou a publicação de sua obra “o fenômeno humano”, em 1942 e em 1944. Ela somente veio a ser publicada pela Edit. Seuil de Paris em 1955, com sérias restrições do Santo Ofício.

- 13 — RAMBO, Balduino. Ob. cit., p. 417.
- 14 — Idem.
- 15 — “Meus planos ultrapassam em muito o esforço meramente sistemático. Sempre fui do parecer de que deva descobrir-se uma ligação entre as pesquisas genéticas ... e as conotações de idéias orientadas mais para História e a Geografia, de Engler. E que a sistemática atual da cada vez mais no beco-sem-saída de fórmulas e da descrição meramente externa. Seja como for, certo é que faço trabalho pioneiro, a este em favor da honra de Deus”, segundo Rabuske, Arthur. Ob. cit., p. 78.
- 16 — “Em virtude propriamente científica não posso meter-me faltando-me formação para tanto” (Rabuske, Arthur. Ob. cit., p. 64, referindo-se ao Diário de Balduino Rambo, vol. 11 (19/08/33 a 02/04/35) na carta datilografada: “Gewissensre Chenschaft. Mai 1934 “contas de consciência. Em “A Fisionomia” Rambo fez referência, na bibliografia citada e utilizada, a F. Passarge *Die Grundlagen der Landschaftskund*, Hamburgo, 1919; Pauwels, G; no texto faz referência ao esquema classificatório dos climas de Koppen (p. 505, 2ª Edição), enquanto nos seus manuscritos refere-se a Humboldt e Engler (Rabuske, S. J. Arthur. Ob. cit., p. 78)
- 17 — RAMBO, Balduino. Ob. cit., prólogo da primeira edição.
- 18 — Idem.
- 19 — RABUSKE, S. J. Arthur. Ob. cit., p. 45-46.
- 20 — O drama individual de Balduino Rambo foi a negativa da Companhia de Jesus em autorizá-lo a continuar os estudos científicos na Alemanha. Em 1928 Rambo embarca para estudar no Colégio São João Berchamans, casa de formação filosófica, em Pullach, nas proximidades de Munich. Retornou ao Brasil em 1931. Como registra em seu Diário, volume II — 18/08/33 a 02/04/1935 — segundo Rabuske, Arthur. Ob. cit., p. 54, reclama seu retorno à Alemanha. Sua reclamação é explícita: “O R. P. Arntzen (Provincial) nunca favoreceu de coração esta minha tendência natural ... Não pode, no entanto, São Leopoldo ajudar-me nem material, nem formalmente nas ciências naturais: não materialmente, porque naquela casa não há ninguém que dedique algum tempo a elas ... não formalmente porque ali não se acha ninguém que se consagre às questões modernas das ciências naturais (Rabuske, Arthur. Ob. cit., p. 61).
- 21 — PASSARGE, Siegfried. In.: MENDONZA, Josefina G.; JIMENEZ, Júlio N. Cantero; NICOLAS O. *El pensamiento geográfico estudios interpretativos y ontologia de textos* (de Humboldt a las tendencias radicales). Alianza. Edit., Madrid, 1982.
- 22 — Na primeira edição inclui três mapas: 1 — mapa geológico do Rio Grande do Sul, sob a orientação de Euzébio Paulo de Oliveira, datado de 1933, na escala de 1: 2 500 000; 2 — fragmentos do mapa geológico do Brasil, segundo Avelino Ignácio de Azevedo, de 1938, na escala de 1: 7 000 000; 3 — mapa fitogeográfico do Rio Grande do sul, 1941, na escala de 1:

2 000 000. Acrescenta a esses mapas quatro cartogramas: 1 — distribuição da população 1940; 2 — Expansão e disposição da vegetação sul-brasileira segundo Lindeman; 3 — chuvas isoietas, Rio Grande do Sul, 1940; 4 — temperatura isotermas. Rio Grande do Sul, 1940. Na segunda edição esses mapas são excluídos.

- 23 — Não tentou ser, por exemplo, um geomorfólogo ou um biogeógrafo.
- 24 — Anais. IX Congresso Brasileiro de Geografia. CNG. Florianópolis, setembro, 1940; RAMBO, Balduino. Padre S. J. *Estudos Geográficos de Avião*. Vol. II, p. 509.
- 25 — RABUSKE, S. J. Arthur. Ob. cit., p. 78.
- 26 — Seguindo a linha teórica metodológica de Hettner e R. Hartschorne.
- 27 — RABUSKE, S. J. Arthur. Ob. cit.
- 28 — Professor de geografia da Universidade de Heidelberg, Editor da Revista *Geographisch Zeitschrift*, publicou suas principais obras entre 1895 e 1935. Vide AMORIM Filho, Oswaldo Bueno. *Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da Geografia*. Instituto de Geociências. UFMG. Publicação Especial (20), Belo Horizonte, 1985.
- 29 — MORAES, Antônio Carlos Roberto, *Geografia Pequena Histórica Crítica*. HUCITEC. São Paulo, 1992, p. 85.
- 30 — Idem, p. 87; RABUSKE, S. J. Arthur. Ob. cit., p.
- 31 — Não consegui localizar ENGLER, citado por Rambo segundo RABUSKE, S. J. Arthur. Ob. cit., p. 62.
- 32 — Somente muito mais tarde foram elaboradas as cartas na escala 1: 50 000.
- 33 — Vide nota 21.
- 34 — CAILLEUX, André (e) TRICART, Jean. *Introduction a la géomorphologie climatique* (Cours de Géomorphologie), CDU, Paris s/d. TRICART, Jean. *Informações para a interpretação paleogeográfica dos cascalheiros*. Notícia geomorfológica. II (4), Campinas, Agosto 1959 p. 11.
- 35 — GRICORYEV, A. A. The Theoretical Fundaments of Modern Physical Geography. In.: *The Interaction of Sciences in the Study of the Earth*. Progress Publ. Moscow, 1968.
- 36 — Ab'SABER, Aziz Nacib. *A Geomorfologia no Brasil*. Notícia Geomorfológica, I. Campinas, Agosto, 1958, p. 1-8; *O relevo do Brasil*. Rev. Univ. Católica de São Paulo. Vol. VIII. dezembro, 1955. p. 40-54.
- 37 — BIGARELLA, João José. *Variações Climáticas no Quaternário e suas implicações no revestimento florístico do Paraná*. Bol. Paranaense de Geografia (10-15). Curitiba, 1964; BIGARELLA, J. J. (e) MOUSINHO, Maria Regina. *Significado paleogeográfico dos depósitos redáceos*. Bol. Paranaense de Geografia (16-17). Curitiba, 1965.
- 38 — Aproxima-se da classificação de TRICART, Jean.: "Classification taxonomique des faits geomorphologiques". In.: *Principes et Méthodes de la Géomorphologie*. Masson. Paris, 1965 (vide p. 93).
- 39 — RATZEL, Friedrich. *Geografia dell Uomo*. Fratelli Bocca Edit. Torino, 1914. p. 9.

- 40 — Vide nota 38.
- 41 — NOGUEIRA, Paulo de Castro. *Regiões Fisiográficas do Estado do Rio Grande do Sul*. Geografia e Metalurgia (5). Centro Moraes Rego, 1948.
- 42 — CHEBATAROFF, Jorge. *Regiones naturales de Rio Grande del Sur y del Uruguay*. Revista Geográfica. IPHG. t. 11 e 12 Rio de Janeiro, 1951 e 1952.
- 43 — MULHER Filho, Ivo. *Notas para o estudo da Geomorfologia do Rio Grande do Sul*, UFSM. Departamento de Geografia. Santa Maria. 1970.
- 44 — IBGE. *Levantamento de recursos naturais*. Vol. 33 folha SH. 22 Porto Alegre e parte das folhas SH. 21. Uruguaiana e SI. Lagoa Mirim. Rio de Janeiro, 1986.
- 45 — RAMBO, S. J. Balduino. Ob. cit., p. 415.
- 46 — RATZEL, Friedrich. Ob. cit. "A obscura e exagerada afirmação de que o homem é produto do meio ...". p. 39.
- 47 — RAMBO. S. J. Balduino Ob. cit., p. 449.
- 48 — Idem, p. 153
- 49 — RABUSKE, S. J. Arthur. Ob. cit. p. 68.
- 50 — WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. Companhia das Letras. São Paulo, 1989.
- 51 — Idem, p. 36.
- 52 — RAMBO, J. S. Balduino Ob. cit., p. 424.
- 53 — Idem.
- 54 — LEVI-STRAUSS, C. Mitos e significados. Edições 70. Lisboa, s/d, p. 18. cit. NOVARES, Adauto. Os olhos vendados. In.: *O OLHAR*. Companhia das Letras. São Paulo, 1989. p. 9.
- 55 — RAMBO, S. J. Balduino Ob. cit., p. 431.
- 56 — CHARDIN, Teilhard de. *O Fenômeno Humano*. Cultrix. São Paulo.
- 57 — RABUSKE, S. J. Arthur. Ob. cit., p. 60.
- 58 — Idem, p. 71.
- 59 — Idem, p. 79
- 60 — CHARDIN, Teilhard de. Ob. Cit.

Capítulo III

"O olhar ao antagonismo"

- 1 — RAMBO, Balduino. *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*, Edit. Selbach, Porto Alegre, 1956, Prólogo.
- 2 — BERNARDES, Nilo. *Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Boletim Geográfico (20), 171. IBGE, Rio de Janeiro, 1963. Referência feitas a separata.
- 3 — Idem.
- 4 — Idem.

- 5 — Utilizando dados provisórios do censo demográfico de 1950 realizado pelo IBGE.
- 6 — Segundo o IBGE a Região Sul era então constituída dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- 7 — A situação em 1980. Os dados preliminares do censo demográfico de 1991 registram densidades brutas em São Paulo e no Rio Grande do Sul de 125,82 e 32,37 habitantes/km. A densidade rural em 1991 era, respectivamente de 9,17 e 7,58 habitantes rurais/km².
- 8 — Os contrastes demográficos no Rio Grande do Sul são ainda muito acentuados, oscilando entre densidades brutas mínimas de 4,96 Habitantes/km no município de Bossoroca e as densidades rurais máximas de 73; 79; 67, em municípios tipicamente rurais “coloniais”, como Horizontina, Teotônia, Cruzeiro do Sul, respectivamente, entre outros.
- 9 — BERNARDES, Nilo, Ob. cit., p. 4.
- 10 — Idem, p. 6
- 11 — Idem.
- 12 — Vide nota 1. Influências gerais do relevo, utilizando-se das grandes regiões naturais (cartograma indicada na páginas 13 da obra citada de Nilo Bernardes), concluindo não serem os fatores geológicos e geomorfológicos importantes à compreensão dos grandes traços da distribuição da população, Ob. cit., p. 15
- 13 — BERNARDES, Nilo, Ob. cit., p. 8
- 14 — Idem, p. 15
- 15 — Idem, p. 14
- 16 — Idem, p. 19
- 17 — GRIGORYEV, A. A. theoretical fundaments of modern physical geography. In.: The interaction os sciences in the study of the erth. Progress, Moscow, 1968, p. 77-91 que estabelece a tabela periódica das áreas geográficas, definidas como a combinação entre o balanço de radiações e um índice de aridez (de Budinko). Veja-se, também, RIACHIKOV, A. M. Estructura y dinámica de la esfera geográfica. Edit Mir. Moscú, 1976.
- 18 — GRIGORYEV, A. A. Ob. cit.
- 19 — Idem. p. 33
- 20 — BRAUDEL, Fernand. A Identidade da França. Vol. Edit. Globo. Rio de Janeiro, 1989.
- 21 — BERNARDES, Nilo. Ob. cit., p. 40
- 22 — Idem, Idem
- 23 — Idem, p. 46
- 24 — Idem.
- 25 — Embora cite, na bibliografia, alguns trabalhos sobre a expansão das lavouras no Rio Grande do Sul, tais como: BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Cultura e produção de arroz no Sul do Brasil; NOVELI, Nivelio. A cultura de arroz no Rio Grande do Sul, 1935; CARVALHO, Eloisa de. O trigo no Brasil, 1954.

- 26 — CARVALHO, Delgado de. *Le Brésil Meridional*, citado por Nilo Bernardes, Ob. cit., p. 41.
- 27 — BERNARDES, Nilo, Ob. cit., p. 47.
- 28 — Veja-se a saga dos colonos isolados no recente romance de Luis Antônio de Assis Brasil, *Videiras de cristal*. Edit. Mercado Aberto. Porto Alegre, 1990.
- 29 — NEVES, Terezinha Zimmer. *Migrantes gaúchos no Paraná e Santa Catarina*. UFRGS. Departamento de Geografia. Porto Alegre, 1975 (trabalho de bacharelado). (Mimeo).
- 30 — RATZEL, Friedrich. *Geografia dell'uomo*. Torino, 1914.
- 31 — Lavrinhas. Municípios de São Paulo onde nasceu Nilo Bernardes. Nesse município seu pai, Belamino José Bernardes, desenvolveu indústria de refino de banha para o mercado do Rio de Janeiro. O artigo de Nilo Bernardes: "Nota sobre a distribuição de carne e banha no Rio Grande do Sul" (Bol. Geográfico, IX (102), CNC. Rio, 1951 indica uma relação emocional. Veja-se, também, HALBWACH, Maurice. *Les cadres sociaux de la memoire*. PUF, Paris, 1968.
- 32 — MANOEL, Estevão Fernandes Bastos. Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Nascido em 03 de agosto de 1885 em Porto Alegre e falecido em 22 de setembro de 1938. Foi intendente municipal de Conceição do Arroio, atual município de Osório (1913-1915 e 1921-1924). Escreveu diversos trabalhos destacando-se: "A Fundação da Freguesia de Conceição do Arroio; "Pequeno Dicionário Histórico Geográfico do Município de Osório" (1937); "Notas e Apontamentos sobre a Cana-de-açúcar" (1938); "Colonização Alemã no Rio Grande do Sul" (1926).
- 33 — AMORIM Filho, Oswaldo Bueno de. *Protogeografia, geografia e metageografia*. Memorial apresentado no concurso público para a vaga de professor titular. UFMG. Belo Horizonte, 1991 (2 volumes).
- 34 — Observação verbal da Dra. Ieda Bermardes, irmã de Nilo, em 12/02/93.
- 35 — RUELLAN, Francis Ruellan chegou ao Brasil em 1941, vindo do Japão onde e laborou sua tese de doutoramento, posteriormente defendida na França. Foi contratado pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, para lecionar geomorfologia no curso de História e Geografia. No então Conselho Nacional de Geografia organizou as "Tertúlias geográficas", encontros científicos realizados na sede da instituição geográfica. Permaneceu no Brasil até 1951 quando retornou à França. Posteriormente voltou ao Brasil, contratado pela SUDAM para a elaboração de um estudo geomorfológico de Roraima. O encontro de Nilo Bernardes com Ruellan foi centrado na geomorfologia. Certa vez Nilo Bernardes contou a severidade e seriedade de Ruellan nos trabalhos de campo especialmente nos dias de fortes chuvas para observar os processos de erosão pluvial.

- 36 — PEDRO, Pinchas Gayger. Observação oral em 10/02/93.
- 37 — La BLACHE, Vidal de. As características próprias da geografia. In.: CRISTOFOLETTI, Antônio. *Perspectivas da Geografia*. HUCITEC. São Paulo, 1982, p. 46.
- 38 — Vide: VALVERDE, Orlando. *Apresentação*. In.: WAIBEL, Leo. *Capítulos da Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, 1958, p. V a VIII; PFEIFER, Gottfried. *Das Wirtschaftsgeographische Lebenswerk Leo Waibels*. Erkunde, Band VI, Helf 1. In.: WAIBEL, Leò. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, 1958, p. XI a XIV. Entre junho de 1946 a agosto de 1950 foi assistente técnico do Conselho Nacional de Geografia no Rio de Janeiro.
- 39 — La BLACHE, Vidal de Ob. cit., p. 47
- 40 — A mentalidade como ideologia e como situações, esta última segundo o conceito de Pierre George. *Problemas e Métodos*. In.: *A Geografia Ativa*. Difusão Européia do Livro/EDUSP, São Paulo. 1966.
- 41 — La BLACHE, Vidal de. Ob. cit., p. 47
- 42 — É interessante refletir sobre a observação de Leo Waibel: "... a maioria dos autores... contentam-se com o estudo da literatura geográfica no sentido limitado, não dando a devida atenção à rica literatura histórica existente no país. WAIBEL, Leo. *O que aprendi no Brasil*, In.: *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*, 1958, p. 296. ou, "As espulações a cerca das possibilidades de colonização de um país baseadas somente nas condições físicas ficam inteiramente sem base se não considerarem a evolução econômica e social das terras já colonizadas". Idem, p. 297.
- 43 — VALVERDE, Orlando. Observações orais. 11/02/93.
- 44 — Trata-se evidentemente mais do que o "espaço vivido". A observação é de Bergson: "Não há dúvida do que pensamos com apenas uma pequena parcela do nosso passado, mas é com o nosso passado inteiro ... que desejamos, queremos e agimos.
- 45 — La BLACHE, Vidal de. *Princípios de Geografia Humana*. Edit. Cosmos, Lisboa, 1954 (primeira parte. A distribuição dos homens no globo), p. 49-152.

Capítulo IV

O atento olhar ao movimento

- 1 — Chega a Porto Alegre no início de 1961 com 29 anos de idade, deixando o Lycée Jules Vernes de Nantes.
- 2 — Gentílico originário do rio Gironda, localizado entre vales e colinas de baixas altitudes no leste e pela planície costeira atlântica no oeste. Região vinícola tem seu centro regional em Bordeaux.

- 3 — PEBAYLE, Raymond. **Introdução ao estudo dos meios de comunicação no Rio Grande do Sul (o porto de Porto Alegre)**. Cadernos de Pesquisas. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1963.
- 4 — Bacia de Arcachon cuja entrada é sinalizada pela grande duna de Pylasur-Mer. O fundo da baía é um criatório de ostras.
- 5 — 1960-1963, Porto Alegre; 1964-1968, Belo Horizonte; 1969-1970, Rio de Janeiro, em missão no IBGE.
- 6 — Editado em setembro de 1992.
- 7 — Vide anexo: trabalhos publicados.
- 8 — Em Bordeaux.
- 9 — MONBEIG, Pierre. **Pionniers et planteurs de São Paulo**. A. Colin. Paris, 1952, p. 9, citado por Raymond Pébayle, *Les brésiliens ...* 1989, p. 7.
- 10 — MALRAUX, André. **La Condition humaine**. Gallimard. Paris, 1946, p. 70, citado por Raymond Pébayle, *idem*, p. 8.
- 11 — MONBEIG, Pierre. **Le Brésil**. PUF. Coll "Que sais-je?" Paris, p. 3, citado por Raymond Pébayle, *idem*, p. 8.
- 12 — PEBAYLE, Raymond. *Ob. cit.*, p. 8.
- 13 — PEBAYLE, Raymond. **Eleveus et agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil)**. These. Université de Paris I. Paris, 1974.
- 14 — "Terroir" significa espaço rural com certas aptidões agrícolas. As várzeas inundáveis, utilizadas pela rizicultura irrigada no Rio Grande do Sul, por exemplo, seria um terroir.
- 15 — PEBAYLE, Raymond. *Ob. cit.*, 1974, p. 14.
- 16 — *Idem*, p. 1
- 17 — *Idem*, p. 3
- 18 — *Idem*, p. 3
- 19 — "Finage" é o espaço de jurisdição de um poder feudal ou seu remanescente.
- 20 — "Explointants" é traduzido como produtores agrícolas.
- 21 — PEBAYLE, Raymond, *Ob. cit.*, p. 3.
- 22 — *Idem*.
- 23 — *Idem*.
- 24 — *Idem*.
- 25 — MONBEIG, Pierre. Citado por Raymond Pébayle. *Ob. cit.*, p. 5.
- 26 — PEBAYLE, Raymond. *Ob. cit.*, p. 6
- 27 — *Idem*, p. 7.
- 28 — "Terras altas" corresponde ao topo do planalto basáltico-riolítico da bacia do Paraná.
- 29 — PEBAYLE, Raymond. *Ob. cit.*, p. 164
- 30 — *Idem*, p. 78
- 31 — *Idem*, p. 89
- 32 — "Ferme" é traduzido aqui como estabelecimento agropecuário, segundo o conceito do IBGE.
- 33 — PEBAYLE, Raymond. *Ob. cit.*, 1974, p. 134.
- 34 — Peles e especialmente couros.

- 35 — **PEBAYLE, Raymond**, p. 197.
- 36 — **Idem**, p. 579
- 37 — **Idem**, p. 579
- 38 — **Idem**, p. 582
- 39 — **Idem**, p. 624
- 40 — **Idem**, p. 625
- 41 — **Idem**, p. 625
- 42 — **Idem**, p. 625
- 43 — **Idem**, p. 626
- 44 — **Idem**, p. 634
- 45 — **Idem**, p. 419 e 639
- 46 — **Idem**, p. 698
- 47 — **Idem**, p. 708
- 48 — **Idem**, p. 715.

Capítulo V

“O olhar ao futuro”

- 1 — **BENJAMIN, Walter**. O Surrealismo. O último instantâneo da inteligência europeia. In.: **BOLLE, Willi**. **Walter Benjamin. Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie**. CULTRIX/EDUSP. São Paulo, 1986, p. 109.
- 2 — **PEBAYLE, Raymond**. **Les gauchos du Brésil. Eleveurs et Agriculteurs du Rio Grande do Sul**. travaux et Documents de Géographie Tropicale. CEGET (31). Bordeaux, 1977. Na tese original. Paris, 1974: “Eleveurs et Agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil).
- 3 — Taxas de crescimento demográfico inferiores à do Rio Grande do Sul (1,47% a.a.) entre 1980 e 1991: Paraná (0,90% a.a.); Pernambuco (1,34% a.a.) e a Paraíba (1,32% a.a.).
- 4 — Resultados preliminares do censo demográfico de 1991 (IBGE).
- 5 — “O revivalismo religioso, que se tornou muito mais forte a partir do final dos anos 60, e a busca da autenticidade da autoridade na política (com todos os seus atavios de nacionalismo, localismo e administração por indivíduos carismáticos e “multiformes” com sua “vontade de poder” nietzschiana) são casos pertinentes”. **HARVEY, David**. **Condição Pós-moderna**. Edt. Loyola. São Paulo, 1992, p. 263.
- 6 — **SANTOS, Milton**. **O espaço do cidadão**. Edit. Nobel. São Paulo, 1987. **IBGE. Participação político-social**. 1988. Rio de Janeiro, 1990. (3 volumes).
- 7 — **HARVEY, David**. Ob. cit., p. 21.

APROXIMAÇÃO A SOUZA DOCCA ATRAVÉS DE SUA CORRESPONDÊNCIA*

Earle Macarthy Moreira
PUC/RS

Emílio Fernandes de Souza Docca (1884/1945), era natural de São Borja. Seu pai, o Coronel José Fernandes de Souza Docca — Docca por adoção de apelido ganho em feito de armas durante a Revolução Farroupilha, quando captura embarcação republicana desse nome — distinguira-se por heroísmo durante a invasão paraguaia de 1865.

Pessoa de muita consideração, mas de escassas posses, sua morte deixou a viúva, D. Maria José da Rosa Docca e os dois filhos, Emílio com oito anos e Leôncio com um ano menos, na pobreza. Pobreza administrada com muito trabalho e dignidade pela mãe, mas que obrigou o futuro general e historiador a lutar pela vida desde tenra idade, o que explica sua escassa escolaridade e seu ingresso precoce nas fileiras do 6º Batalhão de Infantaria, sediado em São Borja, no dia 4 de abril de 1899, contando quinze anos incompletos: “meio péssimo, cheio de sedução para um jovem, em que muitos naufragavam, levados pelas más companhias e pelos exemplos pouco edificantes que ali encontravam. (...) São Borja era o degredo para onde, com honrosas exceções, se transferiam oficiais e inferiores insubordinados ou envilecidos pelos vícios. E entre os degredados também apareciam, às vezes, oficiais brilhantes, que as injunções da política provincialiana afastavam de outros meios”¹.

Apesar das circunstâncias adversas, por pura força de vontade e disciplina espartana, associadas a seus dotes naturais de inteligência, Souza Docca foi lavrando o seu caminho no Exército, de soldado raso a general. Quando, em 1º de junho de 1921, matriculou-se na Escola de Intendência de Guerra, faltando-lhe um mês e meio para completar trinta e sete anos de idade, sendo então um simples 1º Tenente promovido por antiguidade, estava pisando, pela primeira vez, numa escola digna deste nome. Foi o primeiro lugar da turma e fez jus à “menção honrosa”.

Onze anos antes, em 1910, já havia forçado as portas da *Revista dos Militares*, reduto da oficialidade culta, com um longo estudo sobre a batalha de Tuiuti, cuja qualidade conseguiu superar a audácia, a princípio recebida com certa in-

* Publicado originalmente nos Anais da XII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica — SBPH — Porto Aletre — 1992.

dignação, de quem era tão-somente um simples sargento, “autodidata espontâneo e precoce”, cuja formação intelectual se dera na caserna do 6º BI e nas tertúlias das “academias do Narciso”, da pacata vila fronteiriça.

Aurélio Porto, com o pitoresco que ornava sua pena, evoca na homenagem “*post mortem*” que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro prestou a Souza Docca, em 27 de junho de 1945, a cena daquela soldado-guri, imberbe e encabulado, que lustrava com os cotovelos da farda mal-enjambrada, o balcão da farmácia missioneira: “O cenáculo é a farmácia da cidade. Narciso Peixoto de Magalhães centraliza, como dono da casa, as costumeiras reuniões desses expoentes da intelectualidade. Já são tradicionais estas tertúlias. História, literatura, arte, ciência, enchem as horas, encantam os espíritos. Às vezes se chocam as opiniões discordes da política nacional...”².

No interior do Rio Grande do Sul daqueles idos, vicejava uma imprensa muito ativa, atrelada quase sempre aos interesses políticos localistas, mas, nem por isso, infensa à promoção cultural propriamente dita. Nesses periódicos e revistas de vida incerta, que surgiam, finavam e renasciam ao sabor das circunstâncias, muitos dos nossos escritores, jornalistas e políticos fizeram sua iniciação na república das letras: Alceu Wamosy, aos catorze anos, em *A Cidade* de Alegrete; Natércia Velloso, aos dezesseis, na revista *O Incentivo* de Rio Pardo; Múcio Teixeira em *A Coruja* de Jaguarão, onde servia como soldado do exército entre 1873/85; Simões Lopes Neto no *Diário Popular*, na *Opinião Pública*, no *Correio Mercantil*, de Pelotas e, assim, tantos outros.

Souza Docca não fugiu à regra: com dezoito anos estréia em *A Grinalda* de São Borja, esbanjando romantismo em prosa e verso. *O Uruguai* — o mesmo que abrigou Vargas Neto como diretor, em 1930 — publicação de prestígio em ambos os lados da fronteira, franqueia-lhe suas colunas e o mesmo se dá com *A Nação* de Uruguaiana. Não contente em ser, nesses anos que antecedem a sua primeira ida à capital do Estado, em 1908, colaborador de destaque de uma parcela significativa da imprensa regional, aí incluídos o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, de Alfredo Ferreira Rodrigues e o *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*, de Graciano Azambuja, encontra disposição para a aventura editorial, ombro a ombro com Amaro Miranda Pinho. Fundam os dois o jornal *Aurora*, que conseguiram tirar durante nove meses, a duras penas³.

Viver em Porto Alegre representou para Souza Docca muito mais do que a oportunidade de emergir do sub-oficialato — quinze anos como sargento — para o quadro de oficiais: 2º Tenente em 1915, 1º Tenente em 1919, Capitão em 1921, Major em 1923, Tenente-Coronel em 1928, Coronel em 1934 e, finalmente, General em 1941. Foi, sobretudo, nos primeiros anos, o convívio com a intelectualidade acadêmica, com as boas bibliotecas, com os arquivos quase indevassados ainda, que firma seu prestígio com um livro de repercussão nacional — *Causas da Guerra com o Paraguai* —, lançado em 1919.

Decorridos escassos trinta anos da proclamação da República, os positivistas, por convicção ou por conveniência — estes em maior número — a pretexto de consolidar o regime escorando-se nas simpatias dos vizinhos, apresentavam

os conflitos platinos como de exclusiva culpa da monarquia deposta. De cambu-lhada, enalteciam os adversários e denegriam a memória dos patrícios. Incorporavam, sem maior crítica, ao discurso histórico brasileiro a bibliografia platina, com tanto mais satisfação quanto maior fosse o dano estimado para o antigo regime.

A serviço dessa causa, a bem da verdade, não houve historiadores de grande porte, mas jornalistas que peregrinavam por esse campo com uma certa desenvoltura, como Bagueira Leal ou Celso Vieira. No entanto, numa época em que a imprensa diária dedicava a temas históricos espaços hoje inimagináveis e o público leitor encontrava aí o seu abastecimento intelectual mais acessível e barato, a difusão de tais escritos era muito grande e importante o seu papel na formação da opinião pública. Conseqüentemente, procurar acesso a essa via de comunicação torna-se o grande empenho de Souza Docca, cuja obra “tem quase integral cunho polemístico, e é, em essência, um conjunto de réplicas às erronias difundidas por autoridades, cujo prestígio intelectual era um perigo de perpetuação de conceitos deformativos da história”⁴.

Aurélio Porto, velho amigo e debatedor, rememorando, depõe:

Longe de nós a pretensão de fazer História. O ouro, de alto quilate, que devia servir-lhe de lastro, estava ainda no fundo da mina. Descobri-lo, eliminar as suas impurezas ao toque da crítica histórica, para que se ajustasse ao engaste da Verdade, seria, no momento, trabalho de relevância. Outros construísssem o monumento. A nós, a faina de carregadores do material, arrancado com fadigas enormes às jazidas arquivais.

Foi essa, ao princípio, a inteligente ação de Souza Docca. Uma nota inédita restabelecendo um fato histórico; uma nova interpretação a documento mal vislumbrado; um traço de verdade, cancelando uma mentira histórica, teriam mais significação do que a sequência de tomos massudos, decalcados em trabalhos alheios⁵.

A correspondência do historiador, hoje em poder do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, mostra por um lado a sua pertinácia, e, por outro, as dificuldades encontradas.

Apelando para os bons ofícios de um parente radicado em Pelotas, dele recebe como resposta a promessa de levar pessoalmente, aos três jornais diários da cidade — *Opinião Pública*, *Diário Popular* e *Rebate* — exemplares de *Causas da Guerra com o Paraguai* para apreciação e notícia⁶. Além disso, escrevia: “Temos aqui duas livrarias, as quais amanhã procurarei, a fim de conhecer suas propostas. As respostas que obtiver, lhe darei em aditamento desta carta, caso tenha vapor a tempo”⁷.

Os resultados dessa embaixada não foram nada animadores. Vinte e poucos dias depois (21.4.1919), nova correspondência de Pelotas dá conta do recado:

Nenhuma delas, como me declararam, convem-lhes a aquisição da obra, sendo que a “Universal”, de Echenique e Cia., aceita a proposta da venda mediante comissão, esta porém, nunca inferior a

20%... Recebi os três volumes destinados à imprensa local, fazendo pessoalmente a entrega a cada um dos jornais diários... O Florentino Paradedda, redator do "Diário Popular", prometeu-me ler e sobre o livro dar circunstanciada notícia. Quanto a Trebbi e Dr. Faria Eston, redatores do "Rebate", aquele, e este da "Opinião Pública", receberam pessoalmente os livros, porém, não me disseram coisa alguma. A entrega aos três jornais, fiz no dia 10, esperando qualquer notícia para remeter-lhe, o que até hoje entretanto, nenhum o fez⁸.

A todas estas, Souza Docca, conforme se depreende de uma nota de próprio punho, de 19 de maio, conseguiu vencer a resistência de Echenique, remetendo-lhe vinte exemplares em consignação, aos implacáveis vinte por cento.

O livro em questão foi o amuleto da sorte para o seu autor, colocando-o num palco iluminado. Em março de 1919, F. Paula Cidade comenta-o favoravelmente na *Revista dos Militares*; em abril, Afonso Celso faz-lhe a crítica em dois artigos no *Jornal do Brasil*; no mesmo mês, na sua "Crônica Literária", em *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, João Ribeiro emparelha-o com a História do Rio Grande do Sul, do Pe. Carlos Teschauer S. J.; ainda no mesmo ano, pelas colunas do *Correio do Povo*, o jornal de maior prestígio do Estado, Ildelfonso Gomes e João Cesar Sampaio tecem-lhe elogios. A mesma reação favorável verifica-se no *Diário do Estado*, da Paraíba; em *A Folha*, de Jundiá; no *Correio da Manhã*, do Rio; em *O Itiberê*, de Paranaguá; no *Diário de Notícias*, de Salvador, onde foi resenhado e comentado pelo destacado mestre de Direito Internacional Público, Bernardino de Souza. Chamada a atenção de Rodolfo Garcia, foi pelo empenho deste que Souza Docca foi acolhido como membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 6 de agosto de 1921. No ano anterior, juntamente com Amaro Batista, Aquiles Posto Alegre, Pe. João Batista Hafkemeyer, Aurélio Porto, Florêncio de Abreu, Alfredo Ferreira Rodrigues e outros do mesmo quilate, inscreveu-se entre os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Sem outro editor que não ele mesmo ou as revistas do IHGRGS e IHGB, cujas separatas convertiam-se em livros, especialmente na década de 20, com poucas livrarias dignas desse nome, a remessa privada foi a única maneira que Souza Docca encontrou, como estreado, para colocar seus escritos em discussão, tanto no país como exterior.

De sua correspondência ativa e passiva, relativa aos anos 1919/1944, da qual já localizamos 163 exemplares, saltam lugares como São Paulo, Jundiá, Governador Valadares, Rio Comprido, Piracicaba, Rio de Janeiro, Recife, Parnamirim, Vitória, Salvador, Florianópolis, Fortaleza, Petrópolis, Curitiba, etc. No exterior, o endereçamento é Londres, Lisboa, Washington, Panamá, México, Assunção, Montevidéu, Buenos Aires, Córdoba, Corrientes.

Os nomes que vão aflorando desse relacionamento epistolar são bem significativos: Oliveira Lima, Max Fleiuss, Basílio de Magalhães, Geraldo José Pauwels S. J., Teodoro Sampaio, Barão de Studart, Rocha Pombo, Tobias Monteiro, Afrânio de Mello Franco, José Carlos de Macedo Soares, etc.

Tasso Fragoso, p. ex., (Rio, 26.4.1929), felicitando pelo excelente trabalho *A Convenção Preliminar de Paz de 1828*, deixa transparecer uma pontinha de amargura: "O Sr. teve sorte incomparável, pois lhe permitiram consultar o arquivo do Itamaraty. Sei de outros que não o conseguiram. Mas esse *deslize* da política da casa produziu uma obra patriótica: a sua *Convenção...*"

Heitor Lyra (Rio, 23.1.1933), agradecendo a remessa de *O Brasil no Prata*, é enfático: "O Sr. é hoje o mestre mais autorizado da história da nossa diplomacia no Prata, na sua primeira fase".

Claro está que, no que se refere a historiadores estrangeiros, os platinos, por força dos temas de sua preferência, são os que mais compareceram: paraguaios, como Juansilvano Godoy, Héctor F. Decoud ou Cecilio Baez; argentinos, como Juan Beverina, Ariosto Gonzalez, Hernández Gómez; uruguaios, como Azarola Gil, José Aguiar, Alberto Palomeque e Aquiles B. Oribe.

Nessa correspondência platina quase sempre se encontra alguma coisa de interesse para a nossa história comum: p. ex., Héctor Decoud (Asunción, 26.12.1925), relata como tomou conhecimento de *Causas da Guerra com o Paraguai*, por intermédio de Cecilio Baez e afiança: "*casi estoy seguro, que por primera vez se ha presentado en una forma correcta, precisa y verídica las causas...*". Presta, em seguida, depoimento interessante sobre como havia conhecido Carneiro de Campos, prisioneiro depois do apresamento do vapor *Marquês de Olinda*.

Com o Almirante José Aguiar, que havia vislumbrado erros na demarcação dos limites Brasil-Uruguai, manteve Souza Docca discussão de alto nível demonstrando ambos os contendores acurados conhecimentos de história e geografia dos Descobrimentos, bem como de Direito Internacional. O livro *Limites entre o Brasil e o Uruguai*, condensa a argumentação de Souza Docca. Imediatamente, José Aguiar propõe-se a traduzi-lo para o espanhol e publicá-lo na *Revista Militar y Naval*, de Montevideu. Em 20 de outubro de 1939, remete-lhe a tradução, para que a revise, a qual é devolvida em 3 de dezembro de 1939, com apenas duas ressalvas⁹.

O episódio referido, aliás, referenda a opinião de quantos conheceram Souza Docca em vida, sobre um traço peculiar de sua personalidade: a lhanza no trato, mesmo em se tratando de adversários de suas teses, e a firmeza de suas convicções, via de regra bem amparadas em acuradas pesquisas e exposição lógica e clara. Quando obrigado a replicar a críticos desaforados, esgrimia uma mordacidade elegante, mas feroz, capaz de desestimular novas investidas. Tal se deu com Alfredo Varella, que picado com certas críticas sobre a *História da Grande Revolução*, respondeu-lhe pelo *Jornal do Comércio*, em matéria intitulada "Crítica de escada abaixo", de forma muito depreciativa. E o revidou não se fez esperar:

Não está em causa a minha nulidade, nem a sua sabedoria, e sim juízos, conceitos, sobre homens e coisas de nossa terra, e por isso, vou em minha resposta limitar-me a esse ponto, fugindo, por escrúpulo ou por decência a retaliações pessoais. Não descerei a esse terreno tão escabroso e impróprio de quem se preza, visto que dá a impressão de bate-boca de gente de baixa esfera. O rio-grandense de boa lei, não cultiva — detesta esse esporte de china mal-educada¹⁰.

De certo, muito terá pesado na irritação de Varella o fato de Souza Docca haver estampado em letra de forma o que muita gente murmurava, à socapa, de seus livros:

... método expositivo estonteante, onde o assunto principal se perde, como agulha em palheiro, na torrente de citações eruditas e no cascatear constante das divagações, ou se oculta, como arbusto esmaecido, mirrado, sob a trama do cipoal imenso, onde vicejam lindas parasitas de variadas cores...¹¹.

Inicialmente, um colecionador de efemérides, evoluirá Souza Docca, se levadas em conta as dificuldades materiais de sua vida, com bastante celeridade, na direção de concepções mais avançadas e orgânicas da história.

A preocupação em tornar o seu modo do fazer historiográfico claro, leva-o a freqüentes digressões sobre a matéria até chegar à formulação metódica em dois trabalhos — *O Estudo da História*¹² e *A História à Luz da Filosofia*¹³ — que se não ofuscam pelo brilho, também não pecam pela falta de coerência e honestidade intelectual. Fundamentalmente, chega a compartilhar da posição de Silvio Romero de que “uma história sem homens, é como uma astronomia sem astros, uma física sem corpos”¹⁴. Aliás, é visível por essa e outras vias a influência do determinismo biológico e sociológico, bem como do evolucionismo darwiniano e spenceriano, em sua obra mais madura.

O Estudo da História e *A História à Luz da Filosofia* identificam e discutem o providencialismo, o livre-arbítrio, a predestinação, o determinismo, a causalidade, o fatalismo, o racionalismo, o evolucionismo e o positivismo. A “Escola Nova”, os princípios clássicos de Descartes, a “lei dos três estados”, bem como Michelet, Berr, Croce e Spengler, se cruzam, se organizam, se decompõem e se recompõem no quadro teórico proposto por Souza Docca, cuja linha maestra é dada por Augusto Comte.

A conjuntura sul-rio-grandense, fortemente influenciada pelo positivismo castilhistas, exatamente nos anos de formação do historiador, por si só poderia ser invocada para o entendimento de sua postura. No entanto, sua correspondência aponta para outras vias de acesso, complementares talvez, mas não desprezíveis.

Em 1912, o historiador uruguaio Aquiles B. Oribe lançava um trabalho intitulado *Brigadier General D. Manuel Oribe*: estudio científico acerca de su personalidad, segunda edição corrigida e aumentada de uma tormentosa conferência, lida nos salões da Sociedade Francesa de Montevidéu, em 21 de outubro de 1911.

A acolhida da obra, nas duas margens do Prata, foi das melhores, com ampla repercussão nos círculos universitários, da política e da imprensa. Estudantes da Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires consideraram a primeira parte do livro “*un verdadero programa para la cátedra de filosofía de la historia*”¹⁵.

Adolfo Saldías, o consagrado autor da *História de la Confederación Argentina*, tão logo recebe a obra, escreve extensa carta ao autor, elogiando as orientações teóricas e metodológicas expostas nos primeiros capítulos, embora criticando-o por não corresponder, na prática, à teoria¹⁶.

O historiador uruguaio, de fato, assentava as suas premissas em denso capítulo — “*Evolución y concepto moderno de la Historia*” — onde passava em revista as posições do Spencer, Guyot, Comte, Giner de los Ríos, Desteffanis, Altamira, Seignobos, Lacombe, Xenopol, etc. Pois bem, há vestígios na correspondência trocada entre Souza Docca e Aquiles B. Oribe — localizadas até o momento cinco cartas, abrangendo um período que se estende de junho a novembro de 1929 — que revelam não apenas um fraterno relacionamento, como intercâmbio de idéias sobre a natureza e interpretação da história, revelador de identidade de pontos de vista¹⁷.

Giram essas missivas sobre a troca de duas publicações: *Oribe y Garzon e A Convenção Preliminar de Paz de 1828*. Os comentários são reciprocamente elogiosos e percebe-se, por parte do brasileiro, conhecimento da obra anterior do uruguaio e mesmo alguma filiação doutrinária:

... su obra, por la documentación que aporta y argumentos que Ud. saca de esos papeles, implica casi una revisión del tema. (...) Ud. ha tratado el tema con profundidad, talento y ferrea lógica: y el tiene que producir una revisión de todo lo dicho hasta ahora. (Oribe, 8.6.1929)

... tendes da história uma concepção que se coaduna perfeitamente com a evolução desse ramo dos conhecimentos humanos, e sabeis com rara habilidade intercalar em seus trabalhos, com uma perseverança e firmeza de doutrinador, seus sentenciosos conceitos, sobre esse método novo e racional. Folguei imenso encontrando em *Oribe y Garzon* conceitos com que também entendo se deve escrever a história... Outro princípio que há muito vindes com eloquência e brilho defendendo — determinismo — que conceituais como o “*único propulsor verdadero de las acciones de los hombres*”, também é isso motivo para mim de grande satisfação, visto que como tal o tenho proclamado (Souza Docca, 19.7.1929).

A peça principal desse intercâmbio epistolar é, no entanto, a apreciação doutrinária e crítica que está apensa à carta de Aquiles B. Oribe, datada de 6 de setembro de 1929, com quinze páginas datilografadas. Graças ao que nela lhe dizia respeito, o historiador gaúcho, filho das casernas e da vida chucra da campanha, deve haver dado por boas as horas roubadas ao descanso, que o corpo moído

reclamava, para empregá-las no estudo. Provindo de homem culto e viajado, patricio considerado na vida social e política do Prata, o elogio, na sonoridade peculiar do idioma de Cervantes, há de ter emocionado seu destinatário, cuja invencível modestia manteve-o longe de olhos alheios:

Está demás que lo diga, V. S. pertenece a esa nueva generación de brillantes historiadores que han roto definitivamente con el ambiente malsano del cronista para constituirse en verdaderos profesionales que estudiam los acontecimientos através de la moderna metodología de la historia que hace su disección con armas científicas para presentarlos después desgrasados de todas aquellas adherencias que produjo la ignorancia, el interés, la pasión o la mala fé.

V. S. forma parte de la limpia escuela de los que trabajan en perfectos laboratorios científicos en donde los hechos se fijan y caracterizam no con criterio personal o antojadizo sino que, con aquel que nos dá las ciencias auxiliares de la historia que exigen el pasaje de los mismos por su tamiz para presentarlo después tal cual son. Por eso, la obra de V. S. es fecunda y provechosa y tiende a marcar nueva ruta a todo aquello que abarca.

Notas

- ¹ PORTO, Aurélio. Discurso *in memoriam* do General Emílio Fernandes de Souza Docca, Sessão Solene do IHGB, Rio de Janeiro, 27.5.1945.
- ² *Idem*.
- ³ FAGUNDES, Mario Calvet. *Souza Docca: vida e obra*. Rio de Janeiro: ed. do A., 1961, p. 58-59.
- ⁴ *Idem*, p. 201.
- ⁵ PORTO, Aurélio, op. cit.
- ⁶ SOUZA DOCCA. *Causas da Guerra com o Paraguai*. Porto Alegre: Liv. Americana, 1919.
- ⁷ Thomaz Souza de Costa a Souza Docca: Pelotas, 31.3.1919.
- ⁸ *Idem*, Pelotas, 21.4.1919.
- ⁹ SOUZA DOCCA. *Limites entre o Brasil e o Uruguai*. Rio de Janeiro: Gráf. E. M. I., Min. da Guerra, 1939. Trad. de José Aguiar. Montevideu, Imp. Militar, 1946.
- ¹⁰ FAGUNDES, M. C. op. cit., p. 181-182.
- ¹¹ *Idem*, *ibidem*.
- ¹² In: *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, v. XX, 1928.
- ¹³ Conferência na Sociedade Brasileira de Filosofia, 1932.
- ¹⁴ *Apud* FAGUNDES, M. C. op. cit., p. 164.
- ¹⁵ *La Tribuna Popular*, Montevideu, 7.2.1912.
- ¹⁶ ORIBE, Aquiles B. *Brigadier General D. Manuel Oribe: estudio científico acerca de su personalidad*. Montevideo: A. Barreiro y Ramos, 1912 (2ª ed.), p. 9-13.
- ¹⁷ Aquiles B. Oribe a Souza Docca: 1.6.1929; 8.6.1929; 6.9.1929. Souza Docca a Aquiles B. Oribe: 19.7.1929; 13.11.1929.

PANORAMA SÓCIO-CULTURAL DA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI

Sérgio da Costa Franco

I. O Espaço

Segundo o cálculo dos geógrafos, a fronteira Brasil-Uruguai, da foz do arroio Chuí no Oceano Atlântico à desembocadura do Rio Quaraí no Rio Uruguai, se estende por 1.003 quilômetros. Do lado brasileiro, estão os municípios de Uruguaiana, Quaraí, Livramento, Dom Pedrito, Bagé, Erval, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar; do lado uruguaio, os departamentos de Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta y Tres e Rocha. Mas, tanto de uma parte como da outra, certas características próprias da região fronteiriça se estendem para além dos municípios ou departamentos limítrofes: seria este o caso de municípios como Alegrete, Rosário do Sul ou Arroio Grande no Brasil, e de Salto e Tacuarembó no Uruguai.

Salvo no espaço da Lagoa Mirim, que é obstáculo expressivo a separar populações da margem leste e da margem oeste, toda a linha fronteiriça tende a estabelecer laços muito íntimos entre os cidadãos de uma e outra banda. Os rios Quaraí e Jaguarão só apresentam bom volume de água nas proximidades de seus respectivos desagüadouros. Tanto um como o outro apresentam numerosos passos francamente vadeáveis, pelos quais sempre se fez possível o trânsito e o comércio: Passo do Cacique, Passo das Pedras, Passo da Armada, Passo do Sarandi e Passo do Centurião, no Rio Jaguarão; no Rio Quaraí, o Passo do Juquiri, o Passo dos Ramos, o Passo do Leão, o Passo da Cruz, o Passo do Ricardinho e o próprio Passo do Batista, onde nasceu a cidade de Quaraí. A propósito deste último rio, observa o Dicionário Geográfico de Otávio Augusto de Faria: "Possui em toda a sua extensão leito de pedra, em geral de fundo baixo e conserva pouca água, de modo que logo após as suas crescentes, já dá vau, em quase todo o seu curso".

No restante, a linha divisória foi traçada ao longo de pequenos arroios, de linhas de coxilhas, como em Livramento, ou até de linhas convencionais, secas e retas, traçadas à régua sobre o mapa, como entre Aceguá e o Arroio da Carpintaria.

A feição geográfica da região é virtualmente a mesma, seja do lado brasileiro, seja do uruguaio. Exceção feita às coxilhas de baixa altitude que servem de divisor de águas, predominam francamente as planícies, adequadas à pecuária extensiva e à lavoura orizícola.

Nenhuma grande cadeia de montanhas, nenhum intransponível curso d'água, nenhum deserto ou pantanal inabitável separam o Brasil do Uruguai. E, ao revés, como tudo concorreu para aproximar cultural, social e economicamente os dois povos, o resultado final foi uma área de interação intensa, onde a própria literatura começa a reconhecer a presença de “uma terra só”, — expressivo título do livro de contos do escritor jaguarense Aldyr Garcia Schlee.

II. A penetração brasileira no território uruguaio

No confronto estabelecido entre os dois expansionismos — o português e o espanhol —, ao longo dos séculos 17 e 18, o português se mostraria mais ofensivo e mais dinâmico. Os espanhóis não souberam conservar sua guarda avançada que foram as missões jesuíticas e, no território gaúcho, entregaram sua conquista do porto marítimo de Rio Grande em 1776, assim como não conseguiram fazer respeitada a fronteira traçada pelo Tratado de Santo Ildefonso em 1777. Finalmente, em 1801, foram virtualmente empurrados em todas as frentes, permitindo que a divisa se transferisse do Taim para o Chuí, do Piratini para o Jaguarão, e da Coxilha Grande para os cerros do Jarau.

Só por isso, e mais pelas circunstâncias históricas subseqüentes, compreende-se que a expansão luso-brasileira não se detivesse sequer diante das fronteiras traçadas para a Província Cisplatina em 1821. Os capitães-generais do Rio Grande de São Pedro fizeram doações de sesmarias na região que hoje integra o Departamento de Artigas, entre os rios Quaraí e Arapeí. Tal região, transitariamente, pertenceu ao Rio Grande do Sul. De sua parte, o General Lecor, governador da Cisplatina, foi generoso no distribuir terras a brasileiros em toda a fração norte de sua província. A propósito, escreve o Almirante Carlos Carbajal, uruguaio autor de um interessante ensaio denominado “La Penetración Luso-Brasileña en el Uruguay”, Montevideo, 1948, 168 pp.:

“El arribo a la campaña de la entonces provincia Cisplatina, de esa inmigración luso-brasileña durante los años comprendidos entre 1820-1828, puede comprobarse con los numerosos expedientes por cuestiones sobre tierras, permisos de internada en campos orientales, reclamos de ganado, etc., promovidos por súbditos de aquellas nacionalidades, principalmente brasileños. Los libros índices de la Escribanía de Gobierno y Hacienda mencionan centenares de tales expedientes iniciados por los Antunes Maciel, Alves de Oliveira, Abreu, dos Santos, Amaral, da Cunha, da Costa, Barbosa, Conceição, Ferreira, Carbalho [sic], Carneiro, patronímicos estos y otros cien que no dejan lugar a dudas sobre el origen de los denunciantes de tierras, o de los litigantes sobre propiedad de ganado o de esclavos”. (Op. cit., p. 70)

Aníbal Barrios Pintos, autor de “Historia de la Ganadería en el Uruguay” registra que entre 1826 e 1827, 240 léguas e 3/4 de terras públicas se achavam em poder de súditos brasileiros.

A proclamação da independência do Uruguai em 1828 não foi suficiente para estancar a migração brasileira para o norte daquele país. A superveniência da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, gerando um clima de divisão interna, insegurança e ressentimentos, determinou o deslocamento de muitas famílias brasileiras para o território uruguaio. E quando se aproximava do fim o ciclo da insurreição farroupilha, eclodiu no Uruguai a chamada “guerra grande”, entre partidários de Rivera e de Oribe, que intranquilizou o Estado Oriental até 1851, criando condições para que as charqueadas rio-grandenses se tornassem o escoadouro natural, quando não obrigatório, do comércio de gado uruguaio. E embora Oribe haja hostilizado e perseguido muitos proprietários brasileiros, colhe-se a impressão de que nem mesmo a “guerra grande” fez estancar o movimento migratório de gaúchos. O seu epílogo foi, aliás, oportunidade para as predatórias invasões de Francisco Pedro de Abreu ao longo do Quaraí, que passaram à história como as “califórnicas” do Barão de Jacuí.

Em 1850, o governo imperial solicitou aos comandos da Fronteira um levantamento dos estancieros brasileiros estabelecidos no Uruguai. E essa nominata, que foi divulgada como apêndice de relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros, documenta o alcance quantitativo e qualitativo da penetração de rio-grandenses no território da vizinha República. O comandante da Fronteira do Chuí informou 35 nomes de fazendeiros, no conjunto proprietários de 342 léguas quadradas, somente na região adjacente à Lagoa Mirim e Chuí. Entre eles o famoso Domingos Faustino Corrêa, além de vários outros da mesma família, e dos Brum, dos Ávila e dos Terra. O comandante de Jaguarão apresentou relação de 154 estancieros, estabelecidos nos atuais departamentos de Treinta y Tres e Cerro Largo, entre eles figuras tão importantes quanto Francisco José Gonçalves da Silva (um dos fundadores de Jaguarão), Bonifácio José Nunes, Antônio de Souza Netto, João Jacinto de Mendonça e João da Silva Tavares. Somente uma proprietária, a Viúva Josefa D'Ávila, possuía entre Pará (hoje Vergara) e Olimar, 60 léguas de campo. O comandante da fronteira de Bagé apresentou “relação dos brasileiros que possuem estâncias no departamento dos Serros Blancos, pertencentes à Vila de Tacuarembó no Estado Oriental, cujo departamento fica ao norte do Rio Negro e divide por esta província pela fronteira de Bagé”: seriam 87 titulares, com propriedades de 331 léguas de extensão, mais ou menos, em seu montante. Entre eles, Carlos Silveira, o pai de Gaspar Silveira Martins. Finalmente, o comandante das fronteiras de Quaraí e Missões remeteu duas pormenorizadas relações: a primeira dos “brasileiros que têm suas fazendas, tanto de propriedades como arrendadas, ao norte do Arapeí Grande e ao sul de Quaraí”; e a segunda, dos “brasileiros que têm suas fazendas ao sul do Arapeí Grande e ao norte da Coxilha de Haedo”. Na última lista, 77 nomes; na primeira, 161.

Embora grande parte dessas propriedades houvessem sofrido embargos ou saques praticados pelas forças de Oribe, a derrota deste, no ano subsequente, restabeleceu a titularidade antes adquirida pelos rio-grandenses, sendo todos eles beneficiados pela valorização dos campos e dos rebanhos, decorrente da pacificação.

Tão expressiva se tornou, em meados do século XIX, a presença brasileira no Uruguai, que, em 1863, segundo dados informados pelo Almirante Carbajal, numa população total de 180.000 habitantes haveria cerca de 40.000 brasileiros. Não por acaso, um deputado oriental denunciava, em 1º de abril de 1862, que os brasileiros já possuíam no país perto de 4.000 léguas, quase o equivalente à metade do território da República, e pleiteava medidas legais contra novas aquisições de terras por brasileiros. Como resposta a essa situação, os legisladores uruguaios determinaram medidas para a colonização oficial das terras públicas que restassem junto à fronteira do Rio Grande do Sul, assim como o governo de Montevideu determinou a fundação do povoado de que resultou a cidade de Rivera.

O "Anuário Estadístico de la República Oriental del Uruguay" referente ao ano de 1889, apresenta tabelas impressionantes no tocante ao valor das propriedades rurais, segundo a nacionalidade dos proprietários. Se, nos departamentos meridionais, a presença brasileira não se destaca entre os contingentes estrangeiros, já então muito numerosos por causa da maciça imigração italiana e espanhola, nos departamentos do norte e do leste uruguio os brasileiros ocupam posição dominante, superando em alguns casos o número de proprietários uruguaios e vencendo-os amplamente no que tange ao valor declarado das propriedades.

Uma síntese de tais tabelas permite visão objetiva do assunto, pelo menos em 1889:

DEPARTAMENTO	Nº de proprietários		Valor das propriedades (em \$ 1.000)	
	Orientais	Brasileiros	De orientais	De brasileiros
Paysandu	539	218	4.702	4.103
Salto	632	668	2.861	6.630
Artigas	163	576	1.035	5.692
Rivera	129	623	506	3.629
Rocha	2.096	218	3.439	1.269
Tacuarembó	413	543	2.432	4.569
Treinta y Tres	1.413	246	3.342	1.208
Cerro Largo	1.029	1.134	2.227	5.147

Uma das conseqüências que os autores uruguaios apontam para a fixação de fazendeiros brasileiros foi a introdução de escravos negros em todo o norte da República. Mesmo depois que, em 1843, a legislação uruguia baniu os últimos vestígios do escravismo, os estancieiros brasileiros continuaram com o privilégio de trazer seus escravos para o território da República Oriental, ostensivamente enquanto as leis uruguiaias o permitiram, e depois sob o disfarce de contratos de locação de serviços, que se extinguíam quando o escravo era levado de volta ao Rio Grande do Sul.

III. A ação do comércio de Montevideu sobre a fronteira brasileira.

Se a penetração brasileira no Uruguai se fez através da aquisição da propriedade imóvel e do estabelecimento de fazendas de criação, a resposta uruguaia se processou sob o signo do dinamismo comercial e viário a partir do porto de Montevideu.

Sede de um bom porto e na boca de uma bacia hidrográfica que estendia os dedos dos seus rios até ao Rio Grande do Sul, ao Paraguai e ao Mato Grosso, Montevideu se especializou desde cedo no comércio de trânsito. Já porque o Uruguai era país de população escassa e, conseqüentemente, de reduzido mercado consumidor, era-lhe imprescindível fazer-se intermediário do comércio com os países vizinhos. Cultivando sempre um sistema de baixas tarifas de importação, o Uruguai se tornou um tradicional intermediário de produtos europeus para o abastecimento de argentinos, brasileiros, paraguaios e até bolivianos. De outra parte, o mesmo porto de Montevideu servia de escaadouro para as exportações do oeste e sudoeste rio-grandenses, do Paraguai e de algumas províncias argentinas. Até a década de vinte deste século, os saladeiros de Quaraí, Uruguiana e Itaqui mandavam seus produtos, para o próprio Brasil, através do Porto de Montevideu.

Inicialmente, esse comércio de trânsito tinha por base a navegação do Rio Uruguai. Mais adiante, a navegação seria substituída pelas estradas de ferro, que desde logo tiveram o caráter de ferrovias de penetração, dirigindo-se decididamente para a fronteira do Brasil, onde chegaram muito antes que o fizesse a rede ferroviária brasileira.

De fato, já em 1887, concluído o Ferro-Carril Noroeste del Uruguay até Barra do Quaraí, e estabelecida a famosa linha da BGS até Uruguiana (até Itaqui no ano seguinte), estas cidades ficaram diretamente ligadas a Salto e a Montevideu. Em contraste, quase 20 anos se passaram até que Uruguiana tivesse efetiva ligação ferroviária com Porto Alegre (só em 1907).

A mesma precedência uruguaia ocorreu no setor de Livramento e Rivera. Esta última cidade teve sua ligação ferroviária com Montevideu em 1892; e só 20 anos mais tarde, em 1912, os trilhos da ferrovia gaúcha atingiriam Livramento.

San Eugénio, hoje Artigas, teve sua linha ferroviária com precedência ainda maior em relação a Quaraí, que só recebeu trem no ano de 1939, depois de uma morosa construção.

Pode-se bem imaginar o que esses fatos representaram para que Montevideu e a cultura uruguaia projetassem sua influência sobre as populações da Campanha do Sudoeste.

IV. Interação econômica

Desde muito cedo, as comunidades dos dois lados da linha divisória tenderam à prática de uma economia solidária, que as barreiras fiscais jamais conseguiram disciplinar. O famigerado contrabando, hostilizado pelos governos (nem sempre com muita sinceridade) e combatido pelas praças comerciais que ele pre-

judicava, sobreviveu a todas as perseguições. E quando a recente concessão dos “free shops” de Rivera vem legitimar uma prática mais que centenária de comércio internacional de varejo, não se faz mais do que homologar uma interação econômica de quase dois séculos.

As trocas mercantis entre o Rio Grande e o Uruguai remontam, como se sabe, à existência da Colônia do Sacramento. Grande parte do trânsito de tropas que marcou a existência inicial do Continente do Rio Grande, deveu-se à atividade de changadores e tropeiros que operavam na área de incerto domínio que separava, no Uruguai, as jurisdições de Portugal e de Espanha.

Mas, já ao nascer a indústria do charque em Pelotas e adjacências, os estancieiros estabelecidos no Leste do Uruguai foram tentados a levar suas tropas de gado gordo à “tablada” de Pelotas, por ser um centro consumidor mais próximo. Embora, a título de resguardar os interesses econômicos da Cisplatina, o governo desta última província, sob o habilidoso general Lecór, estabelecesse tributos sobre o tráfico de gado em pé para o Rio Grande do Sul. O fato mereceu um protesto específico de Gonçalves Chaves, em suas notáveis “Memórias Econômico-Políticas” (Ed. Erus, p. 204):

“O comércio só se nutre bem em plena liberdade. Há muitos países ou departamentos pertencentes ao Estado Cisplatino a que muito convém negociar conosco e muitos desta província a quem convém negociar com o Estado Cisplatino. Nesta província lançam-se grandes direitos e até proibições absolutas sobre os gados que se destinam ao Estado Cisplatino; de lá se faz o mesmo. Por que não teremos todos, de uma como de outra província, plenitude de liberdade em nosso comércio interior?”

Na faixa limítrofe, o gado e os subprodutos do criatório, na medida do possível, procuravam os mercados mais favoráveis. E a cumplicidade coletiva em favor do descaminho de tributos quase sempre inviabilizou os propósitos de guardas e fiscais aduaneiros. A incoerência das estatísticas o demonstra; de um ano para outro, discrepâncias inexplicáveis no ritmo da produção de lãs e couros indicam que um país vazou para o outro os seus efeitos de comércio, na busca de melhor mercado.

Os focos de vigilância política contra o contrabando foram, invariavelmente, os portos do litoral rio-grandense — Porto Alegre e Rio Grande — que em vão se esforçavam por cercar a penetração das mercadorias importadas através de Montevidéu. A antiga Praça do Comércio de Porto Alegre, hoje Associação Comercial, desde sua fundação em 1858, desenvolveu uma luta histórica contra o contrabando fronteiriço. E, no fim do período monárquico, a solução procurada e transitoriamente encontrada foi a adoção de uma “tarifa especial” para o Rio Grande do Sul, com vistas a enfrentar a competitividade das importações via Uruguai. Mas os orientais não desanimaram. E, pouco depois da tarifa especial de 1878, o Estado Oriental reduziu ainda mais os direitos de importação, “de forma que, em pouco tempo, novamente surgiram as conveniências para o comércio da Campanha, de sortir-se na praça de Montevidéu”, segundo o comentário de um jornal de Porto Alegre em março de 1884.

A propósito do comércio de gado, em 1893, escrevia um estudioso uruguaio, citado por Aníbal Barrios Pintos em sua "Historia de la Ganadería en el Uruguay":

"Es el mercado de Rio Grande el más conveniente para los hacendados de aquella zona de la República. Para Cerro Largo, Treinta y Tres e Rocha son los saladeros de Pelotas los ventajosos compradores de sus ganados, ya por su menor distancia, o ya por ser mejores sus precios y más favorable su transporte. Y no solo se conducen los ganados por los estancieros para venderse allí, sino que los saladeristas brasileños envían troperos a comprar en los mismos establecimientos".

Consoante as oscilações da relação de câmbio entre o peso e a moeda brasileira, variam nas cidades limítrofes as preferências dos consumidores. Conforme for mais vantajoso comprar no Uruguai ou no Brasil, a massa de consumidores se desloca para lá ou para cá, inclusive mobilizando legiões de subempregados ou desempregados, que se dedicam à tarefa de adquirir mercadorias no varejo e transportá-las para o outro lado da linha fronteira. De outra parte, há comerciantes que tratam de possuir loja em ambos os lados da linha, para precaver-se contra as oscilações da sorte.

V. Interação política

A semelhança da formação sócio-econômica levou a uma fácil identificação política entre brasileiros e uruguaios. Tradicionalmente, o Rio Grande do Sul foi local de asilo para políticos em desgraça na república vizinha, assim como do Uruguai se socorreram políticos brasileiros sob perseguição ou insegurança. No geral, as cidades fronteiriças eram pontos de eleição para tais asilados.

Ainda no tempo das lutas da independência uruguaia, numerosos espanhóis, fugindo aos insurgentes de Artigas, foram estabelecer-se em Jaguarão. E vários deles se radicaram lá em definitivo.

Após a independência, Lavalleja e Rivera, em alternativas de hegemonia política, estiveram asilados no Rio Grande do Sul. O primeiro, por suas ligações com Bento Gonçalves e Bento Manoel Ribeiro, parece ter exercido certa influência na deflagração da Revolução Farroupilha. Um e outro desfrutaram de apoio de gaúchos rio-grandenses em seus propósitos políticos.

Os brasileiros radicados como estancieros no norte do Uruguai tiveram papel decisivo no movimento revolucionário de Venâncio Flores, que, apoiado pelas armas do Exército Brasileiro, chegou ao poder em 1864. Ninguém ignora que a influência política exercida pelo gen. Antônio de Souza Netto e outros patrícios radicados no Uruguai foi o fator determinante da abusiva intervenção imperial na política uruguaia.

De então em diante, todos ou quase todos os levantes caudilhescos do Uruguai tiveram a participação direta ou indireta de brasileiros. Em 1871, na insurreição "blanca" de Timóteo Aparício, um combate em Rio Branco, defronte a Jaguarão, atraiu a participação de vários jaguarenses, um dos quais morreu na luta. Renunciando à presidência da República, em 1880, o Coronel Lorenzo La-

torre se refugiou em Jaguarão, donde desenvolveu oposição aos seus sucessores, com certo apoio de políticos brasileiros do Partido Liberal. Também em Jaguarão, em 1886, se refugiou o General José Arredondo com numerosas de seus oficiais, após derrotados no levante daquele ano.

Da insurreição brasileira de 1893 participaram os caudilhos Gumersindo e Aparício Saravia, ambos com precedentes em insurreições uruguaias. O primeiro, brasileiro pelo batismo celebrado em Arroio Grande, já tinha participação na política local de Santa Vitória. Tanto ele como seu irmão são exemplares clássicos do grupo social fronteiriço, em que pouco significa o preciso local de nascimento. Outro exemplo típico é o próprio Gaspar Silveira Martins, nascido e batizado no Uruguai, mas líder incontestado do Partido Liberal rio-grandense, senador e ministro do Império. No Uruguai, diga-se de passagem, exerceu a presidência da República entre 1919 e 1923, o Dr. Baltazar Brum, homenageado numa das ruas de Quarai como um de seus filhos legítimos.

Pouco depois da insurreição federalista, Aparício Saravia liderou no Uruguai duas sucessivas revoluções do Partido Blanco: a primeira em 1897 e a segunda em 1904. Em ambos os casos, o Partido Republicano Rio-Grandense e o governo gaúcho prestaram decidido apoio aos rebeldes, sobretudo porque viam no governo do Partido Colorado, então no poder, uma base de apoio e de estímulos aos federalistas do Rio Grande do Sul. Aparício Saravia, ferido no combate de Masoller, junto à fronteira do Rio Grande, foi transportado para a fazenda da mãe do chefe castilhistas João Francisco Pereira de Souza, e ali morreu, não sem antes haver sugerido que João Francisco assumisse o comando das forças do Partido Blanco.

Finalmente, nas sucessivas sedições da década de vinte (de 1923 a 1926), no Rio Grande do Sul, tomaram parte vários uruguaios como Nepomuceno Saravia, Júlio de Barros, Spartano de Barros, Pedro Medina, Ramon Silva. Outrossim, o lado urguiaio da fronteira povoou-se de emigrados brasileiros, tal como já acontecera na guerra civil de 1893. E a facilidade com que ali se articulavam operações de invasão e guerrilhas diz bem da ambientação favorável em que se achavam os políticos no exílio.

Caberia recordar ainda os numerosos jornais políticos de oposição que se publicaram em Rivera para driblar a censura brasileira ou as hostilidades da política dominante. Em jornais jaguarenses de 1897, outrossim, encontrei fartas colunas editadas em castelhano, para sustentar as posições políticas da revolução de Aparício Saravia.

VI. Interação Social

O contato intensivo e continuado das populações brasileiras e uruguaias na faixa da fronteira levou, em primeiro lugar, a uma persistente exogamia. Raras são as famílias, hoje como ontem, que se conservem rigorosamente brasileiros ou orientais. Casamentos binacionais aconteceram desde os tempos da Cisplatina e continuam acontecendo com inteira naturalidade. Sabe-se que o próprio General Lecór, preocupado em aprofundar os laços entre dominadores e dominados,

favoreceu casamentos de seus oficiais com moças uruguaias. Após isso, o elevado contingente de brasileiros estabelecidos no território da República Oriental tornaria inevitáveis os matrimônios binacionais, tanto mais facilitados quanto se considere que os "hacendados" brasileiros representavam um estrato economicamente superior dentro da sociedade uruguaia.

Quanto ao proletariado rural da região fronteiriça sempre foi inclinado a certo nomadismo, buscando trabalho onde melhores condições se oferecessem. Enquanto persistiu a escravidão no Brasil, os próprios escravos transitaram pela linha de fronteira, conduzidos por seus senhores, muitos deles estabelecidos tanto no Brasil como no Uruguai. O Tratado de 1851 garantia a extradição de escravos fugidos aos senhores brasileiros, e a legislação uruguaia tardou em restringir essa gritante anomalia num país que já abolira a escravatura. Mas foi o gaúcho livre e "vago" que, transitando de um lado a outro da linha divisória, tornou-se um agente vivo de interação entre as duas nacionalidades. A pobreza estimulava tais migrações, mas também outros fatores o faziam, como a criminalidade e a fuga aos recrutamentos arbitrários. As condições de subemprego e desemprego, que em geral foram comuns a ambos os lados, estabeleceram certa indiferenciação da oferta de mão-de-obra, que nem mesmo as regras legais restritivas conseguiram discriminar.

Informação recentíssima do escritor e político santanense Ivo Caggiani merece ser aqui reproduzida: "Para trabalhar em Sant'Ana os uruguaios que residem em Rivera são obrigados a obter uma Carteira Profissional que é comumente chamada de "modelo 4". Atualmente, umas seis mil pessoas possuem esse tipo de documento. Mas não quer dizer que todos trabalhem em Sant'Ana. Apesar de haver a proibição de que as pessoas portadoras desse documento se internem em território brasileiro, isso ocorre com frequência. (...) Apesar do aviltamento da nossa moeda, o número de orientais que trabalham em Sant'Ana é consideravelmente superior ao de brasileiros que trabalham em Rivera. Além dos clandestinos que trabalham por tarefa (sem carteira profissional e portanto ilegalmente) existem os "doble chapa": brasileiros e uruguaios com dupla nacionalidade. Isso ocorre para facilitar a vida de qualquer lado da Fronteira, com direito a voto nos dois países e com direito a benefícios previdenciários em ambos os lados. Existe grande número de pessoas recebendo aposentadoria do lado brasileiro e "jubilación" do lado uruguaio, uma maneira de aumentar a renda..."

Esclareça-se que as regras legais de um e outro país favorecem a existência de cidadãos de dupla nacionalidade: no Uruguai impera o "jus sanguinis", ou seja, o filho de uruguaios é considerado uruguaio, mesmo quando nascido fora do território oriental; no Brasil, rege o princípio do "jus soli", ficando a nacionalidade determinada pelo local do nascimento.

VII. Interação Cultural

O primeiro fato cultural denunciador de uma profunda interação na área em estudo foi o surgimento de falares regionais característicos, com certa adultera-

ção do Castelhana utilizado entre os uruguaios e do Português de uso corrente no Brasil. Em certa medida, chega a registrar-se o fenômeno do bilingüismo, senão sob a forma da correta utilização dos dois idiomas, pelo menos sob a mobilidade híbrida e caricata do “portunhol”.

No Brasil, a linguagem coloquial dos brasileiros da Fronteira é apontada como marcadamente espanholada: seja pelo uso corrente de alguns vocábulos hispânicos, seja pela pronúncia típica das vogais escandidas. Mas, no Uruguai, se tem como manifestamente abasileirada e corrompida por lusitanismos, a linguagem coloquial dos departamentos do norte e do nordeste daquele país. É pacífico, aliás, que a influência do Português ali se exerceu com muito mais intensidade, a ponto de determinar providências corretivas e restritivas do governo uruguaio, que via o Português utilizado em suas próprias escolas e repartições públicas.

Carlos Carbajal, no excelente ensaio que já citamos antes, menciona que, em 1907, durante um congresso de inspetores escolares reunido em Montividéu, o Sr. Benjamin Sierra, Inspetor Escolar do Departamento de Rivera fez uma eloqüente intervenção na qual destacava:

“nuestras escuelas fronterizas, diseminadas en una extensa región donde domina la lengua portuguesa y los hábitos y costumbres brasileños, y donde nuestros compatriotas no saben que lo son — o parecen no saberlo, requieren, exigen, imponen una especial enseñanza para los niños que las frecuentan. Esos niños son orientales sí, casi en su totalidad, pero ABRA-SILERADOS!... Proceden de un hogar que sólo es uruguayo por el territorio que ocupa; sus padres no son orientales, aunque lo sean — por las razones ya expuestas; las madres que les dieron ser, tampoco lo son, porque aunque hayan sido bautizadas o inscriptas en la República, nacieron, se criaron y se hicieron mujeres entre extranjeros”.

E continuava, quase dramática, a advertência do funcionário oriental: “El maestro está casi sólo en la campaña, señores, enclavado, em medio de colonias extranjeras, a veces; está muy solo, porque el juez de paz habla a menudo em portugués, habla también el Comisario de Policía (y toda su gendarmería); como igualmente hablan portugués el Teniente Alcalde del Distrito; y hasta el **pulpero** (que siempre ejerce en aquellas campañas grande influencia) habla lo mismo el portugués”.

Prosseguimos citando o trabalho de Carlos Carbajal:

“Los inspectores de Artigas, Salto, Cerro Largo, Paysandu y Río Negro, expusieron ideas que reflejaban el verdadero estado de esas regiones del país y de la influencia alcanzada por el inmigrante brasileño. “Es cierto señor Presidente — decía el inspector Arlas Buccelli — es cierto, señores congresales, que dentro de esas dilatadas fronteras, desde Santa Rosa al Chuhy, existe todo un Estado brasileño, una potencia formidable, que apoyada sobre la base granítica de su incontrastable riqueza económica, ejerce impunemente una soberanía avasalladora sobre millares y millares de uruguayos”. Y agregaba: “He viajado en efecto, durante 20, 25 y 30 días por

tierras brasileñas que se entraban a muchos kilómetros más acá de la línea del Cuareím y la cuchilla de Santa Ana. Allí todo el mundo hablaba portugués: los establecimientos ganaderos pertenecían a brasileños y más brasileños. A la derecha se divisaba la estancia de Patrício de Souza; a la izquierda la de Felisbino Melo; al frente la de Maneco Meireles, y más allá toda una muchedumbre de nombres portugueses”.

Outro dos inspetores escolares referido na mesma obra, porque nascido no departamento de Cerro Largo, agregava àquelas considerações a observação de que no seu Departamento natal, as comunicações haviam sido sempre diretas com as populações brasileiras, com a cidade de Pelotas, com Jaquarã: “la vida ha sido más íntima con esas poblaciones que con nuestra República”.

Mesmo que tal situação se modificasse, como se modificou no decurso do século, seja pelo empenho do governo do Uruguai, seja por um natural processo de aculturação dos brasileiros ali estabelecidos, traços numerosos ficaram na cultura material e espiritual dos uruguaios do norte e do nordeste. À sua linguagem coloquial se incorporaram termos brasileiros como quitandeira (quitandera), moleque (muleque), catinga, punhal, facão (facón), pirão (pirón), naco, jeito (yeito), benzedura (vencedura), curandeiro (curandero), tamango (tamango, com mudança de significado), serigote (sirigote), afora muitos outros que um levantamento lingüístico poderia identificar, especialmente no que concerne à vida rural e aos usos domésticos.

Em sua notável obra antropológica, “La Vida Rural en el Uruguay”, Roberto J. Bouton, médico urguiaio que por longos anos clinicou no interior de seu país, ao arrolar usos e costumes, sobretudo de Treinta y Tres, a todo momento está referindo contribuições brasileiras, seja à arquitetura rural, seja aos estilos do vestuário, da carreta e dos aperos do cavalo, seja às danças nativas (ciranda, anu, tirana e chimarrita), seja ao campo muito amplo das superstições e crendices. Grande parte das orações para benzedura, que Bouton transcreve, contém palavras de procedência brasileira. Nesse sentido, parece ter sido muito rica a contribuição do escravo negro, levado pelos estancieiros rio-grandenses para suas “haciendas” de além-fronteira.

VIII. Conclusão

Antecipando-se aos processos de integração agora procurados oficialmente pelos governos, a população da faixa de fronteira Brasil-Uruguai, em 160 anos de convívio pacífico e ao longo de mil quilômetros de divisas convencionais, criou um intenso processo de interação econômica, social, política e cultural, que merece ser amplamente analisada e estudada. A desnacionalização que os uruguaios muitas vezes recearam, pudesse atingir a faixa norte de seus territórios, não aconteceu. E as ameaças econômicas que o contrabando parecia representar para as praças de Porto Alegre e Rio Grande, causando tantas denúncias lacrimosas e retórica de protesto, nunca abalou as estruturas da prosperidade do Rio Grande do Sul.

BIBLIOGRAFIA

- Gonçalves Chaves, “Memórias Econômico-Políticas sobre a Administração Pública do Brasil”, Col. Erus. P. Alegre, 1978, 218 pp.
- Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, Rio de Janeiro, 1850; idem, idem, 1852; idem, idem, 1854.
- Alfredo Traversoni, “Historia del Uruguay”, Ed. Medina, Montevideo, 2.^a ed., 1957, 658 pp.
- H.D., “Ensayo de Historia Pátria”, 6.^a Ed., Montevideo, 1929.
- Anuário Estadístico de la República Oriental del Uruguay — 1889”, Dirección General de Estadística, Montevideo, 1890.
- Contralmirante Dr. Carlos Carbajal, “La Penetración Luso-Brasileña en el Uruguay, Montevideo, 1948, 168 pp.
- Roberto J. Bouton, “La Vida Rural en el Uruguay”, Montevideo, 1961, 560 pp.
- Guilhermino César, “O contrabando no sul do Brasil”, Caxias do Sul, UCS/Escola Superior de Teolog. S. Lourenço de Brindes”, 1978, 115 pp.
- Sérgio da Costa Franco, “Porto Alegre e seu Comércio”, Ed. da Associação Comercial de Porto Alegre, 1983, 191 pp.
- Manuel Gálvez, “Vida de Aparício Saravia”, Edit. Tor, Buenos Aires, 2.^a ed. (1957).
- Ivo Caggiani, “João Francisco, a Hiena do Cati”, Martins Livreiro Ed. P. Alegre, 1988, 228 pp.
- Ivo Caggiani, “Santana do Livramento — 150 Anos de História”, 3 vols., 1983, 1984, 1986.
- “Diário de Cecília de Assis Brasil”, Introdução, seleção e notas de Carlos Roverbel, L & PM Edit., P. Alegre, 1983.
- Péricles Azambuja, “História das Terras e Mares do Chuí”, co-edição UCS/Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978, 259 pp.

PALAVRAS INICIAIS

Subidamente honrado com o distinto convite do ilustre presidente desta tradicional Casa de Cultura, onde se solidificam os episódios da Memória gaúcha, desta gente brava e generosa, hospitaleira e prestativa, mas sabidamente forjada a lanças, estampidos e espadeiradas, indômita na espontânea decisão de alargar as cadeias das Tordesilhas e fincar suas raízes na terra inconquistada do Continente do Rio Grande.

Aqui, nesta inesquecível e erradia prenda de meus amores, a arisca menina Porto dos Casais, hoje mulher adulta, faceira, bela e orgulhosa, me fiz homem, assentando praça na Escola Preparatória de Porto Alegre, a querida EPPA — primeiro estabelecimento de ensino de nível superior instalado neste Estado — o “Casarão do Parque da Redenção”, hoje Colégio Militar. Na fronteira oeste, nas Missões e na Boca do Monte exerci a profissão militar, cavalariano voluntário oriundo de recôndito rincão brasileiro, “brava terra de bravos guerreiros”.

Na província do Rio Grande de São Pedro servi por 15 anos, casei, constituí família e volto sempre que possível — as câs adornando a mente agradecida —, para sentir na face a brisa fria e cortante dos pampas e, no coração, o calor do contato entusiasmante desses brasileiros por opção ao longo da História, muitas vezes de armas na mão.

Despedir-me do Exército deixando inúmeros amigos e levando o reconhecimento dos Chefes e companheiros me desvanece profundamente e caracteriza a mais grata recordação de toda uma vida, lembrança que acalento com todo o calor do respeito e do carinho.

Estudioso e diletante de nossa História Militar, envidei todos os esforços em cuidadosa pesquisa visando a estabelecer uma versão imparcial do terrível conflito travado entre irmãos, no invio sertão nordestino, procurando proceder com a máxima isenção que a minha condição de pessoa humana e as limitações dos meus atributos intelectuais permitiram. Evento marcante da árdua trajetória de lutas do Exército, verdadeiro divisor de águas de sua existência por vezes atribulada e eivada de obstáculos, porém, expressando condição de incansável vencedor, quer nos campos de batalha, quer nas intervenções oportunas e resolutas no processo histórico nacional; mas, refletindo, sempre, as mudanças — óbices e aprimoramentos — ocorridos durante a evolução da sociedade brasileira. Amálgama deste povo forjado e curtido na ultrapassagem dos incessantes descaminhos surgidos ao longo de sua caminhada, caracterizada pelas constantes vitórias e alguns dissabores, mas plena de êxito e de ensinamentos.

Ensina a sabedoria popular: “Na guerra a primeira vítima é a verdade”, ou, em outras palavras, “Em tempo de guerra, boato é como terra”. Aqui tentaremos, com abnegação, chegar o mais perto possível da verdade histórica.

A GUERRA DAS CAATINGAS (Extrato)

Davis Ribeiro de Sena
(Do IGHMB)

1. Procurando entender Canudos

**“O sertanejo é, antes de tudo, um forte (...)
É como a forma grosseira do campeador medieval, desgarrado
em nosso tempo”.**

Euclydes da Cunha, in “Os Sertões”.

A extinção do morgadio pela República — talvez a mais profunda mudança já ocorrida em nossa sociedade, depois da liquidação do sistema escravocrata — derrubara a viga mestra da estrutura fundiária brasileira herdada do sistema feudal e, juntamente com a inovação da autonomia concedida aos estados da federação, contrastava com a tradicional centralização do poder nas mãos do Imperador, sabidamente uma das principais causas da unidade nacional deste país. A consequência imediata dessa descentralização administrativa foram os mal-entendidos surgidos a respeito dos limites das atribuições das autoridades estaduais, municipais e federais, isto é, onde começavam e onde terminavam as responsabilidades legais de cada nível de governante.

A partir do estabelecimento da Constituição de 1891, a intervenção do governo central só seria admitida por intermédio de pedido específico da unidade federativa interessada, após esgotar os próprios recursos empregados para debelar os focos de tensão.

A desvalorização da moeda, a cupidez dos financistas internacionais, as ambições e inexperiência do incipiente empresariado nativo etc., levaram o país, em 1891, à sua primeira grande “crise de desenvolvimento”: o chamado “encilhamento”, resultado da passagem abrupta de uma situação de economia centralizada para um excessivo liberalismo econômico, especulativo, com reflexos negativos no sistema tributário.

Acrescente-se, ainda, o desajustamento social, fruto da eliminação do regime escravocrata, alicerce do sistema econômico então vigente e inicialmente responsável pelo desamparo do principal contingente humano produtivo. Essa mão-de-obra emergente e empobrecida estava insatisfeita com os baixíssimos salários,

o descaso e o desrespeito com que era tratada pelas elites dirigentes. Ao seu lado colocavam-se, solidárias, as primeiras levas de trabalhadores imigrantes, principalmente italianos, que contribuíram decisivamente para a explosão industrial paulista, mas trouxeram consigo o “vírus contagioso” dos direitos sociais exigidos pelo trabalhador livre em troca do seu trabalho. Eram os chamados “anarquistas”.

Todavia, os sertões interiores continuaram ignorados pelo poder público e os segmentos mais humildes das populações camponesas, entregues à própria sorte, vislumbraram “no outro mundo” a fuga à miséria terrestre. O movimento messiânico, escapista, prosperou e surgiram os beatos, videntes e monges, acompanhados de séquitos de fanáticos armados que, ao defenderem com as próprias vidas as figuras de seus ídolos, lançavam, sem distinguir, um protesto contra o “status quo” e lutavam por uma sobrevivência mais humana. As chamadas “guerras insurrecionais” (Canudos e Contestado) são as mais nítidas manifestações populares já acontecidas no Brasil e, sem dúvida, assinalaram um dos mais críticos períodos de sua árdua travessia histórica.

“Saúdo primeiro magistrado que saberá felicitar a nação pt FP”. Através de telegrama com esse singelo teor, o Vice-Presidente no exercício do cargo de Presidente, Marechal-de-Campo Floriano Vieira Peixoto, homenageava o seu substituto, Dr. Prudente José de Moraes Barros primeiro Presidente eleito do Brasil, representando a oligarquia cafeeira.

O Presidente saíra de Piracicaba (SP) e dirigira-se, de trem, ao Rio de Janeiro, sede do Governo Federal. Ninguém o esperava na estação, nem havia previsão de transporte para ele. Alugou um tálburi e dirigiu-se, com a família, para o Hotel dos Estrangeiros, no bairro do Flamengo, onde, mais tarde, recebeu o Capitão-Tenente Sadock de Sá, Ajudante-de-Ordens do Vice-Presidente em exercício, que lhe apresentou os cumprimentos em nome de seu chefe. Prudente aproveitou o ensejo para solicitar uma audiência a Floriano, mas deste não obteve resposta. No dia da posse, foi conduzido de carro ao Senado Federal (praça da República) pelo Embaixador inglês, assumindo a Presidência normalmente. Do Senado, dirigiu-se de gôndola de praça ao Itamarati (sede do Governo), onde não havia viva alma para recebê-lo. Nem guardas, nem serviçais. Meia hora depois, chegava o Ministro do Interior e Justiça, Cassiano do Nascimento, para explicar-lhe que poderia considerar-se investido no cargo de Presidente da República. Vivíamos o melancólico dia 15 de novembro de 1894, que deveria ser uma data festiva. A cidade estava intranquilha e o povo, como sempre, alheio aos acontecimentos.

O Presidente Prudente — “Prudente de Mais”, no trocadilho jocoso dos jacobinos — era um político tarimbado, republicano de primeira hora. Eleito pelo novel Partido Republicado Federal, juntamente com Manoel Victorino, anteriormente fora candidato em oposição a Deodoro, no Congresso, ocasião em que obteve surpreendentes 97 votos contra 129 conferidos ao Proclamador da República. Em compensação, seu companheiro de chapa, Floriano — velho camarada de armas do Presidente eleito, no Paraguai —, atraído astutamente para o campo político adversário, derrotara o componente da chapa oficial, Almirante Eduardo Wandenkolk e fora empossado na Vice-Presidência.

Evidenciando que os militares responsáveis pela República não compartilhavam das mesmas idéias do Congresso que, embora republicano em sua maioria, entrara em rota de colisão com o poder executivo centralizador, o Vice-Presidente Floriano Peixoto — e, por isso mesmo, Presidente do Congresso Nacional — jamais compareceu àquela casa legislativa para conduzir as sessões plenárias. Mas a identidade de propósitos não era unânime, também, entre os militares: Deodoro, ao ver fracassado o seu intento de assumir o poder absoluto e ter que recolher-se à vida privada, dirigiu-se à nação denominando o Vice-Presidente da República, seu substituto constitucional, simplesmente de “funcionário encarregado”.

O Marechal Floriano jamais se considerou Presidente da República, mas, sim, Vice-Presidente nas funções de Presidente. Por força das constantes conspirações e ameaças de sedição, além da guerra civil sulina, adiar os pleitos previstos para o Congresso Nacional (março) e para a Presidência da República (outubro de 1893). Somente em 1º de março de 1894 é que foram realizadas as eleições no Brasil, com exceção dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, ainda conflagrados. Foi eleito presidente o ex-senador paulista Prudente de Moraes, que deu início ao ciclo de governos civis da Primeira República, recebendo o cargo das mãos do “ditador” sem maiores obstáculos.

Após o explosivo período florianista, Prudente assumiu o poder com a intenção clara de conter os ânimos exaltados pela guerra civil, contrariando as intenções dos republicanos radicais que não renunciavam à condição de vitoriosos no conflito armado eclodido no Rio Grande do Sul e irradiado a toda a região sul-brasileira, com ligações profundas na maioria da oficialidade da Armada, então em permanente estado de insatisfação. Urgia a pacificação da sociedade brasileira, em vias de ser vítima de outros conflitos armados de conseqüências imprevisíveis. A paz foi assinada em 23 Ago 1895, vencendo de longas e difíceis negociações, dando início à batalha da anistia geral travada no Congresso. Finalmente, em 21 Out 1895, o Presidente decretou a tão almejada anistia, excetuando, entretanto, os militares, “que só voltariam ao serviço ativo depois de dois anos”.

No campo econômico a situação era de igual apreensão. As intentonas e a guerra civil levaram Floriano — que já recebera o erário em precárias condições — a transmiti-lo quase falido ao seu sucessor.

Na verdade, os gabinetes imperiais mostraram-se incompetentes para promover o desenvolvimento nacional através de recursos internos, o que se evidencia no grande número de projetos e planejamentos aprovados e não executados, tais como a construção da ponte Rio-Niterói e a transferência da capital do país para o planalto central. Foram contraídos sucessivos empréstimos bancários em Londres, a partir de 1865 (quase sete milhões de libras esterlinas, para financiar a guerra contra o Paraguai) e prosseguindo em 1871 (três milhões e meio de libras, para cobrir déficits decorrentes daquela campanha militar), 1875 (cinco milhões), 1883 (quatro milhões e meio), 1886 (seis milhões e meio), 1888 (seis milhões e trezentos mil) e 1889 (quase vinte milhões).

As cidades cresceram celeremente, novos bancos, manufaturas e estradas de ferro espalharam-se pelo país, os serviços de correios e telégrafos, de transportes, de energia elétrica, de telefone melhoraram sensivelmente, traduzindo toda uma infra-estrutura urbana e inaugurando o êxodo rural brasileiro. Na década de 1891/1900 a florescente produção cafeeira representava 64,5% da pauta de exportações brasileiras, vindo a seguir a decadente agroindústria açucareira com 6,0% e o algodão com 2,7%. Entre 1890 e 1895 foram fundadas 425 fábricas, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, contra apenas 50 existentes na metade do século. O Nordeste não acompanhou esse surto desenvolvimentista.

Nessa curta e instável fase de transição econômica e política da Nação Brasileira, eclodiu, arrastando consigo toda a sorte de emoções, danos e mágoas, a crise de Canudos, com os dois conselheiros à frente do processo político-social que abalaria o sistema republicano: o Conselheiro Luiz Viana, Governador da Bahia e Antônio Vicente Mendes Maciel, o místico Antônio Conselheiro. O exército foi, então, empregado em uma campanha para a qual — apesar da motivação da oficialidade — não estava adequadamente adestrado, eis que ainda se refazia dos ferimentos físicos obtidos na Revolução Federalista, além de estar minado por outras mazelas contraídas nas duras campanhas desagregadoras da fase da consolidação da República, pela qual se considerava o principal responsável. As idéias positivistas de “religião filosófica” e de “pacifismo” e, no caso particular do sertão baiano, o atrito incontornável entre o Governador e o Comandante da Área influenciavam negativamente na operacionalidade da tropa.

Pois bem. Sentindo-se cercado por seus opositores, sem o necessário apoio institucional e visando a salvar a dignidade do cargo de primeiro magistrado do país, o Presidente Prudente valeu-se de sua precária saúde e recolheu-se a um hospital, onde se submeteu a delicada intervenção cirúrgica nos rins, que exigia período de convalescença. Em decorrência do fato consumado, Manoel Victorino Pereira, eleito vice-presidente aos quarenta e um anos, assumiu a presidência aos quarenta e três; Político jovem, culto, sem compromissos com o passado, simpático aos jacobinos, já governara seu estado, durante o governo de Deodoro, por indicação de Rui Barbosa e era considerado um homem resolutivo e integrante do esquema político-militar armado para enfrentar a crise canudense. O General Dionísio Cerqueira, Ministro das Relações Exteriores, e o General Francisco de Paula Argolo, à frente do Ministério da Guerra, completavam a equipe de baianos ilustres, considerados capazes de eliminar a ameaça conselheirista, em curto prazo.

Nesse momento preocupante do quadro político interno, como que um lapso de poder, a coluna Moreira César foi enviada ao alto sertão baiano, a fim de reduzir o arraial rebelde que, na ótica dos republicanos mais extremados, era uma tentativa de restauração monarquista. O desastre dessa expedição e a morte em combate de seu bravo Comandante, foi a sentença capital ao efêmero Governo Victorino. Em 6 Mar 1897, logo após a derrota comprometedora, Prudente

de Moraes entrou inesperadamente no Catete (o Presidente em exercício viajava na Tijuca, bairro carioca), ocupou o Palácio e comunicou ao Vice-Presidente que acabara de assumir o poder, pois estava restabelecido.

Entretanto, a situação política continuou tensa, com impunidade aos empasteladores dos jornais “sebastianistas”; absolvição dos assassinos do coronel e fazendeiro monarquista Gentil de Castro — morto a tiros e punhaladas na estação de São Francisco Xavier, no Distrito Federal, ao lado do Visconde de Ouro Preto, que escapou milagrosamente, por uma malta de jacobinos, capitaneada por um filho de Benjamim Constant; ataques verbais virulentos ao Presidente, no Congresso; indisciplina generalizada nas ruas da cidade, forçando o Ministro da Guerra a determinar o recolhimento de todos os militares aos respectivos aquartelamentos. A seguir, os cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha chegaram ao cúmulo de vaiar o seu Comandante, amotinando-se em 26 de maio, ocasião em que foram cercados por terra e mar, o que os levou à rendição e ao desligamento disciplinar, punição estendida aos alunos da Escola Militar de Fortaleza, solidários a seus companheiros do Rio de Janeiro.

O Governo Federal extinguiu os “batalhões patrióticos”, organizados intempestivamente após a morte de Castro (08 mar), para combater em Canudos — onde nunca chegaram e nomeou o Marechal Carlos Bittencourt para o Ministério da Guerra. O experimentado cavalarião da Guerra da Tríplice Aliança, já na Reserva, entre outras oportunas providências, estabeleceu as atividades fundamentais no campo da logística: a obtenção do suprimento e o apoio cerrado à tropa em contato.

Contudo, a mão assassina do Anseçada Marcelino Bispo dos Santos feriu mortalmente o Ministro Bittencourt, após atentar contra a vida do Presidente Prudente. A roda viva de insensatez é acelerada: jornais da oposição são empastelados e o assassino é encontrado assassinado em sua cela. O Congresso decreta o estado de sítio por trinta dias.

Apesar da desordem generalizada, houve fatos positivos nesse período conturbado da implantação do regime republicano no Brasil e a citação de alguns deles arremata este capítulo: reatamento das relações de amizade com Portugal, interrompidas por Floriano, como represália ao asilo concedido por navios portugueses aos rebeldes de Saldanha da Gama; fim das divergências diplomáticas com a Itália, a França e a Alemanha; vitória sobre a Argentina nas questões territoriais das Missões (o Presidente dos Estados Unidos, Angus Cleveland, foi o árbitro); devolução pacífica da ilha da Trindade, ocupada arbitrariamente pelos ingleses, além de outras medidas políticas e econômicas de interesse nacional, como a decretação da moratória da dívida externa, o fortalecimento do sistema federativo, a manutenção dos direitos do cidadão e a continuidade do processo democrático.

2. Combater é Preciso

“Todo o Brasil alarmou-se Moreira César morreu o Coronel Tamarindo Também desapareceu E desse modo o Brasil Filhos ilustres perdeu”

(Do Cancioneiro popular)

O fenômeno Canudos é fato histórico extraordinário, de difícil entendimento, talvez o mais intrincado evento jamais acontecido no Brasil e ainda carente de avaliação desapassionada. Para compreendê-lo, é necessário — além de paciente, longa e profunda pesquisa — conhecer a área e reportar-se ao comportamento da sociedade brasileira à época, principalmente o papel exercido pela Força Terrestre, que recebeu a missão explícita de resolver o “caso Conselheiro”. Ora, a destinação precípua do Exército é combater. Para esse fim ele existe e tem as suas atribuições claramente definidas nas constituições brasileiras. Ao investir sobre Canudos, só uma idéia-força norteava os chefes militares: vencer, pois não há substituição para a Vitória.

Estar adequadamente preparado para conduzir a tropa em combate é dever inexorável do líder militar de todos os níveis, bem como o autocontrole emocional e a generosidade com os vencidos são exemplos de Caxias. O essencial é não creditar ao Exército, enquanto instituição, os abusos e excessos cometidos porventura por alguns homens que, eventualmente, exercem funções de chefia, falíveis, portanto. As críticas honestas a decisões, atitudes e omissões individuais não devem ser computadas à corporação militar como um todo.

A dura realidade que aflorou na Campanha de Canudos foi que certos comandantes estavam, no mínimo, desatualizados com os avanços tecnológico e tático do momento, praticamente investidos do poder de polícia, cuidando das feridas gloriosas obtidas em outras campanhas e comovidos com a sorte pungente de companheiros mortos ali e insepultos. Movia-os a ira incontável contra os fanáticos. Tal assertiva não exclui a maioria de oficiais serenos e competentes que lideravam os expedicionários, administrando valorosamente as adversidades surgidas.

As colunas destinadas a Canudos foram conduzidas como diligências punitivas e, não, como operações de guerra convencional, como deveriam ter sido orientadas. Embora o poder relativo de combate fosse francamente favorável aos legalistas, eles ficaram imobilizados pela própria desorganização dos apoios, que entraram em colapso, e pela doutrina de emprego, que incapacitava a tropa a pé de progredir sobre um inimigo determinado e munido de fuzis de repetição de tiro ajustado: as posições defensivas seriam conquistadas a baioneta, sendo proibido o disparo das armas individuais, durante os lanços.

No que se refere ao setor doutrinário, simplesmente inexistiam os regulamentos e manuais técnicos e de campanha. Moreira César adquiriu notoriedade e admiração, no Exército, pela difusão do regulamento de sua autoria, que disciplinava o serviço em campanha. Além do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), havia o RSA — Regulamento dos Serviços Administrativos — e o RISG — Regulamento de Instrução e de Serviços Gerais — que regulavam as tarefas internas desenvolvidas na caserna, em tempo de paz, e uns poucos elaborados por oficiais dedicados que procuravam aperfeiçoar os seus conhecimentos obtidos na Escola Militar pela própria iniciativa.

Não existia instrução diária para a formação do combatente, dividida em períodos com início, meio e fim, inexistindo, também, uma data fixa anual de assentamento de praça que propiciasse a organização de turmas homogêneas, detentoras do mesmo grau de conhecimento teórico e prático, evoluindo com o avanço do tempo. Os quadros e a tropa compareciam à caserna e lá permaneciam todo o expediente, principalmente para dar a ação de presença e fazer a manutenção do material e do aquartelamento. As instruções de tiro rareavam. O Exército era profissionalizado e o conscrito poderia assentar praça, dar baixa e retornar ao serviço ativo várias vezes, sendo comum a presença de marginais e oportunistas e a ocorrência de deserções em grande número. O Comandante da unidade valor BI responsabilizava-se pelos recrutamento, disciplina, pagamento e promoção das praças, aquisição de material e de animais. A dotação orçamentária era distribuída diretamente à Unidade pelo Congresso Nacional, sobre um efetivo previsto em lei. Por isso, havia muitos claros no mapa-da-força, resultando que uma Organização Militar constava no organograma da Instituição com determinado efetivo, mas, na realidade, ela enquadrava menos pessoal.

Ainda pensando as profundas cicatrizes abertas pela árdua e sangrenta Guerra do Paraguai, onde tivera desempenho amplamente meritório, nosso Exército, ao enfrentar os jagunços e os carrascais e caatingas de seu próprio território, atravessava crônica crise existencial: menosprezado pelo Imperador — desconfiado de sua lealdade à coroa — que dava prioridade de seu governo à Guarda Nacional; com o efetivo reduzido; debilitado pelo intransigente jacobinismo predominante entre os oficiais; divorciado e isolado do intercâmbio com os principais exércitos do mundo; infiltrado pelo sectarismo partidário, que chegava ao ponto de fazer alguns de seus oficiais esquecerem seus principais compromissos profissionais; dividido pelo deletério maniqueísmo de “doutores” e “tarimbeiros” e pela aguda crise política gerada pela recente implantação do regime republicano, ocasião em que exercerá o papel de principal mentor da queda da monarquia; sem formação doutrinária do oficial de estado-maior; coexistindo com permanente crise interna que chegava à rebeldia, através de motins e demonstrações individuais e coletivas de indisciplina; enfrentando uma indesejável e desgastante desconfiança para com a tradicional irmã de uniforme, a nossa Marinha de Guerra, monarquista na maioria da oficialidade e às voltas, por sua vez, com sucessivas sublevações da ordem em suas fileiras. A guerra civil de 1893/94 abriu feridas profundas nas forças armadas, de cicatrização dolorosa.

O soldado combatente, o principal agente da guerra, não estava conscientizado da missão a cumprir. No fundo, identificava-se mais com a gente do Conselheiro — pois oriundo da mesma camada social — e não entendia o bombardeio das igrejas católicas, transformadas em cidadelas pelo inimigo, considerando esse fato imperdoável pecado mortal. Simplesmente arrebanhado do convívio familiar, metido nos porões e conveses dos navios e conduzido àquele sertão bravo, sem a menor explicação, ainda tinha que enfrentar o suplício da viagem de

trem, assim como a estafante marcha a pé, pesada mochila às costas, pesada munição nas patronas, pesado fuzil a tiracolo, pesadas botinas nos pés, todo apertado naquele incompreensível e calorento uniforme, calças vermelho-garance, túnica azul-ultramar, abotoada até o pescoço.

Os pensamentos fumegavam e os incessantes boatos negativos e fantasias mirabolantes solapavam-lhe o moral.

O impetuoso Arthur Oscar, já em Queimadas, decidiu constituir uma 2.^a Coluna através de Sergipe, simplesmente por que aquele eixo (Queimadas — Monte Santo — Canudos) não comportava toda a tropa de que dispunha.

Entretanto, acostumado às correrias, “entreveros”, e cavalgadas pampeanas, ocasião em que o principal problema consistia em localizar o dispositivo do inimigo e procurar surpreendê-lo, ficou aturdido com a luta estacionária, a defensiva em posição a inesperada teimosia do matuto em oferecer resistência tenaz e não se submeter à superioridade gritante do oponente. O seu mérito maior foi jamais esmorecer, sequer pensar em retrair, em abandonar o campo de luta, esgalado pelo retumbante fracasso das tropas expedicionárias que o antecederam. Contudo, os adversários jamais foram considerados como uma força inimiga e, sim, apenas tabaréus mal-intencionados.

As falhas e os acertos praticados na caatinga baiana pelos dirigentes táticos são o ponto de inflexão que propiciou a modernização do Exército Brasileiro. Aliado às manobras de Santa Cruz (1905), o “efeito” Canudos configurou a busca incessante da atualização doutrinária, do nivelamento profissional dos quadros (oficiais e sargentos) com aqueles das forças terrestres mais qualificadas existentes no mundo.

Muitas vezes, uma extrema dedicação — mas nociva improvisação e comprovado diletantismo — desviava alguns oficiais de cada Arma de suas atribuições específicas, obtidas nas escolas de formação profissional. Assim, vemos um médico militar, pertencente ao Corpo Sanitário, integrando a guarnição da “Matadeira” (morto em combate, vitimado pela explosão da culatra do canhão, fruto da imperícia dos serventes); um tenente da Infantaria (autor de notável livro sobre a guerra) atuando como um dos Chefes de Peça da bateria de apoio; uma carga de cavalaria (03 Mar) disparada em plena caatinga espinhenta e pedregosa, através de estreita e acidentada ravina cortada por um obstáculo de vulto (o encaixotado Vaza-Barris), cavalhada estropiada e exausta, homens famintos de espada em molinete e sob nutrido fogo de um inimigo entrincheirado; o assalto de infantaria de 27 Jun, baionetas em riste, armas individuais travadas, sobre objetivo incompatível ao elevado efetivo do escalão de ataque. Este foi o ponto nevrálgico, a causa principal da derrota militar: o ataque frontal, lento e parcelado a uma posição fortificada apoiada em obstáculo de vulto secundando penosa marcha forçada, em que pese o surgimento de novas técnicas e de moderno material bélico (a metralhadora, o fuzil de repetição, o tiro indireto de artilharia, a pólvora sem fumaça etc.), fruto da revolução industrial em pleno desenvolvimento na Europa.

Não foram os jagunços — infatigáveis combatentes — que propiciaram o malogro das operações ofensivas, senão o caos administrativo e as próprias deficiências inerentes à articulação do dispositivo. Maiores que os trabucos e bacarmartes dos sertanejos, eram as próprias desorganizações tática e técnica dos combatentes regulares. Busquemos em nossas deficiências operacionais o motivo desse fiasco inicial e, não, na combatividade — inegável — do antagonista. A expedição, exorcizada de suas deficiências e vulnerabilidades, era compatível para dominar a posição contrária, sofrendo menos baixas e minorando o sacrifício de seus bravos integrantes, inclusive oferecendo aos opostos eventuais, uma rendição digna e menos cruel.

Concluídas as operações, o Gen. Bda Arthur Oscar não teve condições políticas de apresentar-se triunfante na Capital Federal, retornando de Salvador ao comando do 2º Distrito Militar, no Recife. Posteriormente, foi preterido várias vezes para a promoção ao posto seguinte, deixando de receber, também comissão de relevo, até sua passagem para a reserva.

Ao mesmo tempo, a Armada, observava de longe as dificuldades do sistema de governo que não apreciava. Há pouco tempo dividira os lauréis e amarguras da luta empreendida no Prata, com seus irmãos do Exército. Agora, neutralizada pelos acontecimentos desencadeados ao sul do país e na Capital Federal, hesitava em aderir completamente àquele estado de coisas: os seus companheiros de armas estavam em apuros, sem condições de submeter, com presteza, uma rebelião popular eclodida em “terra ignota”, exaurindo-se numa luta mortal, sacrificando-se frente ao inimigo, sem dar nem pedir quartel.

Afinal, a Força Terrestre não era uma tropa de noviços, eis que, desde a sua criação, fora empregada em lutas externas e internas incessantes e, retemperada recentemente pela Guerra do Paraguai, levava a Canudos alguns chefes remanescentes daquela campanha e muitos combatentes veteranos da guerra civil de 1893/94, desencadeada no sul do país, ambas, porém, de características totalmente díspares daquelas encontradas nas caatingas: a primeira, com predominância das hoje denominadas “Operações Ribeirinhas”, e, a segunda, empregando a “Tática de Movimento”. Oficiais e praças, comprovadamente bravos, profissionais reciclados nas mais diversificadas condições de luta, enfrentavam no semi-árido nordestino um ignorado “Combate de Posição”, estático e sangrento, onde a componente logística adquiriu importância acima dos conhecimentos obtidos nos conflitos experimentados. Por outro lado, o adversário era considerado gente incivilizada, “cabras” bisonhos, inferiorizados no armamento, no equipamento, sem preparo militar.

A missão era simples: “carta branca” e dinheiro vivo entregue nas mãos do Comandante. Apenas “lavar a honra enxovalhada do Exército”. Batalhões oriundos das mais diferentes regiões do país, principalmente do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, onde estavam os maiores efetivos da Força Terrestre, foram destacados celeremente para os sertões da Bahia. Do Rio Grande, abalaram as tropas a pé, permanecendo a Cavalaria a guarnecer a fronteira.

A cadeia de comando foi rompida logo de início, pois os oficiais, envergando seus vistosos uniformes e oferecendo alvo tão compensador, eram sumariamente eliminados, vitimados pelos tiros certos dos atiradores de elite do adversário. A melhor via de acesso, o leito seco do riacho Umburanas, estava enfiada pelos fogos do inimigo e muitas vezes as forças atacantes, julgando estarem em clima de aproveitamento do êxito, viam-se desabrigadas nas posições supostamente conquistadas, servindo de alvo aos atiradores adversários colocados em pontos predeterminados, de onde aproveitavam a máxima razão de tiro. Os destroços da 3.^a expedição espalhados por todo canto, desprezados pelos jagunços por motivos religiosos, contribuíam para abalar o moral da tropa, forçada a combater ao lado de caveiras fardadas e restos de equipamento militar, devido à falência da evacuação. Por sua vez, o “caatingueiro” estava preparado para a guerra, organizado, valente, curtindo nas próprias adversidades, experiências e injunções históricas da cultura sertaneja, ao longo do tempo.

É incrível sabermos que os chefes, em todos os escalões, jamais tentaram cortar os itinerários de abastecimento que, vindos do Norte, propiciavam condições de luta ao baluarte de Canudos, ainda que empregando as forças policiais estaduais.

Agravava a situação a prática de efetuar o pagamento em espécie na subunidade, isto é, pelo capitão comandante da companhia e de bateria, através dos furriéis. Para isso, conduziam muare curvados sob o peso dos cofres abarrotados de moedas referentes ao soldo da tropa. Podemos imaginar o caos financeiro que assolou em Canudos, devido ao prolongamento das operações, à morte em combate de vários comandantes e à ação nefasta dos bandos de desertores e/ou de extraviados.

O Serviço de Intendência não existia, assim como nas Regiões Militares e o sistema de prestações de contas.

Inexistiam, também, manuais e regulamentos ordenando a doutrina e a técnica, como vimos. A tradição é que era seguida pelos ordenadores de despesa. Em uma organização militar aquartelada, o costume era obedecido sem maiores problemas, mas avalie o leitor a questão administrativa a ser enfrentada pelo Comando de uma unidade afastada do aquartelamento, carente de ajudantes e burocratas — o chamado Estado-Menor (praças) — sob o fogo do inimigo e alvo de constantes substituições e baixas em combate. Dantas Barreto relatou as agruras dos combatentes na busca de alimentos, cuja aquisição era regamente indenizada aos especuladores. trabalhava-se com dinheiro vivo, porquanto não existia o sistema de cheques bancários.

É rara a documentação que registra os dissabores administrativos da cúpula dirigente (não existia Estado-Maior Geral) e os arquivos militares são parcos de informações detalhadas no tocante à distribuição das verbas orçamentárias e outras despesas efetuadas na Guerra de Canudos. Como fator positivo, observe-se que o armamento entregue à 4.^a Expedição constava entre os mais modernos existentes no mundo.

Canudos é o ponto de inflexão da modernização do Exército Brasileiro. Não houve mártires naquela operação militar. Apenas combatentes integrantes de uma

força expedicionária terrestre que cumpriram o seu dever, com destemor e patriotismo.

Aquela campanha teve repercussão internacional, em um mundo dominado por reis e imperadores deliciados com as dificuldades enfrentadas pela mais nova república sulamericana. Atente-se que a herdeira do trono, e o príncipe consorte, o conde D'Eu, estavam vivos e saudáveis, enquanto que o Marechal Floriano era morto e jazia na capital da república de que fora o incontestado consolidador.

Não havia ferramenta de sapa portátil, nem uniforme de instrução e os expedicionários transportavam sacos de areia, exaustivamente, em seus comboios, para construir trincheiras, sem se aperceberem que o terreno, na sua agressividade, fornecia abrigos naturais bem superiores, desde que judiciosamente aproveitados, como fazia a "cabroeira", que, por força dessa atitude, ganhou a fama de "guerreiros invisíveis", abalando a combatividade da tropa atacante.

Em nossos dias, esse agreste terreno, onde se travou cruento, prolongado e estafante conflito entre irmãos, está destinado a constituir o "Parque Histórico de Canudos", que visa a esclarecer às atuais e futuras gerações que hostilidades armadas insensatas como aquela jamais poderiam ter acontecido. Canudos foi um episódio lamentável sob quase todos os aspectos, mas a unidade nacional exigia a ação militar, porquanto a religiosa e a policial haviam-se esgotado.

3. A Vítima Voluntária

"Sant'Antonio Conselheiro escreveu pro presidente Urubu tá de bico doce De cumê carne de gente"

(Do cancioneiro popular)

A área canudense favorecia as ações defensivas, de modo geral. Por sua vez, a bacia hidrográfica é caracterizada pela intermitência sazonal, à exceção do rio São Francisco. Os mais importantes dos intermitentes são o Vaza-Barris, acidente capital mais nítido do Teatro de Operações e o Itapicuru, mais ao sul, que são rios que correm para o mar.

O clima envolve uma forte entrada de energia solar, o que resulta em que as chuvas sejam pouco frequentes, mas torrenciais quando ocorrem. Conseqüentemente, a vegetação que vem a aflorar na região denominada "caatinga", às vezes adensada, mas normalmente rala e muito espinhenta, adapta-se à falta d'água e substitui as folhas pelos espinhos. As plantas desenvolvem órgãos subterrâneos de reserva como é o caso do umbuzeiro, considerada a árvore protetora do sertanejo.

Mergulhada em áspera região do sertão baiano, em pleno Polígono das Secas, erguia-se Canudos, antiga e abandonada fazenda de criação de gado.

"Lá se aglomerava uma população suspeita e ociosa, armada até os dentes, cuja ocupação quase exclusiva consistia em beber aguardente e pitar esquisitos cachimbos de barro em canudos de metros de extensão (canudos de pito), como

os descreveu em 1898 o vigário de Itu. Eis a origem do nome do lugarejo obscuro, onde vicejavam os germes da desordem e do crime, antes da chegada de Antônio Conselheiro", nas palavras de Hélio Silva.

As vias de transporte para a área, em fins do século XIX, eram a estrada-de-ferro Salvador-Alagoinhas-Juazeiro e a estrada carroçável Aracaju-Geremoabo-Canudos-Uauá. Pelo Norte, apenas o semideserto da Várzea da Ema. Canudos é terra considerada viçosa, para os padrões da caatinga e os únicos caminhos possíveis de utilização, antes de atingi-la passavam obrigatoriamente por um dos quatro trechos de difícil acesso, que são: um, vindo de Juazeiro e passando por Uauá; outro, tendo origem em Geremoabo, passando por Cocorobó; o terceiro, o de Calumbi-Cambaio e o último, Monte Santo-Rosário.

Além da distância, do terreno árido, da vegetação agressiva, qualquer força para lá chegar, teria que atravessar uma região estéril, parca de água e de recursos locais, necessitando realizar o transporte de toda a sorte de suprimentos.

Canudos encontrava-se em uma alça do rio Vaza-Barris, que a cercava em três quartas partes do perímetro urbano e se constituía em fosso natural, em face de suas margens íngremes e pedregosas. A igreja nova, ao sul do arraial, dominava o trecho do rio, bloqueando as estradas que demandam a Queimadas. Os paupérrimos casebres, irregularmente distribuídos, constituíam um emaranhado labirinto, obrigando a quem os investisse, tentar conquistá-los um por um. Possuíam abrigos e trincheiras no seu interior e o seu valor defensivo era agravado com barricadas, cactáceas, gravatás, etc., tornando-os verdadeiras casamatas. É sobre esse palco, sumariamente descrito e hoje submerso pelas águas da represa de Cocorobó, que se desenvolverá a guerra.

Acompanhar a trajetória delirante da vida incomum do Conselheiro, equivale a assistir a um filme de ficção, com uma diferença: é a dura realidade do subdesenvolvimento, despojado de qualquer traço de ilusão. Antônio Maciel não representava, agia. Estava francamente determinado a resistir às investidas das autoridades legais, que, no seu entendimento, careciam da benção divina e do respeito dos mortais. "Só Deus é grande", apregoava. Algo tinha que ser feito, logo, para dar um paradeiro nas perseguições de que se sentia vítima, ao lado de sua gente sofrida. Experiente fundador de cidades, decidiu rapidamente criar Belo Monte, o Império dos padecentes, dos bem-aventurados, dos amantes a Deus. Não bastava ter fé.

O local ele já tinha mentalizado, tantas vezes já passara por ali: a barrancas do Vaza-Barris, a cavaleiro da estrada que levava de Monte Santo a Uauá. Fazenda abandonada, onde não existiam juízes, delegados, prefeitos, coisas que tais. Da vontade à ação, a distância foi um passo. Corria o ano de 1893 e o cearense de Quixeramobim não era o único evangelista a vagar por aqueles perdidos cafundós, inclusive no sul do país. Se houvesse uma hierarquia nessa "bizarra igreja" popular, o "título" de Conselheiro equivaleria ao de Bispo católico.

Belo Monte cresceu como o trigo dos evangelhos. Ali acorreram piedosos romeiros de todos os rincões sertanejos. A vida era pacata: proibido beber cachaça, as mulheres eram incentivadas a manter suas cabeças cobertas pelos véus

virtuosos. Prostituição, jamais. Cada uma vivia as suas necessidades de subsistência, a feira, o comércio de trocas, pois o dinheiro republicano não circulava. A escola gratuita, o culto diário, os sermões fluentes do Conselheiro, o violeiro repentista, a criação de bodes, o roçado, a rede confortável. Os moradores circunvizinhos, abandonados pelo poder público, invejavam aquela vida plena de felicidade, no primarismo de seus corações e mentes. Muitos abandonavam seus pertences, suas coisas, seus “trens” e iam viver em Belo Monte, realmente, para eles, o paraíso preconizado pelas escrituras divinas, inclusive vadios, aventureiros e meliantes.

Procurar entender o Conselheiro é um desafio à inteligência. Tentar compreender o seu pensamento confuso e divergente, uma competição entre a lógica e a superstição. Afinal, o que se passava naquela mente se, comprovadamente, desprezava o dinheiro, o conforto, o consumo, a propriedade, enfim, o Poder? A utopia conselheirista encontra respaldo em sua firme determinação: jamais seria feito prisioneiro, jamais se entregaria aos usurpadores do trono imperial. Não é que os amaldiçoados maçons e hereges cometeram o perjúrio de retirar a cruz da bandeira brasileira? Contudo, querer atribuir-lhe liderança revolucionária é distorcer o seu comportamento, pois o venerado homem santo desprezava as péssimas condições de vida de seu povo, considerando-as apenas como uma “provação”: quem mais sofresse e jejuasse na “passagem” pela terra, mais facilmente obteria as benesses do Paraíso.

Paradoxalmente, o fato é que sem a presença física do Conselheiro não explodiria a insurreição canudense, por ele personificada. O “apóstolo”, versão geriátrica do Cristo, não era apenas um símbolo, uma lenda, uma divisa, antes a própria razão de ser do comportamento rebelde daqueles normalmente submissos caipiras.

No século XVI, Manoel da Nóbrega e José de Anchieta já registravam a aparição de vários “espíritos iluminados”, espertos aborígenes que se autodenominavam de “divindades” e misturavam os ídolos de suas credences primitivas com as imagens dos santos católicos. Era o início do sincretismo religioso que perdura até os dias atuais, traduzindo as culturas silvícola e africana legadas às mais humildes camadas de nossas populações rurais e urbanas.

Continuemos. A empatia, os laços afetivos que uniam aquela pobre gente ao seu mentor eram simplesmente indissolúveis: entre eles o tratamento era de “irmão” e, ao líder espiritual, chamavam de “pai”, obtendo como resposta o termo comum “irmão”. A saudação “Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo” (“Para sempre seja louvado”, era a resposta) iniciava o diálogo ou servia de cumprimento entre as pessoas.

O Conselheiro nunca foi visto pelas forças atacantes. A sua aparência pessoal era conhecida apenas pelas descrições dos relatórios escritos ou pela transmissão boca a boca dos habitantes do lugar. Se ele mudasse seu aspecto visual, isto é, aparasse os longos cabelos e barba peculiares e vestisse um traje comum de sertanejo, abandonaria facilmente a localidade, pelo Norte, se o desejasse. Ao contrário, enclausurado no chamado “santuário”, deu-se fanaticamente às

suas meditações e preces, dormindo no chão sujo e afogueado, esqualido, alimentando-se frugalmente, assim mesmo por insistência das beatas que lhe davam água, pirão de farinha e peixe boca a baixo. Faleceu de morte natural, de inanição, esvaído pela disenteria, cercado por seus prosélitos mais íntimos, no dia 22 de setembro de 1897. Ali mesmo foi enterrado em cova rasa, tendo por sudário o seu surrão de brim azul, envolto numa esteira imunda, rosário rústico no pescoço e alpercatas de couro cru nos pés. Morto e sepultado o Conselheiro — o “Rei dos Jagunços” — seria de prever-se a queda imediata do Império de Belo Monte. Todavia, os acontecimentos subsequentes iriam desmentir essa versão simplista do significado social daquele enclave por ele fincado nas entranhas do território nacional. Por que a luta continuou, mesmo após o desaparecimento físico do líder espiritual? Por que os jagunços remanescentes não se entregaram aos seus inimigos, optando por afrontar uma situação totalmente desfavorável? Por que conduziram conscientemente suas famílias até às últimas consequências, em literal holocausto?

Nos dias atuais, vencidas as incompreensões e os preconceitos pela caminhada imparcial do tempo, acode-nos uma justificativa primordial que traduz, em parte, o comportamento aparentemente irracional daquela gente explorada e humilde: eles defendiam com unhas e dentes o patamar social alcançado, depois de várias gerações de subserviência total, de completa alienação, da ausência de bens mínimos que compensam a existência humana.

Belo Monte não foi o primeiro povoado fundado pelo “apóstolo”, nem representava o Paraíso Terrestre. Na comunidade, estratificada em classes bem definidas, havia os privilegiados, que moravam nas melhores vivendas situadas na rua principal, usufruindo de algum conforto, como os Vilanova, abastados comerciantes, enquanto os negros eram segregados em um gueto denominado Mocambo, o “bairro” mais miserável do arraial. Os caboclos — a maioria — amontoavam-se nos humildes casebres de pau-a-pique, erguidos com barro vermelho, cobertos com palha de icó firmada com o mesmo barro, de uma só porta de entrada e sem janelas, parecendo fornos de olaria. Os índios ajuntavam-se de qualquer jeito, também separados da maioria dominante. As rixas e querelas eram resolvidas em última instância pelo “pai”, que punia o seu povo com penitências que abrangiam desde a repetição de orações intermináveis do rosário, até a mais temida: a expulsão da aldeia sacrossanta. Ser afilhado do Conselheiro e de Nossa Senhora retratava privilégio para aqueles fiéis e os mais velhos orgulhavam-se de tê-lo como compadre. Naquelas paragens agrestes do nordeste baiano dá-se a maior incidência de casamentos consangüíneos, no Brasil — tios(as) com sobrinhas(os) e entre primos.

A saúde pública era lastimável, sendo deplorável o estado de higidez da população, vítima das mais variadas moléstias, desde a “barriga d’água” e o “chido”, às “catarata ceguenta” e “bexiga lixa”. Sucumbiam de morte natural, em média, 8 pessoas adultas por dia e a mortalidade infantil atingia os hoje chamados níveis alarmantes”. O cemitério novo era o principal hospedeiro dos canuden-

ses. Corpos de "anjinhos" e de pecadores disputavam lugubrememente as covas rasas abertas incessantemente. Porém eram enterrados cumprindo-se os ditames da fé cristã: cânticos votivos e "kyries", choros e lamentações compunham o ritual no compadecido acompanhamento do féretro. Os defuntos de melhores condições financeiras eram enterrados em caixões de madeira, com mortalha, louvações, flores e tudo, enquanto que os deserdados da sorte viajavam para o outro mundo na própria rede ou esteira que usavam em vida.

Morrer era a "salvação". Aquela vida infeliz que conheciam era apenas uma "provação" imposta pelo Bom Jesus para purgar seus pecados e salvar suas almas, contudo abria-lhes a porta do Reino dos Céus, onde, benévolo, os aguardava, desde que exorcizados dos erros cometidos, libertos das tentações do belzebu. Para isso, muitos se mortificavam através de promessas martirizantes, de jejuns prolongados, de autoflagelamento, de intermináveis percursos feitos de joelhos. Certeza, mesmo, só a volta triunfal de D. Sebastião, o Encoberto, montado em seu cavalo branco e distribuindo ouro a mancheias para os pobres, a par da destruição da Terra, ardente em chamas, em 1899, eis que a humanidade pecaminosa não atingiria o século XX, segundo o terrível agouro do "Profeta". Antes, o Apocalipse. Os fiéis sentiam o sangue gelar nas veias.

Sob o ponto de vista estratégico, Bom Jesus do Belo Monte era indefensável, não passando de uma depressão, cercada de elevações por todos os lados, que tinham comandamento sobre a chamada cidadela. Bastava apossar-se desses acidentes geográficos — efetivos existiam para essa operação — que o objetivo cederia por ser incompatível a uma resistência prolongada. É sem fundamento doutrinário a especulação de escritores leigos que alardeiam a competência estratégica do Conselheiro, por escolher a fazenda abandonada à beira do Vaza-Barris para a edificação do seu império. Antônio Maciel escolheu aquele local apenas por conhecer os sertões como a palma da sua mão, pela existência de água relativamente farta, a inexistência de autoridades, a fertilidade do solo e as boas condições de vida que oferecia. Todavia, como reduto militar era indefensável, porquanto para lá convergiam várias vias de acesso, bem como por ser contornada por elevações de porte, o que exonerava aos defensores a possibilidade de durar na ação".

O guerrilheiro de Canudos, o morador do sertão semi-árido, analfabeto, deixou escassa literatura sobre a luta deflagrada — afora o cordel — pois a que existe foi escrita por estudiosos forasteiros. Notamos, também, do lado legalista, peão retirado de regiões distantes, mantendo a identidade no uso das vestimenta tradicionais de suas origens, as bombachas; o chapéu de aba larga, a faixa e, acima de tudo, na prática dos costumes e do linguajar, embora, para sobreviver, assas-se beijos e raízes de umbuzeiro.

O choque entre legalistas e jagunços, brutal, impiedoso, irascível, alcançou patamares então considerados inatingíveis pelo nosso povo, comprometendo a propalada existência de um "homem cordial brasileiro".

Erroneamente a campanha de Canudos é considerada, por alguns estudiosos, como uma "guerra de guerrilhas". Define-se este tipo de conflito armado com aquele travado entre tropas convencionais e guerrilheiros de alta mobilidade

tática, que não oferecem combate decisivo e retiram-se para uma região de homizio não identificada, quando pressionados. Os exemplos mais notáveis desse tipo de combate são a Insurreição Pernambucana seiscentista e a recente guerra do Vietnam, ambas com resultado desfavorável às forças regulares. Entretanto, trata-se de uma abordagem distorcida da realidade canudense, pois aquela campanha foi uma luta de natureza convencional, ou seja, o inimigo estava lá, sem intenção de recuar ou de render-se. Outrossim, tratava-se de um contingente “irregular”, pois não eram soldados profissionais, integrantes de um Exército legal, todavia, a natureza das operações por eles desencadeadas foi a convencional, isto é, o estabelecimento de uma Posição de Resistência (PR).

Cada investida efetuada definiria o término das operações, no caso de vitória do atacante, como ocorreu em 05 Out. O objetivo era conhecido desde o início da campanha (o arraial) e os defensores ofereceram combate franco, peito a peito, até a derrota final, a queda do baluarte. Movidos pelo instinto natural de sobrevivência e demonstrando impressionante capacidade de luta, além de surpreendente intuição tática, estabeleceram postos avançados bloqueando as principais vias de acesso que sabiam de antemão mobiliadas pelo inimigo, baseados em informações obtidas no campo de batalha. Nessas posições sumariamente organizadas, aproveitaram o terreno para abrigar-se e efetuar os tiros de inquietação, trocando o espaço pelo tempo, quando ameaçados de envolvimento.

Retraíndo para a cidadela, ali estabeleceram sólida defesa de posição organizada, protegendo-se dos fogos e das vistas do inimigo pela utilização de um sistema de trincheiras coletivas e de abrigos individuais altamente eficiente, melhorado através da limpeza dos campos de tipo. Tudo isso caracteriza o combate regular entre duas forças armadas oponentes, a mais fraca procurando a defensiva, para se manter.

Por sua vez, as duas tropas (a Guarda Católica) eram uniformizadas (gorro azul e divisa da mesma cor na manga da camisa), hierarquizadas, permanentes, pagas e organizadas em frações chefiadas por cabecilhas competentes e respeitados pelos subordinados. Essas forças combatiam de modo independente quando a frente se estabilizava e eram reunidas sob comando único (o Comandante da Rua) nos momentos em que eram atacados em força, demonstrando incomum disciplina de tiro. Contudo, faltou-lhes um chefe que conhecesse a arte militar e levasse o combate às bases do inimigo (Monte Santo, Quimadas, etc.) e, particularmente, aos trilhos da estrada-de-ferro, único acesso estratégico ao teatro de operações. Fica a impressão de que os preconceitos religiosos do Conselheiro impediram a expansão das ações dinâmicas da defesa, obstinado que era em restringir as operações às necessidades de defesa aproximada de seu santuário. Não considerou que, perdida a via-férrea os federais não teriam condições à conquista de Canudos.

Ao mesmo tempo, os “cabras” decidiram aferrar-se ao terreno no interior do Arruado sagrado, devido às enormes baixas sofridas nos enfrentamentos estabelecidos com as 1ª e 2ª expedições. Já o enérgico Moreira César — o apavorante “Corta Cabeças” — por não identificar um só “bandido” no itinerário do deslo-

camento para o Objetivo, recebeu a fuga do Conselheiro e a conseqüente frustração de ver o seu ataque cair no vazio. Evidentemente, o destemido coronel — portador da incidiôsa doença que o acometera de seguidas síncope em plena marcha de aproximação para o combate — jamais suporia ser prostrado por um projétil fatal, no ventre, ao tentar a retomada de impulsão da arrancada sobre a localidade.

Descontando-se os exageros e lendas, chega-se à conclusão que o famigerado exterminador de gente, o “Anti-Cristo” prenunciador do iminente fim do mundo, não estripou ninguém ou, por outra, sequer divisou o vulto de um jagunço, enquanto viveu.

Os conselheiristas nunca perseguiram o inimigo repellido, nem combateram à noite, ou executaram o aproveitamento do êxito, o que, militarmente, determinou a sua derrota final. Chegaram ao cúmulo de não utilizarem os canhões capturados, aqueles dragões da maldade, instrumentos do satanás — guardados, desmontados, como troféus, a serem restituídos a um ilusório Príncipe Pedro III, quando sabidamente, a herdeira do trono era uma princesa.

Em seu livro famoso, Euclides da Cunha teve sensibilidade ao interpretar os fatos extraordinários ocorridos em Canudos, comprovando dramaticamente a existência da revolução republicana, desdobramento da aguda crise social de transição de uma sociedade escravista e colonial para uma nova, capitalista e nacional.

A realidade de Canudos coloca uma questão básica: qual o lugar que lhe cabe na evolução histórica da sociedade brasileira (nela inserido o Exército, seu agente armado), no limiar do centenário daqueles terríveis acontecimentos?

Pelo conteúdo social, representa o estado de rebelião de uma comunidade acossada, carente, em busca de identidade, mas um movimento de caráter divisionista, empregando o armamento disponível para questionar os poderes constitucionais da nação a que pertencia. Mesmo considerando as condicionantes emocionais existentes à época, os descaminhos, contradições e preconceitos examinados neste modesto trabalho, constatamos que a dimensão da insurreição popular-religiosa detonada no nascedouro da república não pode ser reduzida à problemática regional e, sim, aferida e valorizada a sua influência no processo de formação da nossa nacionalidade.

O cidadão brasileiro Antônio Vicente Mendes Maciel não entendeu que ao estabelecer o domínio da desobediência civil, garantido pelas armas, ao fundar o independente e utópico império de Belo Monte, erigia um Estado revolucionário dentro de um Estado legal. Ao governo republicano cabia restaurar a ordem constituída e reintegrar o território nacional, alvo de uma sedição. A maneira açodada da intervenção federal e a resistência insana de um líder carismático transformaram a gente sertaneja em vítima espontânea e a tropa repressora em inclemente algoz, quando, na verdade, eram irmãos imolados em luta fraticida descabida, sangrenta, perversa, que, mercê de Deus, não voltará a enlutar o povo deste país.

Palavras Finais

No decorrer da carreira das armas, a par dos incontáveis momentos de alegria, de idealismo, de felicidade, de sadia camaradagem, de realização profissional, temos que ultrapassar percalços e óbices encontrados, tais como acidentes, delongas, exames de saúde, incompreensões, concursos intelectuais, provas físicas, transferências, equívocos, às vezes até guerras e revoluções. Pupilos da intransigente mestra que é a vida, perante a qual praticamos enganos, acertos, erros, justiça, ciúmes, equidades, em teste permanente que avalia as nossas virtudes e vulnerabilidades, incessantemente durante toda a existência humana, falíveis que somos. Todavia, se a roda da fortuna permitisse um fantástico retorno a tempos que não voltam, evidentemente que eu evitaria repetir as falhas cometidas, mas fiquem certos os senhores que ao menos um gesto de fé eu repetiria com tranquilidade e consciência, segurança e amor: submeter-me novamente ao exame de matrícula na inesquecível Escola Preparatória de Porto Alegre, a tradicional EPPA, a mesma que, sem solução de continuidade, até os nossos dias burocratiza vocações da mocidade brasileira para a carreira militar.

Todos almejamos atingir o terceiro milênio do calendário cristão, mas o futuro a Deus pertence. Todavia, um vaticínio é inquestionável: a ele chegará e por todo o tempo permanecerá, o Exército Brasileiro, confiável sustentáculo em que se assentam as forças vivas de nossa nacionalidade, vetor armado desta grande nação que valeu a forjar e erguer, e de cuja soberania é o perene guardião.

Se avaliar o passado não basta para justificar o presente, pelo menos ajuda a visualizar o futuro — tenho dito.

Bibliografia

- ARARIPE, Tristão de Alencar. "Expedições Militares contra Canudos. Seu Aspecto Marcial". BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1985.
- BARRETO, Dantas. "Última expedição a Canudos". Franco & Irmão, Porto Alegre, 1898.
- "Destrução de Canudos". Editora "Jornal do Recife". Recife, 1912.
- BELO, José Maria. *História da República (1889-1954). Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1964.
- BONNET, Gabriel. *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*. BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1963.
- CALASANS, José. *Quase Biografias de Jagunços. O Séquito de Antônio Conselheiro*. UFBA, Salvador, 1976.
- "O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro". Tipografia Beneditina, Salvador, 1950.
- "A Guerra de Canudos na Poesia Popular". UFBA, Salvador, 1989.
- "Aparecimento e Prisão de um Messias". Separata da Academia de Letras da Bahia, 1988.
- "No Tempo de Antônio Conselheiro". Salvador, UFBA, 1959.
- "Canudos. Origem e Desenvolvimento de um Arraial Messiânico." In "Revista da Academia de Letras da Bahia," Salvador, 1987.
- CARNEIRO, Glauco. "Rebelião de Canudos". In "História das Revoluções Brasileiras". Rio de Janeiro, Editora O Cruzeiro, 1965.
- CASA DE RUI BARBOSA. *Canudos. "Subsídios para a sua Reavaliação Histórica"*, Rio de Janeiro, 1986.
- CUNHA, Euclides da. "Caderneta de Campo". Editora Cultrix, São Paulo, 1975.
- "Os Sertões (Campanha de Canudos)". Laemert e Cia., São Paulo, 1903.
- "Canudos. Diário de uma Expedição". Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1939.
- DEL RE, Januário João. "A Intendência Militar Através dos Tempos". Rio de Janeiro, Editora Livraria Francisco Alves, 1925.
- ECEME. "Guerras Insurrecionais no Brasil". Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1968.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. "História do Exército Brasileiro. Perfil Militar de um Povo". Estado-Maior do Exército, Brasília, 1972.
- FACÓ, Rui. "Cangaceiros e Fanáticos". Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.
- FORTES, Heitor Borges. "Velhos Regimentos. Ensaio sobre a Evolução da Artilharia de Campanha Brasileira de 1831 a 1959". BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1964.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. "No Calor da Hora. A Guerra de Canudos nos Jornais". Editora Ática, São Paulo, 1974.

- **"Gatos de Outros Sacos"**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.
- GARCEZ, Angélica Rolim. **"Aspectos Econômicos do Episódio de Canudos"**, UFBA, Salvador, 1977.
- GARCIA, Funchal. **"Do Litoral ao Sertão"**, BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1975.
- GUIMARÃES, Carlos Eugênio de Andrade. **"Arthur Oscar, um Soldado do Império e da República"**. BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1965.
- JUNIOR, Pereira Reis. **"Os Presidentes do Brasil"**. Divulbrás Editora, Rio de Janeiro, 1975.
- KEITH, Henry Hunt. **"Soldados Salvadores"**. BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1989.
- LAGE, Nilson. **"Canudos e Chibata"**. in **"Os Grandes Enigmas de Nossa História"**, Otto Pierre Editores, Rio de Janeiro, 1981.
- LAGO, Laurênio. **"Generais da República, 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1943"**. Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1944.
- LIMA, Flamarion Barreto. **"Psicose do Combatente — O Pânico em Canudos"**. In **"Revista Coletânea"**, da ECEME (nº 10, jul 956)
- MACEDO, Nertan. **"Memorial de Vilanova"**. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1983.
- MELO, Dante de. **"A Verdade sobre "Os Sertões". Análise Reivindicatória da Campanha de Canudos"**. BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1958.
- MILTON, Aristides A. **"A Campanha de Canudos"**, UFBA, Salvador, 1979.
- MITCHELL, Gilberto de Medeiros. **"História do Serviço de Saúde do Exército"**. Rio de Janeiro, 1963.
- MONIZ, Edmundo. **"A Guerra Social de Canudos"**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- **"Canudos: A Luta pela Terra"**. Editora Global, São Paulo, 1988.
- MONTE-MARCIANO, Frei João Evangelista. **"Relatório apresentado ao Arcebispo da Bahia, sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos"**. Tipografia do "Correio de Notícias", Salvador, 1895.
- BENÍCIO, Manoel. **"O Rei dos Jagunços"**. Typ. do "Jornal do Commercio", Rio de Janeiro, 1899.
- JUNIOR, Marcos Vinicius da Costa Villela. **"Canudos. Memórias de um Combatente"**. Marco Zero Editora, Rio de Janeiro, 1968.
- MACEDO, Nertan. **"Antonio Conselheiro"**. Editora Renes, Rio de Janeiro, 1978.
- MARTINS, Francisco. **"A Aldeia Sagrada"**. Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1958.
- SANTOS, João Fêlcio dos. **"João Abade"**. Agir Editora, Rio de Janeiro, 1958.
- REGO, Orlando L. M. de Moraes. **"Retrospectivo Histórico da Polícia Militar do Pará"**. Gráfica Falangola, Belém, 1981.
- MONTENEGRO, Abelardo. **"Antônio Conselheiro"**. Editora Batista Fontenelle, Fortaleza, 1954.
- NOGUEIRA, Ataliba. **"Antonio Conselheiro e Canudos"**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1978.

- OLAVO, Antônio. **"Memória Fotográfica de Canudos"**. Grafite Gráfica, Salvador, 1989.
- OLIVEIRA, Xavier de. **"Reminiscências da Guerra de Canudos"**. (Depoimento de acadêmico de medicina da época).
- PEDROSA, José Fernando de Maya. **"Os Movimentos Retrógrados Realizados pelos Insurretos de Canudos"**. In. **"Revista Militar Brasileira"**.
- "A Guerra Irregular de Canudos"**. Inédito.
- PEREIRA, João. **"Arrancada Heróica"**. Separata da Revista Militar Brasileira, 1958.
- PIEDEDE, Lellis. **"Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia"**. Litho Typ. e Encad. Reis, Salvador, 1901.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **"O Messianismo no Brasil e no Mundo"**. Dominus Editora, São Paulo, 1965.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **"Os Radicais da República"**. Editora Brasileira, São Paulo, 1986.
- SENA, Davis Ribeiro de, **"Primórdios da Organização Brasileira"**. In **"A Defesa Nacional"**, Rio de Janeiro, set-out/1987.
- **"Serviço Militar Obrigatório e Exército Profissional"**. In **"A Defesa Nacional"**. Rio de Janeiro, set-out/1984.
- **"O Desenvolvimento do Exército e o Oficial de Estado-Maior"**. In **"A Defesa Nacional"**, Rio de Janeiro, jan-fev/1986.
- SILVA, Hélio. **"1989: A República não Esperou o Amanhecer"**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.
- SILVA, João Augusto Caldas da. **"A Guerra de Canudos"**. Trabalho Inédito pertencente a ADESG (Cópia xerografada, datada de 09 nov 981).
- SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. **"A Guerra de Canudos"**. Tipografia Altina, Rio de Janeiro, 1902.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. **"Aristides Lobo e a República"**. BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1987.
- VARGAS LLOSA, Mário. **"A Guerra do Fim do Mundo"**. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1981.
- ZAMA, César. **"Libelo Republicano, Acompanhado de Comentários sobre a Guerra de Canudos"**. UFBA, Salvador, 1989.
- Ordens-do-dia n.ºs 882, 884, 890, 892, 893, 900 e 963 (1987/8), da Repartição do Ajudante-General;
 - Debates e troca de idéias com estudiosos do assunto;
 - Depoimentos obtidos junto às autoridades e população dos Municípios de Monte Santo, Euclides da Cunha, Nova Canudos e Uauá;
 - Documentos compulsados no Arquivo do Exército, Biblioteca do Exército, Centro de Documentação do Exército, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Universidade Federal da Bahia, Biblioteca Nacional, Museu da República e 6ª Região Militar;
 - **"Histórico da Polícia Militar do Pará"**. Orvácio da Cunha Marreca, Instituto Lauro Sodré, Belém, 1940;

- Relatório apresentado pelo Tenente-Coronel Cândido José Mariano, comandante do 1.º Batalhão de Infantaria do Amazonas (Polícia Militar) em operações no Estado da Bahia, à disposição do Governo Federal;
- “Marcos Históricos da Polícia Militar de São Paulo”. Imprensa Oficial do Estado, 1982;
- Despojos colhidos no Alto do Mário, no Vale da Morte e na Lagoa do Sangue.

FONTES DE CONSULTA (Apoio)

- BARBALHO, Luiz Luna e Nilson. “Coronel Dono do Mundo”. Livraria Editora Cátedra, Rio, 1983;
- BARROSO, Gustavo. “Vida e História da Palavra Sertão”. UFBA, Salvador, 1983;
- COELHO, Edmundo Campos. “Em Busca da Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira”. Editora Forense — Universitária, Rio de Janeiro, 1976.
- ECE. “Vocabulário da ECEME”. (ME 320-5), 1981;
- “Guerra Irregular”. (Col 31-0-1), 1966;
- “Operações Antiguerrilha”. (TE 31-16), 1966;
- FURTADO, Celso. “Formação Econômica do Brasil”. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1962;
- MAGALHÃES, João Batista de. “A Evolução Militar do Brasil”. Bibliex, Rio de Janeiro, 1960;
- MONTEIRO, Jônatas do Rego. “O Exército Brasileiro. BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1939;
- OLIVEIRA, Pérsio de. “Introdução à Sociologia”. Editora Ática, São Paulo, 1959.
- PEREGRINO, Umberto. “Euclides da Cunha, Historiador Militar”. Editora A Noite, Rio de Janeiro, 1943;
- PONTES, Eloy. “A Vida Dramática de Euclides da Cunha”. José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1938;
- RABELLO, Silvío. “Euclides da Cunha”. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1983;
- SENA, Davis Ribeiro de. “A Tríplice Aliança e a Estratégia Brasileira”. In “A Defesa Nacional”, Nov-dez/1986;
- SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. “Os Generais do Exército Brasileiro”. Bibliex, Rio de Janeiro, 1940;
- SODRÉ, Nelson Werneck. “História Militar do Brasil”. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965;
- VIANA FILHO, Luiz. “À Margem d’Os Sertões”. Livraria Progresso Editora, Salvador, 1960;
- VITA, Álvaro de. “Sociologia da Sociedade Brasileira”. Editora Ática, São Paulo, 1989.

TERCEIRA PARTE

DOCUMENTAÇÃO

ARQUIVO DO IHGRGS

MANUSCRITO ATRIBUÍVEL A JÚLIO DE CASTILHOS

Plano de Ação Revolucionária

1892

Consideração Preliminar

É convicção geral do partido republicano que a revolução armada torna-se necessária e inevitável não somente para restabelecer o regime constitucional do Estado, e fazer cessar uma situação anômala e aviltante como também para evitar que se restaure o domínio do Dr. Gaspar Martins, domínio fatal ao Rio Grande do Sul e funesto às próprias instituições da República.

Convencido desta verdade, o partido republicano está resolutamente disposto à luta armada. Se tal não fosse o seu sagrado empenho de honra, teria ele de dissolver-se porque ficaria reduzido a uma existência puramente nominal, sem poder agir com eficácia, e perderia sua razão de ser. Isto equivaleria a um desastroso imperdoável suicídio, do qual só auferirão proveito os disfarçados inimigos da República, que ora pretendem recuperar no Estado, o que perderam na queda da monarquia, ainda que sacrifiquem a felicidade do Rio Grande e ponham em risco as instituições vigentes.

Assim pensando, entendeu o partido republicano que lhe cumpria aparelhar os elementos materiais de luta, para estar pronto a agir no momento declaradamente oportuno. Eis o que tem ele feito e está fazendo. Em toda parte começou em tempo e prossegue ativamente, com as indispensáveis precauções, esse aparelhamento, já quanto à aquisição de armas, já quanto ao pessoal capaz de lutar em nome da honra e da salvação da República no Rio Grande.

Para imprimir a indispensável unidade ao movimento revolucionário está constituída em Porto Alegre uma Junta Diretora, composta do General Júlio Frota e dos Drs. Júlio de Castilhos e João Alves.

À Junta compete fixar o dia do rompimento e expedir as instruções e ordens que forem necessárias.

Observações Gerais

O movimento não poderá começar, em caso algum, senão no dia fixado pela Junta, que fará o possível para que a fixação chegue ao conhecimento dos chefes revolucionários locais com uma antecedência de oito dias, pelo menos.

Outrossim, o movimento deverá efetuar-se simultaneamente em todas as regiões do Estado, exceptuados os raros pontos em que faltam elementos de força.

A simultaneidade é condição primária de êxito pronto e completo. Outra essencial condição de sucesso reside no sigilo e na precaução criteriosa; por isso, os chefes locais só devem confiar os pormenores do plano revolucionário aos companheiros mais íntimos e mais discretos, tendo em vista que muitos há que, por uma nobre exaltação cívica ou irreflexão momentânea, incidem facilmente em indiscrição comprometedora.

No dia em que for determinado, sem esperar outro qualquer aviso, o partido republicano entrará em ação armada, cumprindo-lhe executar as seguintes prescrições, tanto quanto for possível:

I — O levante deve ser operado de surpresa, a fim de estarem os inimigos desprevenidos; sendo assim, tornar-se-á dispensável, nas cidades, vilas ou povoados, formar de véspera reunião numerosa, que despertaria imediatas suspeitas.

II — Os chefes locais providenciarão para que, no dia do rompimento, sejam desde logo detidos, presos ou reduzidos à impotência, por qualquer forma os cabecilhas inimigos; evitando-se assim a resistência e conseqüente conflito.

III — Dever-se-á **incontinenti** tomar posse das estações telegráficas, das repartições do Estado, dos cargos de autoridade pública, do armamento da polícia, se esta não aderir prontamente ao movimento, bem como cumprirá abafar ou reprimir por meios violentos, sem restrições, qualquer tentativa de resistência. Quanto às estações telegráficas, convém que sejam interrompidas por isolamento as respectivas comunicações, salvo nas localidades em que, por circunstâncias imprevistas, for necessário cortar o fio elétrico.

IV — Em cada cidade, vila ou povoado, logo que fiquem garantidos os resultados da vitórias; será estabelecido o serviço da respectiva guarnição; no mesmo dia, os chefes locais farão marcharem para os destinos determinados as forças que puderem ser dispensadas, conforme o que adiante se prescreve.

Zonas Revolucionárias

A 1.^a zona abrange os seguintes municípios: Santo Ângelo, São Luiz, Povoado, São Francisco de Assis, São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Quaraí, Livramento, Alegrete, Rosário, São Gabriel, São Vicente, Santa Maria e São Martinho.

A 2.^a zona constituída pelos municípios de Pelotas, Santa Isabel, São Lourenço, Piratini, Canguçu, Cacimbinhas, Camaquã, Encruzilhada, Jaguarão, Herval, Arroio Grande, Santa Vitória, Povo Novo, Rio Grande e São José do Norte.

A 3.^a zona compreende o município da capital e todos os que não estão incluídos nos dois primeiros.

A composição das zonas serve de base ao plano da ação revolucionária.

Composição das Forças e Comandos

Se forem estritamente observadas as regras acima estabelecidas, é muito provável que o movimento não encontre obstáculos e seja vitorioso desde logo. Entretanto, cumpre considerar a atual situação dos inimigos do partido republicano.

no, que evidentemente intentam usurpar, mesmo pela violência, a direção e o governo do Rio Grande, suplantando os verdadeiros amigos da República. Para não haver imprevidências, é mister que não se considere impossível a oposição armada dos inimigos. Da previsão desta hipótese decorrem as presentes instruções.

Exercerá o comando em chefe das forças revolucionárias o General Isidoro Fernandes, que terá como auxiliares imediatos os generais Hypolito Ribeiro, Rodrigues Lima e Luiz Alves Pereira, cabendo ao General Hypolito o subcomando das forças que, para entrarem em operações serão divididas em cinco brigadas, assim discriminadas.

A 1.^a brigada, sob o comando do General Lima se comporá das forças que possam fornecer os municípios de São Luiz, Santo Ângelo, Povinho e São Borja, calculados em dois mil homens, no mínimo.

A 2.^a, sob o comando do Coronel Firmino Fernandes Lima, se comporá das forças que possam fornecer os municípios de Itaqui, São Francisco, Uruguaiana, Quaraí e Livramento, calculados em dois mil homens, no mínimo.

A 3.^a brigada, sob o comando do Tenente Coronel Francisco Portugal, se comporá das forças que possam fornecer os municípios de São Gabriel, São Vicente, Santa Maria, São Martinho e Rosário, calculados em mil e quinhentos homens, no mínimo.

A 4.^a brigada, sob o comando do general Luiz Alves, se comporá das forças que possam fornecer os municípios de Pelotas, Cacimbinhas, Piratini, Canguçu, São Lourenço, Camaquã e Encruzilhada, calculados em mil e quinhentos homens, no mínimo.

A 5.^a brigada, sob o comando do cidadão que for indicado pelo chefe republicano do extremo sul, Dr. Carlos Barboza, se comporá das forças que possam fornecer os municípios de Jaguarão, Herval, Arroio Grande, Santa Izabel, Santa Vitória e Povo Novo, calculados em mil e quinhentos homens, no mínimo. Aos chefes das brigadas compete organizar os respectivos corpos, cujos comandantes devem ser escolhidos de acordo com as altas conveniências políticas e com as aptidões militares de cada um. Recomenda-se aos aludidos chefes que deve ser ímpar o número dos corpos componentes de cada brigada, para poderem ser atendidas as necessidades táticas.

Operações

Não há dúvida de que Bagé é o ponto magno dos inimigos, não só porque ali têm eles o seu principal depósito de armas, como também por ser aquela cidade a sede do general Tavares, que é o seu único chefe de guerra. Por isso mesmo, supondo que o referido general pretenda resistir à revolução é imprescindível determinar previamente os meios de vencer a resistência.

No mesmo dia em que tiver começo o movimento, a 1.^a, 2.^a e terceira brigadas se moverão convergentemente da seguinte forma:

As forças de São Luiz e Santo Ângelo demandarão o Povinho, a fim de baterem e dispersarem, de passagem, reuniões inimigas; depois tomarão a direção de Alegrete, fazendo junção com as forças de São Borja, Itaqui e São Francisco,

no Ibicuí, onde, os que primeiro chegarem aguardarão os que forem retardados pela distância, salvo se os primeiros se julgarem habilitados a atacar Alegrete, sem o concurso dos segundos. Obtida a vitória em Alegrete, seguirão em direção ao — **Passo da Cruz** — próximo do Livramento, a fim de aguardarem aí as ordens do General Isidoro. Este itinerário poderá ser alterado em face das circunstâncias imprevistas, a juízo do chefe ou chefes das forças em marcha.

As forças de São Borja, Itaqui e São Francisco deverão marchar em direção ao ponto acima indicado, tendo em vista a tomada de Alegrete, donde seguirão também para o — **Passo da Cruz**.

As forças de Santa Maria, São Martinho, São Gabriel, São Vicente e Rosário, demandarão também — **Passo da Cruz** — em marcha acelerada.

As forças de Uruguaiana e Quaraí se dirigirão ao rumo de **Livramento**, sem a menor demora.

Quando se puserem em marcha todas estas forças, deverão observar as seguintes recomendações:

I— Não é indispensável que as brigadas sigam para o seu destino com todos os corpos que as devem constituir, convindo que marchem desde logo, os primeiros núcleos que se formarem.

II— As marchas deverão ser efetuadas com a maior rapidez possível, porque disto dependerá em grande parte o êxito das operações.

III— As forças marcharão com todas as cautelas, para evitarem surpresas, e em número suficiente para repelirem qualquer investida repentina.

IV — Estando em marcha as forças, o chefe ou chefes deverão, sempre que for possível, dar ciência ao general Isidoro, dia por dia, do lugar em que acampam e de quaisquer ocorrências que interessem às operações.

Estas comunicações se farão por próprios de inteira confiança, ou pelo telégrafo, quando for possível.

Cumpridas estas regras, tudo ficará facilitado para a vitória definitiva.

Depois de fazerem junção as mencionadas forças que constituirão uma — “divisão em operações”, sob o comando do general Hypolito Ribeiro, o general Isidoro, na qualidade de comandante em chefe de todas as forças revolucionárias que operam, terá autoridade bastante para modificar a organização das brigadas e a composição dos corpos, conforme julgar conveniente, à vista das circunstâncias em que se houver de efetuar a marcha sobre Bagé.

Neste momento supremo, estando no campo da luta armada os intrépidos defensores do Rio Grande e da República, nenhum se furtará ao dever de honra, nenhum obedecerá a um vão amor próprio, nenhum ouvirá a voz da vaidade frívola; ao contrário, todos obedecerão conscientemente, sem a menor hesitação a palavra do supremo chefe militar ou dos chefes imediatos, todos saberão ser abnegados servidores da causa sagrada do partido republicano. Não é lícito esperar que tenham outra conduta os verdadeiros republicanos que vão expor pela República a própria vida.

4ª brigada, depois de reunidas as forças que a constituem, terá por fim: 1º embarçar toda e qualquer comunicação entre o município de Bagé e os de

Pelotas, Piratini, Canguçu, cumprindo-lhe interromper por todos os meios as comunicações telegráficas, impedir o trânsito por via férrea, arrancando os trilhos em vários lugares, e guardando a ponte respectiva com força respeitável, ponte que deve ser fortificada, e proceder do mesmo modo quanto a estrada geral e a ponte das tropas existentes no rio Piratini; 2.º distribuir as partidas que forem suficientes para bater ou evitar reunião inimiga; 3.º auxiliar a ação sobre Bagé, no cumprimento das ordens que emanarem do general Isidoro. A 5.ª brigada, terá por fim: 1.º tomar posse dos municípios do extremo sul; 2.º restaurar a legalidade em Santa Vitória, para o que será necessário e indispensável que de Jaguarão marche uma força de trezentos homens armados e municiados que, reunidos aos republicanos daquele município, batam as forças do caudilho Gumerindo Saraiva, que, segundo informações fidedignas dispõe de duzentos homens armados de carabinas; 3.º vencer os inimigos do Herval, onde o partido republicano não conta elementos materiais para sucesso imediato; 4.º cumprir as ordens que incidentemente lhe forem expedidas pelo general Isidoro.

A cidade do Rio Grande e a vila de São José do Norte com todos os seus distritos, formam uma região isolada, que empregará os seus recursos de força no sentido de restabelecer as autoridades republicanas, podendo pedir auxílio a Pelotas, se ali for conveniente na ocasião a prática de atos revolucionários, a juízo dos diretores locais do partido, que resolverão de harmonia com as circunstâncias. Como quer que seja, a cidade do Rio Grande, imediatamente ou não, ficará sujeita à ação dos revolucionários.

A cidade de Porto Alegre e os municípios não compreendidos na menção acima feita agirão de acordo com as ordens diretamente emanadas da **Junta Diretora Central**, que providenciará em tempo, ficando, porém, subentendido que, em todos eles o partido efetuará o levante no dia determinado. Entre estes municípios, compreendem eles os de **Lagoa Vermelha**, Passo Fundo, Soledade, Palmeira e Cruz Alta, cujos chefes locais agirão de comum acordo, em ação combinada, de modo a prestarem-se auxílios mútuos, para ser abafada de pronto qualquer iniciativa de reação.

Tais são as principais operações, no caso de ser inevitável a luta armada.

Explicações Complementares

A revolução tem por fim imediato a restauração da ordem constitucional do Estado, regulada legitimamente instituída em 14 de julho de 1891 pela Assembléia Constituinte Rio-Grandense.

É claro, portanto, que deverão ser indenizados pelos cofres do Estado as despesas que forem diretamente determinadas pela revolução, quer as que se fizerem no preparo e coordenação dos elementos de luta, quer as que se efetuarem durante a ação revolucionária.

O pagamento se realizará oportunamente, precedido pelo maior escrúpulo, e só abrangerá as contas das despesas que forem feitas provadamente legitimadas para bem do grandioso movimento revolucionário.

O cálculo das forças revolucionárias, tal como se verifica acima, baseia-se nas informações e dados fornecidos pelos chefes republicanos locais. Convém, todavia, assinalar que os algarismos mencionados representam o mínimo das forças, em cujo balanço definitivo fizeram-se propositalmente descontos consideráveis, porque em um plano desta natureza cumpre prever as hipóteses mais adversas. **Nada de otimismo.**

Cumpra não perder de vista a atitude da força federal, para conhecimento dos chefes revolucionários declare-se com as mui bem fundadas razões que a maior e melhor parte desta força nutre francas simpatias pelo partido republicano. Sabe-se também que o general Bernardo Vasques, comandante do distrito, é absolutamente infenso à política e à prepotência do Dr. G. Martins, bem como reconhece que o partido republicano é politicamente o único sustentáculo da república, no Estado, não tendo valor aos seus olhos a ditadura atual. Em resumo, a neutralidade é o que de menos se pode esperar do exército, e isto deve bastar, sendo certo também que será reduzido à inércia pela maioria da força federal qualquer núcleo que, quebrando a neutralidade, tente auxiliar os inimigos ou embaraçar o movimento.

Tudo faz crer que o movimento surgirá no decurso do mês de maio, ou quando mais tarde, até meados de junho. Devem portanto, estar preparados os chefes, para, uma vez recebido o aviso relativo ao dia, entrarem em ação com a maior vantagem.

Vencer com glória ou morrer com honra! Tal é a divisa sagrada.

Aditamento: as forças revolucionárias usarão do seguinte distintivo = mostrarão as cores verde e amarelo no chapéu, a tiracolo ou no braço esquerdo.

Nota: neste documento, escrito a lápis, com caligrafia diferente, consta o seguinte:

“O movimento irrompeu a 11* de junho em todo o Estado, só havendo resistência franca em Bagé, mas cessando ante as forças que para lá marcharam, no propósito de extingui-la.”

Em anexo encontra-se o “Padre Nosso Republicano”, impresso:

Padre Nosso Republicano

Julio de Castilhos, que estaes no nosso coração, grande seja o vosso nome, venha a nós o vosso prestígio, sejam pregadas as vossas doutrinas, assim no Rio Grande do Sul como em toda a Republica; a vossa sublime orientação de cada dia nos dae hoje; perdoae as nossas fraquezas assim como nós até agora temos perdoado os inimigos da Republica; não nos deixeis cair em desanimo, esquecendo os vossos sabios ensinamentos, mas livrae-nos, ó Chefe! de todo o maragato. Amen.

CORRESPONDÊNCIA DO CORONEL JOÃO LUIZ GOMES COM O VISCONDE DE PELOTAS

Nota prévia

No fundo documental “Visconde de Pelotas”, é bastante numerosa a correspondência endereçada ao Visconde por seu particular amigo João Luiz Gomes da Silva, residente em Rio Pardo.

As cartas que adiante transcrevemos foram selecionadas para transcrição, tendo em vista o interesse que oferecem para a história política do Rio Grande do Sul no período imediatamente posterior à proclamação da República, quando a “União Nacional”, fundada pelo Marechal Câmara, ensaiava sua oposição ao Partido Republicano Rio-Grandense.

O Coronel João Luiz Gomes, que, sob a Monarquia, fora fiel seguidor do Partido Conservador, mesmo assim era amigo pessoal do Visconde de Pelotas, ex-liberal, e passou a seguir-lhe os passos políticos.

Nascido em 1818 em Rio Pardo, faleceu em 25/3/1899. Tomou parte nas lutas do decênio farroupilha ao lado dos legalistas, tendo deixado, sobre a Revolução Farroupilha, apontamentos que foram publicados nesta Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1º e 2º trimestres de 1929, p. 235 e seguintes. Foi comandante superior da Guarda Nacional de Rio Pardo e, em várias ocasiões, presidiu a Câmara Municipal da mesma cidade. Deixou descendência numerosa, sendo um de seus filhos, o Dr. Jacinto Luiz Gomes, ilustre médico estabelecido em Porto Alegre e homenageado numa de suas ruas. Melhores dados biográficos sobre João Luiz Gomes da Silva podem ser encontrados em Dante de Laytano, “Guia Histórico de Rio Pardo”, 2ª ed., P. Alegre, 1979, p. 239, e na própria Revista do IHGRGS, 1º e 2º trimestres de 1929, p. 235 e seguintes.

Fundo Visconde de Pelotas

Correspondência recebida — ano de 1890

Procedência: João Luiz Gomes — Rio Pardo

Rio Pardo, 16 de fevereiro de 1890

Exmo. amigo e Sr. Marechal Visconde de Pelotas

Vigorosa saúde, e grande paciência para, com calma, poder sofrer as ingratidões daqueles que ao meio dia recebem obséquios de V. Exa. e à noite, traiçoeiramente, lhe disparam seus revólveres, é o que muito lhe deseja.

Continuo desconfiado da má vontade que me dedicam os homens do governo por causa da usurpação do terreno do logradouro público, amizade que tenho mantido com V. Exa.; e mais outro motivo do tempo da estrada de ferro: três pecados mortais.

O Brigadeiro Bacellar⁽¹⁾ regressa hoje para essa Capital e estou que ele lhe há de contar os telegramas que daí têm vindo para aqui. Logo depois que eu converse com o Dr. Ramiro⁽²⁾, em sua passagem por esta cidade, irei passear nas Oveiras, por alguns dias.

À Exma. Senhora Viscondessa, e Exma. Família, envia a Chiquinha⁽³⁾ e filha amistosas saudações, o que também faz (lv.) o que com sincera amizade será sempre

De V. Exa.
Fiel, e obrigad^{mo} amigo
(a) J. L. Gomes

Notas: 1) Antônio Joaquim Bacellar

2) Provável referência ao Dr. Ramiro Barcelos

3) A esposa do missivista, nascida Francisca Ferreira de Castro.

Fundo Visconde de Pelotas

Correspondência recebida — 1890

Procedência: João Luiz Gomes — Rio Pardo

Rio Pardo, 23 de fevereiro de 1890

Reservado

Exmo. amigo e Sr. General [sic] Visconde de Pelotas

Confirmo a que escrevi no dia 21, e hoje embarcou a Adelina⁽¹⁾, acompanhada por um irmão, que tem passagem paga de ida e volta.

Estive hoje com o Dr. Ramiro⁽²⁾, quando por aqui passou, e contando-lhe eu o estado da política aqui, e a posição esquerda que comigo mantêm os homens da situação, entendeu ele que eu deveria ir a essa cidade, no dia 26, ou 27, em que chegará o Dr. Demétrio⁽³⁾, com quem ele deseja que eu tenha uma entrevista; porém eu neguei-me a essa ida, porque amanhã sigo a trabalhar no alistamento, visto as boas notícias que tenho tido dos distritos.

Antão⁽⁴⁾, guerre⁽⁵⁾ [sic] a compra das Oveiras, como mesmo a mim me disse; e eu entendo que essa má vontade ainda é o resultado de uma pretensão que ele tentou, por meu intermédio, e eu não pude conseguir.

Pedir eu esse negócio a Demétrio, ou a qualquer outro não me parece bem; porém V. Exa., que não pedirá para si, me parece que com facilidade conseguirá isso do Dr. Demétrio, que dizem ter todo o poderio sobre o Ministro Glicério.⁽⁶⁾

Sempre o mesmo,

De V. Exa.
Obrigad^{mo} e fiel amigo
(a) J. Luiz Gomes

- Notas: 1) Por missivas anteriores do mesmo Fundo, trata-se de uma empregada doméstica encomendada pela família do Visconde ao seu amigo João Luiz Gomes.
- 2) Provável referência ao Dr. Ramiro Barcelos.
- 3) Provável referência ao Dr. Demétrio Ribeiro.
- 4) Possivelmente, o Eng.^o Antão de Faria, então Superintendente das Obras Públicas do Estado.
- 5) A palavra truncada “guerre” deve corresponder a “guerreia”. O misivista queria vender sua propriedade rural das “Oveiras” ao governo federal.
- 6) Francisco Glicério, Ministro da Agricultura desde 31/1/1890.

Fundo Visconde de Pelotas

Correspondência recebida — 1890

Procedência: João Luiz Gomes — Rio Pardo

Exmo. amigo e Sr. Marechal Visconde de Pelotas

Cheguei hoje, ao meio-dia, quando recebi a carta de V. Exa., de 25 do passado, sentindo muito que nesse dia estivesse adoentado; e supondo que melhorou, porque foi no dia seguinte entregar a meu genro a grande quantia da passagem da criada e irmão.

Muito estimarei que a minha Exma. Senhora D.^a Zeferina consiga prontas melhoras na sua viagem a Belém, regressando dali com a saúde bem fortalecida.

Caminhei doze dias, e cheguei aqui com as filiações prontas para o novo alistamento de mais 104 eleitores, contando que pelo trabalho que ainda está sendo feito pelos meus velhos amigos, e pelo que eu irei continuar, nestes quatro e cinco dias, conseguirei 150 novos eleitores para reunir aos meus antigos e bons cem companheiros.

Antônio Cândido⁽¹⁾ cuida mais em pretender desacreditar-me do que no serviço da república, à qual está fazendo grande mal, porquanto organizou uma comissão executiva, na Povoação da Candelária, composta de cinco liberais, dois dos quais muito exaltados, que dizem trabalhar em favor do governo; mas tratam de fazer grandes elogios aos muitos serviços feitos por Gaspar, e Koseritz: excelente maneira de trabalhar em favor da República!!

Amanhã, ou no dia seguinte, escreverei ao amigo Sr. Marechal Frota⁽²⁾, contando-lhe essas coisas, e pedindo-lhe que seja franco comigo, visto que cada vez fico mais convencido de que Antônio Cândido tem ordens reservadas para guerrear-me, de acordo com alguns dos antigos companheiros de Domingos dos Santos; e para que não me queiram levar como tolo, desde já declaro que não entro em mais combinações com tal indivíduo, porquanto com ele não mais trocarei palavras.

Sei que (1v.) V. Exa. recebeu a minha carta do dia 23, e desejo que tenha conseguido o que nela lhe pedi.

A Chiquinha, e filha amistosamente saudam a Exma. Sra. Viscondessa, e Exma. Família, sendo eu sempre o mesmo

De V. Exa.
Obrigad^{mo} e fiel amigo
(a) J. Luiz Gomes

Rio Pardo, 7 de março de 1890

Notas: 1) Antônio Cândido Ribeiro de Andrade e Silva, prócer republicano de Rio Pardo.

2) Júlio Anacleto Falcão da Frota, então Governador provisório do Estado.

Fundo Visconde de Pelotas

Correspondência recebida — 1890

Procedência: João Luiz Gomes — Rio Pardo

Rio Pardo, 15 de junho de 1890

Exmo. amigo e Sr. Marechal Visconde de Pelotas

Cheguei bem de viagem, mas encontrei tudo mau, visto que Estêvão veio aqui realizar reunião com Antônio Cândido e companheiros, ficando resolvido guerrear “União” e prestar franco apoio aos moços.⁽¹⁾

Francisco Alves⁽²⁾ esteve aqui, mas voltou para a fazenda, donde regressará hoje ou amanhã; não assisti à reunião, porém é de presumir que deixasse tudo combinado com Antônio Cândido.

Mandarei seguir, ainda hoje, próprio a Maurício, e à vista da resposta resolverei como for conveniente.

Enviei hoje a meu cunhado Viríssimo, de S. Seppé, alguns manifestos, e disse-lhe que eu estava pertencendo à União.

O correio está aproximando-se da hora, por isso só digo que fico ansioso por notícias, e que continuarei a ser

De V. Exa.,
Fiel e obrigad^{mo} amigo
(a) João Luiz Gomes

Notas: 1) A expressão “guerrear União e prestar franco apoio aos moços” significa, obviamente, combater a União Nacional e apoiar os jovens líderes republicanos.

2) Provável referência a Francisco Alves de Azambuja, genro do missivista e importante liderança republicana de Rio Pardo, onde veio a ser Intendente.

Fundo Visconde de Pelotas
Correspondência recebida — 1890
Procedência: João Luiz Gomes — Rio Pardo

Rio Pardo, 16 de junho de 1890

Exmo. amigo e Sr. Marechal Visconde de Pelotas

Na carta de ontem disse eu a V. Exa. que se me havia assegurado que Antônio Cândido, com Estêvão Taurino, haviam tido uma reunião, e deliberado prestar todo o apoio à chapa dos moços, porque não concordavam com a “União”; fui mal informado, porquanto o Antônio Cândido veio entender-se comigo, pouco depois de haver chegado Francisco Alves, vindo da fazenda.

Antônio Cândido quis contar-me algumas histórias, que a “União” era partido monárquico, que não votaria em Bittencourt, Salgado e Domingos dos Santos, porquanto não deixaria de votar em Ramiro e alguns outros companheiros, que eu não me deveria ter comprometido tanto na “União”, que assim vinha impor a ele e companheiros como deveriam marchar, ou então fazer levantar o partido liberal do município. Respondi que sempre disse a ele e a todos que eu acompanharia a V. Exa. em todas e quaisquer circunstâncias, pelo que deveriam estar todos prevenidos; que eu não impunha coisa alguma, mas que ficava com o direito livre de fazer todo o esforço em favor do meu pensamento, desde que ele e outros quisessem seguir pensamento diverso do meu, pelo que poderiam resolver a questão como entendessem. Disse-me que hoje combinaria com Francisco Alves, mas que em todo o caso só aceitaria condição de poder dispor de alguns votos na chapa, com o que eu concordei; sendo porém obrigativos onze votos da chapa, para aqueles que não concordassem no todo dela.

À noite fui conversar com um íntimo de Francisco Alves, para ficar ele assim prevenido. O município tem alistado 1.200 e tantos eleitores, visto que com a nulidade da Costa da Serra, ficaram mais de 300 perdidos.

Já estava pronto o próprio para seguir com a carta de V. Exa., porém resolvi demorá-la por esperar pela combinação.

Estou ansioso por notícias exatas daí. Aguardo as ordens de V. Exa. de quem continuarei a ser fiel e obrigadíssimo amigo

(a) João Luiz Gomes

Fundo Visconde de Pelotas
Correspondência recebida — 1890
Procedência: João Luiz Gomes — Rio Pardo

Exmo. amigo e Sr. Marechal Visconde de Pelotas

Tenho sentido muito a falta de cartas de V. Exa.; porém conhecendo o seu grande trabalho aí, vou me resignando com essa falta.

Remeti um pacotinho com folhas de cambará, vindas das Oveiras, conforme a ordem de uma das Exmas. Senhoras suas sobrinhas.

Em política, aqui vamos mal, visto o estado de medo de que se vai possuindo o povo, e quando eu só tenho por companheiros aqui Joaquim Alves de Souza, e Major José Feliciano; contudo, depois de amanhã pretendo seguir para os distritos da Costa da Serra e Cruz Alta, regressando nestes 12 dias a esta cidade, para depois ir passear no Coito (sic).

Suponho que não haverá eleições na Costa da Serra, visto que Antônio Cândido, como Presidente da Intendência, é quem tem de nomear todos os membros das mesas eleitorais; e ontem ele disse, perante duas testemunhas — “não vê que eu sou tão tolo que me deixe derrotar pelo João Gomes, na Costa da Serra”. Ora, havendo ali só 2 eleitores republicanos e 4 companheiros de Francisco Alves, fica bem claro que Antônio Cândido comporá a mesa com esses indivíduos, que não aparecerão no dia, e assim a eleição ficará nos tinteiros. Persuado-me que procedimentos iguais terão outros presidentes de Intendências, quanto aos pontos em que se julgarem mal de companheiros para votos.

A Exma. Senhora Viscondessa, e Exma. Família, envia saudações amistosas, minha família, e eu continuarei sendo sempre

De V. Exa.

Fiel e obrigad^{mo} amigo

(a) João Luiz Gomes

Nota: Carta sem data; porém o destinatário anotou no verso: recebida em 31 de julho. O ano é 1890, sem dúvida.

Fundo Visconde de Pelotas

Correspondência recebida — 1890

Procedência: João Luiz Gomes — Rio Pardo

Exmo. amigo e Sr. Marechal Visconde de Pelotas

Vou responder a carta que V. Ex.^a me dirigiu no dia 12 do corrente mês.

Não devo poupar-me a qualquer trabalho de seu serviço, desde que disse a V. Ex.^a que, na paz, ou na guerra, na desgraça ou na ventura, eu estaria sempre a seu lado; não sou daqueles que se dizem amigos de V. Ex.^a só quando está a pessoa de V. Ex.^a no poder, com o que melhor pode distribuir favores.

O regulamento era muito indecente, mas como agora, conforme o telegrama da “Federação”, poderão haver fiscais, melhorou ele um pouco.

Não devemos nos reservar só para a futura eleição, não, porque se se abandonar no todo a de 15 de setembro, então pode-se contar ao certo que a outra será inteiramente perdida.

Eu seguirei amanhã, de madrugada, para o distrito do Couto, que tem mais de 300 eleitores, onde me demorarei uns oito dias, na esperança de fazer ali algum serviço, ainda que pouco; porém pouco é melhor do que nenhum.

O Comandante Superior, com Antônio Cândido, novo Tenente-Coronel comandante do corpo da Costa da Serra, 1) anda, há dias, com ordenanças do Corpo de polícia, trabalhando pelos distritos da Cruz Alta e Costa da Serra, distri-

buindo títulos aos amigos, e prometendo postos da G. Nal.; no entanto que ontem, e ainda hoje aqui vieram eleitores meus receberem títulos, e não o conseguiram, visto que os títulos andam viajando com o grande Sr. Comandante Superior e incomparável comandante do Corpo.

Pouco poderei fazer com Joaquim Alves e o Major José Felicianno; mas mesmo assim alguma coisa faremos, tendo mais como companheiro, no Couto, o Major João Carlos Leitão.⁽²⁾

Em poucos dias seguirá para essa Capital o meu [1v.] amigo Major José Felicianno de Paula Ribas, que irá cumprimentar a V. Ex.^a e que, por sua posição, energia e boas relações, poderá tomar a chefia do Partido aqui, porquanto Joaquim Alves está um tanto cansado, e meu Compadre João Leitão mostra-se cansadíssimo.

Minha família amistosamente saúda a Exma. Senhora Viscondessa e Exma. família, e eu sempre o mesmo

De V. Ex.^a
Fiel e obrigad^{mo}. amigo
(a)João Luiz Gomes

Rio Pardo, 17 de agosto de 1890.

- Notas: 1) Pelo Ato nº 335, de 31/07/1890, firmado pelo governador do Estado, Gen. Cândido Costa, Francisco Alves de Azambuja foi nomeado comandante superior da Guarda Nacional de Rio Pardo, com o posto de coronel; e o capitão Antônio Cândido Ribeiro de Andrade e Silva, comandante do 74º Corpo de Cavalaria.
- 2) Com o nome de João de Freitas Leitão, havia em Rio Pardo outro correligionário e amigo do Visconde de Pelotas, também signatário de cartas sobre assuntos eleitorais.

Fundo Visconde de Pelotas

Correspondência recebida — 1890

Procedência: João Luiz Gomes — Rio Pardo

Exmo. amigo e Sr. General [sic] Visconde de Pelotas,

De 30 do findo novembro é a data da última carta que recebi de V. Ex.^a, em resposta a minha do dia 25, cujo conteúdo, agora, mais que então confirmo.

Bem ao fato da discussão que houve na última reunião convocada para a casa de V. Ex.^a, e ao que diz a "Reforma" de ontem "cumpririam o dever de consagrar desde já a candidatura do Conselheiro Gaspar Silveira Martins, como indicaram as localidades que eles representam", fica mais do que clara a posição que me cumpre tomar, por assim, o exigir a minha dignidade pessoal. ⁽¹⁾

Assim pois, para tudo, tudo quanto for conveniente ao meu velho amigo eu estarei a seu lado; menos para dar qualquer passo que possa ser proveitoso ao indivíduo de que trata a "Reforma" a quem me referi. Ainda mais, os três

amigos e companheiros que pretendem trabalhar na eleição, Coronel Leitão, Major José Feliciano e Joaquim Alves são companheiros que não montarão a cavalo, e só daqui escreverão cartas, pelo que terei eu, velho de 73 anos, de andar correndo pelos distritos, e mesmo fazer algumas despesas inevitáveis; ao que já não estou disposto, desde que na reunião não ficou resolvida a questão pela maneira por que com tempo declarei. Fica pois tomada a minha definitiva resolução: “ficarei muito quietinho em minha casa”.

Meu cunhado Viríssimo disse-me, ainda ontem, que só concorda com a candidatura de V. Ex.^a, ou do general J. S. (2) Pedi [1v.] ao amigo, Sr. Tenente-Coronel Vasques, que fizesse publicar na “Reforma” a reclamação que dirigi ao governador sobre o alistamento do 4.^o distrito deste município, e que foi indeferida: se ele não concordar com isso, quando eu regressar das Oveiras, mandarei fazer a publicação no “Rio Grande”.

Amanhã, de madrugada, seguirei para as Oveiras, (3) onde me demorarei alguns dias.

A Exma. Senhora Viscondessa, e Exma. Família, a Chiquinha e filha saúdam amistosamente; e eu serei sempre o mesmo obrigadíssimo e fiel amigo
(a)J. Luiz Gomes

Rio Pardo, 14 de dezembro de 1890.

- Notas:** 1) Antigo membro do Partido Conservador, João Luiz Gomes tinha profunda incompatibilidade com o Conselheiro Gaspar Silveira Martins, recusando-se a prestar-lhe qualquer apoio.
2) José Simeão de Oliveira, Marechal do Exército e grande amigo do Marechal Câmara.
3) Como “Oveiras”, o missivista se refere repetidamente à sua propriedade rural, no interior do município.

Fundo Visconde de Pelotas

Correspondência recebida — 1891

Procedência: João Luiz Gomes, Rio Pardo

Exmo. Amigo e Sr. Marechal Visconde de Pelotas

Completam-se hoje 21 anos em que V. Ex.^a, nos campos de Aquidaban, estava repleto de prazer e de glória, por haver desfechado o golpe fatal à conclusão da guerra do Paraguai; no entanto que, hoje, é de presumir que esteja em sua casa bastante pesaroso pelo estado melindroso porque vai passando o país.

Concluída está a Constituição que nos há de governar, assim como a eleição do Generalíssimo, que só me admirou por haver ele tido noventa e tantos votos contrários, quando eu sempre pensei que esse número apenas chegaria a vinte ou trinta. Ainda estou em dúvida qual era o candidato por ele protegido para a Vice-Presidência, se seria o mesmo Floriano, eleito, ou o Waldecock [sic].

Muito agradeço a V. Ex.^a o presente que me fez, do livro, que acompanhou a sua última carta, do dia 20 do próximo findo mês.

Não vai apresentando boa esperança a eleição deste município, porque os três companheiros que me poderiam ajudar, compadre João Leitão, Joaquim Alves e José Feliciano estão um tanto quanto descansados; e há um motivo que quase a isso os impele. Como sabe V. Ex.^a, são eles Gasparistas decididos, e eu por maneira alguma poderei acompanhá-los em certos e determinados princípios, pelo que não existe dedicada confiança entre nós todos. Sem um chefe diretor a eleição não poderá marchar com vantagem; e chefe que caminhe pelos distritos, visitando os eleitores, em suas casas.

Os companheiros a que me referi não caminham, quando se torna muito necessário viajar pelo Couto, Costa da Serra, Cruz Alta, [1v.] Iruhy e mesmo Capivary. No Couto, eu caminhei em fins de agosto, quando apanhei aquela forte constipação que me perseguiu até quase fins de dezembro, estive em 180 a 200 casas de eleitores; e pelo cálculo que então fiz com o filho de meu compadre Leitão, nós poderíamos contar com 154 companheiros, e o inimigo com 190; havendo ainda muitos eleitores, do lado contrário, que se poderiam fazer mudar para a nossa causa.

Pedi muitas, e muitas vezes a meu compadre que fosse ao distrito trabalhar; mas ele só foi ali por oito dias, não saiu de casa, não visitou os eleitores, e diz que nomeou comissões para trabalhar; comissões que nada e nada farão. Quando ele para ali seguiu entreguei-lhe a lista do distrito toda anotada por mim, à vista do trabalho que eu havia feito, no entanto que ele disse a um sujeito que eu nada tinha feito, nem havia ido à casa de todos os eleitores, que são 366!

Na resolução em que se conserva o compadre, de não ir pessoalmente trabalhar no seu distrito, visitando os eleitores em suas casas, estou convencido de que a derrota ali será muito grande.

Costa da Serra — O partido liberal dali vai marchando bem, ligado com os meus amigos, pelo que conta com 70 votos de vantagem.

Cruz Alta — Parece que muito poucos do partido liberal votarão, pelo que se perderá com 20 a 25 votos.

Iruhy — Ali parece que irá bem o partido liberal, pelo que, se houver diferença, será de 2 a 3 votos para qualquer dos lados.

Capivary — Deve contar-se com 20 a 25 votos de vantagem para o lado contrário; mas a Costa da Serra dará para a diferença [2r.] que houver na Cruz Alta, Iruhy e Capivary.

No distrito da cidade deve perder-se por muitos votos, porque, tirando eu a lista dos oficiais, militares, alistados, vi que são eles 36, estando fora do Estado uns quatro ou cinco; poderão votar pelo nosso lado uns três ou quatro, se votarem, o resto será contrário.

Nas linhas dos conservadores, da Estrada de Ferro, há como vinte alistados, isto independente dos empregados das cinco Estações do João Rodrigues ao Bexiga, que todos votarão contra, assim como os empregados da Câmara, coletorias e iluminação.

O amigo Joaquim Alves está muito descansado porque diz que daí ninguém lhe conversa em eleição; e o amigo José Feliciano diz que o compadre Leitão não toma a iniciativa na luta, como chefe, pelo que ele se conserva em sua casa seguindo a marcha do chefe; o trabalho principal a fazer-se agora é nos dois distritos da cidade e Couto, mesmo porque neles existem 700 eleitores alistados.

Assim pois, fazendo, como faço, a V. Ex.^a a presente exposição, pode ficar bem prevenido para não contar com triunfo neste município, pela razão de estar o inimigo armado com todas as posições oficiais, e já haver anunciado pelo seu jornal — o Patriota —, que vão se organizar mais dois corpos de cavalaria e um esquadrão, assim como um Batalhão de Guardas Nacionais, com o que estão com esperanças de bandar [sic] de oficiais grande parte da rapaziada, de pouco pensar, que hoje vota, desde que conte 21 anos de idade. Tenho dado a V. Ex.^a uma grande maçada, mas conto exatamente o estado da eleição aqui.

[2v.] À Exma. Sra. Viscondessa e Exma. Família tanto eu, como a Chiquinha e filha, enviamos amistosas saudações; sendo eu sempre com sincera amizade

De V. Ex.^a

obrigad^{mo} e fiel amigo

(a) João Luiz Gomes

Rio Pardo, 1º de março de 1891.

Fundo Visconde de Pelotas

Correspondência recebida — 1891

Procedência: João Luiz Gomes — Rio Pardo

Exmo. amigo e Sr. Marechal Visconde de Pelotas

Recebi a carta de V. Ex.^a, do dia 17, o livro que me fez obséquio de mandar, assim como a bengala remetida por Dona Amália.

Entendo que dará em prejuízo a questão havida com Hainsel [sic], muito principalmente depois do artigo da “Reforma”.

O Barão de Kalden ⁽¹⁾ vai seguir nestes poucos dias a medir colônias no Alto Uruguai, e leva consigo não poucos companheiros para o trabalho; isso deverá motivar não pequeno desconto no serviço da colônia de Santo Ângelo, onde é ele grande influência; de mais a mais leva também em sua companhia os engenheiros Carlos Trein Filho, Sacarello, e outros trabalhadores que muita falta farão em Santa Cruz. Não haverá por aí algum meio de fazer demorar a ida dessa grande comissão para medir duas mil colônias, agora que se aproxima o inverno, em que pouco se poderá trabalhar?

Qualquer providência que se possa tomar deverá ser, com muita urgência, pois que todos estão prontos a partir. A vinda aqui do Dr. [1v.] Bittencourt ⁽²⁾ seria muito conveniente para ir passear, um ou dois dias pelo Rincão, porquanto há ali mais de 80 alemães católicos, alistados; e o Vigário nenhuma confiança merece, muito mais depois que ele seguiu para a Costa do Serra, acompanhado por Antônio Cândido.

Me parece que não se poderá prescindir da liga com Demétrio, Antão, Cassal, Osório, Victorino e companheiros; liga que poderá ser convencionalizada por enquanto, só para o ato da eleição, ficando cada uma com seu voto independente.

As cartas de V. Ex.^a, no papel que escreve, correm muito mais perigo do que se fossem escritas em papel de que geralmente usa o comércio, acho que assim viriam elas com menor desconfiança, e até haveria economia no preço dos envelopes.

Com minha família saudamos amistosamente a Exma. Sra. Viscondessa, e Exma. Família, continuando eu a ser com a mesma consideração e amizade, o

Fiel e obrigadmo. amigo

(a) João Luiz Gomes

Rio Pardo, 22 de março de 1891.

[2r.] Dia 23

Recebi a carta de ontem: responderei amanhã.

Notas: 1) Karl von Kahlden (1831-1910). Agrimensor alemão, que foi diretor da Colônia Santo Ângelo (Agudo/RS)

2) Provável referência ao Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, que foi político ligado ao Partido Conservador e, mais tarde, ao Partido Federalista.

Fundo Visconde de Pelotas

Correspondência recebida — 1891

Procedência: João Luiz Gomes — Rio Pardo

Exmo. amigo e Sr. Marechal Visconde de Pelotas

Na minha última carta, do dia 25, eu disse a V. Ex.^a que aqui ninguém queria ser incluído na chapa.

Como sempre disse a V. Ex.^a e também nas reuniões a que compareci nessa cidade, eu não voto, e nem distribuirei chapas impressas, pelo que vou pedir-lhe o obséquio de enviar-me o mais breve que puder ao menos uns 36 ou 40 nomes dos que compõem a chapa, a fim de eu ir aprontando o serviço, visto que ainda tenho de caminhar pela Cruz Alta, e Costa da Serra, e não terei tempo de escrever pouco mais de cem chapas com 48 nomes, pelo que preciso adiantar serviço, para assim nos últimos dias só ter de aumentar dez ou doze nomes em cada chapa.

Aqui estão agora cinco ou seis companheiros, da Costa da Serra: ali vai o serviço muito bem, deve-se ganhar por 80, a 90 votos, pelo que calculo que o inimigo, fará com que não se reúnam as mesas naquele distrito. Na Cruz Alta, perderemos, mas não com grande diferença.

Repito o pedido dos nomes, o mais breve possível; lembre-se V. Ex.^a que já estou velho, e não sou de ferro.

[1v.] Serei sempre com muita consideração e amizade,

De V. Ex.^a

obrigadmo e fiel amigo

(a) João Luiz Gomes

Rio Pardo, 2 de abril de 1891.

Fundo Visconde de Pelotas
Correspondência recebida — 1891
Procedência: João Luiz Gomes — RIO PARDO

Exmo. amigo e Sr. Marechal Visconde de Pelotas

Fico certo do quanto me disse V. Ex.^a em sua carta do dia 14, recebida a 24, quando para aqui regressei depois da penosa maçada de 11 seguidos dias de voltas ora para diante, ora para traz e para os lados; porém persuado-me que fiz alguma coisa; se é que os homens não nulificarem a eleição do 4.^o distrito, como tanto desejam, e onde contamos com 80 a 90 votos de vantagem. O requerimento que junto me parece que deve ser publicado aí, pedindo-se providências, com tempo, ao Governador, porquanto da maneira porque estão organizadas as mesas do 4.^o distrito, se é que elas se reunirem, os mesários que não sabem ler nem escrever o brasileiro, e um que é inteiramente surdo, não poderão fazer a apuração. O Decreto n.^o 663, de 14 de agosto, em seu art. 1.^o, diz que os juízes de paz “fiscalizarão” e “servirão”; porém não diz que “poderão fiscalizar” ou “servir”; logo, não é facultativa a disposição, mas sim terminante, pelo que o 1.^o Juiz de Paz não pode ser presidente de mesa, mas sim fiscalizar os trabalhos dela, como preceitua o citado art. 1.^o.

Rogo a V. Ex.^a que não deixe perder tal requerimento que muito necessito volte a meu poder.

Não concordo com a maneira porque estão feitas as chapas, sem residências e profissões, assim como por não [lv.] declararem que são especiais para o Congresso que tem de organizar a Constituição do Estado e nomear Governador e Vice-Governador. Principiarei amanhã a escrever as minhas que só conterão 45 ou 46 dos nomes dos da chapa; e não levarei ao excesso o meu intento, porquanto podendo eu distribuir pelos meus companheiros de 115 a 120, só farei passar metade, pouco mais ou menos.

Estou muito cansado de caminhar e escrever, mas ainda posso dizer que com minha família, apresentamos à Exma. Senhora Viscondessa e Exma. Família nossas amistosas saudações, sendo eu o mesmo

De V. Ex.^a

Fiel e obrigad^{mo} amigo

J. Luiz Gomes

Rio Pardo, 26 de abril de 1891.

FUNDO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO
Doc. nº 0171

[1r] Memória ou Exposição do estado atual de Cima da Serra e Vacaria e do Registro de Santa Vitória

O distrito de Cima da Serra faz o seu limite com a mesma e termina com a divisa do distrito da Vacaria pelo rio denominado “Antas”, que nasce do cume da dita Serra e nela se entranha, vindo então banhar o rio Tabiquari,⁽¹⁾ compreendendo o terreno pouco mais ou menos 25 a 30 léguas de comprido e 16 a 20 na maior largura; o campo é alto, coberto de pastagem e cortado de muitos e diferentes arroios, e tais que, ainda não estando de nado, impedem a passagem pela violência de suas correntes; produz com fertilidade toda a semente, e com especialidade o trigo, que não tem falhado os pretéritos anos da esterilidade em toda a Província; e é o mais análogo que se conhece na mesma para a criação de gado lanífero; fora daquele que borda a Serra na distância de 3 léguas, não cria animais sem o socorro do sal, mas com ele produz melhor que em outra qualquer parte, sendo então excelente todo o campo para inverno; é abundante de matos, mas nestes não se encontra outra madeira de construção mais que o pinheiro, que abunda em extremo.

O Povo daquele Distrito, se bem que de pouca instrução, é humilde, e como tal, suscetível a conduzir-se a qualquer partido pelo do Brasil com todo o esforço e maior empenho entre eles se encontram algumas famílias muito bem-educadas, e como tais dignas de respeito.

Há no mesmo distrito uma Companhia de Milícias, e tão mal organizada, que todavia não tem certeza a que Regimento pertença; não juraram [lv.] bandeiras e se acha incompleta, pois de oficiais só existe o Capitão.

Há no mesmo distrito um capitão de ordenanças; mas esta companhia é imaginária, ao mesmo passo que existem homens, que por sua idade só podem servir neste corpo.

Bem no cume da Serra e muito próxima à mesma, e na entrada da ridícula picada, que dá o mais terrível caminho daquele distrito para a Vila de Santo Antônio da Patrulha, se acha colocada há 60 ou 70 anos a Capela ou Freguesia de São Francisco de Paula, situada no lugar o mais impróprio, pela desigualdade do local; ali se acham construídas uma dúzia de casas cobertas de palha e um galpão malcoberto de telha, em que se celebra o Santo Sacrifício da Missa; e com efeito não haverá um só católico romano que não repare na indecência da-

quela casa, em que se exercita tão alto mistério; a experiência me fez conhecer que tal desleixo só proceda da falta de um cabeça; pois que a um pequeno convite meu, ofereceu aquele povo voluntariamente a benefício da sua igreja as esmolas constantes da relação junta, n.º 1.º, e que montam a mais de 1:000\$ de réis; existe naquele distrito um Juiz de Vintena, com seu escrivão, membros da Vila de Santo Antônio a cujos termo pertencem.

Comunica-se este distrito com o da Vacaria por via de 3 estradas, sendo a 1.ª e a mais antiga a que, procurando o círculo da Serra, vai despontar as vertentes dos rios Tainhas, Camisas e Antas, que são as mais caudalosas, e assim mesmo outros, como são Santa Anna, Santa Cruz, Caranhá, etc., que, suposto menores, todos impedem a passagem pelas violências de suas correntes, cuja descrição mal se demonstra no Plano junto, n.º 2.

Segunda estrada, denominada a do "Meio", que tem de passar aqueles primeiros três [2r.] rios mais caudalosos em altura que neles têm feito os menores sua confluência, e portanto mais perigosa a passagem, não só pela abundância e violência da água, senão maiormente por ser o seu leito um lajeado de pedras desiguais, e com profundas fendas, que dá terrível passagem aos animais.

Terceira estrada a que se denomina a do "Fundo" ou passo de Canoa, que além dos pequenos regatos tem de passar o rio Antas, que desce por meio de uma grande montanha, que se comunica com a Serra Geral, que terá de largura no lugar daquele terrível passo, quatro léguas de mato, no centro do qual se encontram alguns campestres; esta dita estrada, suposto seja a que faz o caminho mais direto para a freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria e Registro de Santa Vitória, não é contudo a mais freqüentada, não só pelo terrível passo e áspero caminho, senão maiormente pelo perigo do gentio, que tem acometido diversas vezes aos andantes, e efetivamente se encontram vestígios deles.

A freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria é situada em uma aprazível campina e dista da de São Francisco de Paula 25 a 30 léguas pelo caminho mais direto, que é o mesmo acima apontado, acometido do gentio; naquele local se encontram poucas casas de palha e meia-dúzia de moradores, e uma pequena ermida, mal-construída, em que se celebra Missa uma vez no ano, com grandíssimo incômodo do atual cura, que ora existe em São Francisco da Paula; nos subúrbios da mesma capela ou freguesia, que é colocada sobre a mesma estrada que segue do Registro de Santa Vitória para a Província de Missões, se acham alguns moradores que se têm ora ajuntado, desprezando então os seus melhores estabelecimentos por temor do gentio, os quais têm sido por muitas vezes [2v.] atacados, lançando fogo às moradas, roubando o que nelas encontram, assassinando homens e mulheres, conduzindo crianças, como há pouco aconteceu, que levaram duas filhas de José Gonçalves, uma de idade de 7 e outra de idade de 9 a 10 anos. Dista, aquela capela ou freguesia, do Registro de Santa Vitória, 15 a 16 léguas; a campanha é a de melhor vista, e os matos, de melhor madeira que os de Cima da Serra; produz o campo maravilhosamente todo o grão, e assim mesmo cria os animais, com o socorro, porém, do sal, e terá de extensão em seu comprimento 50 léguas e de largo 20, e em partes mais.

Divide-se este distrito da Vacaria com o de Cima da Serra com o rio Antas, e com a Província de Santa Catarina por outro Pelotas, que, entranhando-se por grandes matos, vai circular o Campo do Meio, desce por Missões junto ao Povo de Santo Ângelo com o nome de Ijuhi e deságua no Uruguai; o Campo do Meio é aquele que se encontra na estrada que segue para Missões entre as duas restingas de mato denominadas uma, Mato Português, que terá uma légua de largo, e outra, Mato Castelhana, que terá quatro léguas, distando de uma a outra restinga 8 a 10 léguas pouco mais ou menos, pela estrada geral; este Campo não está totalmente reconhecido, por ter grandes rincões que fazem fundo sobre o Rio Pelotas, e onde se supõem o principal alojamento do gentio, por se avistar frequentemente vestígios de fogos para aquela parte, além de outros muitos sinais que verificam a estada daqueles inimigos naquele ponto. Consiste a força armada deste extenso distrito em um companhia de milícias, em tudo semelhante à de Cima da Serra, a cargo do Tenente da mesma, sem Capitão nem Alferes, tem mais um Capitão de ordenanças, cuja companhia está por organizar; existem também ali um Juiz Vintena⁽²⁾ com seu Escrivão, e o povo [3r.] é de iguais sentimentos, e se mostram amantes ao Soberano, e muito interessados pela causa do Brasil.

É do meu rigoroso dever não deixar em silêncio o excesso com que as famílias daquele distrito me rogaram, expusesse eu na presença superior a necessidade que experimentam do pasto espiritual, a cujo fim ofereceram voluntariamente a esmolas constantes da Relação nº 3, aplicada ao reverendo que para ali for, além dos direitos paroquiais.

Faltaria também ao meu dever se deixasse de fazer saber quanto se lastima aquele povo da nenhuma providência que até o presente se tem dado para segurança das vidas e propriedades, pela maior parte abandonadas com temor do gentio; e com toda a sua rusticidade não se esqueceram clamar pelo gozo das vantagens, interesses e benefícios que devem igualmente perceber os súditos de um Soberano que ama o seu povo como filhos; comovido pois desta razão, eu me comprometi a manifestar na presença superior a sua necessidade, afixando-lhe que breve experimentariam socorro, a cujo fim eu não duvidava, nem duvido sacrificarme, como interessados na justa causa do Brasil.

O Registro de Santa Vitória, um dos pontos o mais interessante à Província, pelo seu crescido rendimento, e o mais próprio para o estabelecimento de uma capela ou freguesia, não conserva uma guarnição competente à proporção do perigoso local, que se acha no risco de ser acometido do gentio, tanto assim que a não ser o atual comandante tão reconhecido Duro, já teria sido vítima do Inimigo, que veio fazer seu alojamento na distância de uma légua daquela Guarda e onde pelo mesmo comandante foram batidos; o número de praças que faz aquela pequena guarnição são preenchidos por milicianos das companhias daquele [3v.] distritos [sic], que, mal-organizadas e pior disciplinadas, jamais se consegue o número completo do mesmo destacamento, vendo-se então aquele comandante na obrigação de patrulhar a extensa margem do Rio Pelotas, não só por motivo do inimigo que naquelas matas persistem, como pelo extravio dos direitos

nacionais, dos muitos que por alto passam por outro antigo caminho, onde é indispensável uma Guarda para prevenir tal prejuízo. A estrada por que se comunicam os habitantes de Serra-cima, e ainda mesmo os de Lages, é uma antiga picada que vem sair próximo à Vila de Santo Antônio da Patrulha, nesta jamais houve o menor benefício e nenhuma providência; tanto assim que a vereda por onde se transita tem sido feita pelos encontros dos muitos animais vacuns e cavallares que ali têm passado, sendo ao mesmo tempo aquela estrada precisa, não só a benefício daqueles habitantes, como também ao giro do negócio.

A rigorosa estação chuvosa em que transitei pelo distrito de Cima da Serra e Vacaria me não deu lugar a fazer outras observações mais que as que tem a honra levar à presença de V. Exa. o súdito de V. Exa.

Porto Alegre, 2 de julho de 1824.

O Coronel Manoel Carneiro da Silva e Fontoura

Notas: (1) Forma antiga de Taquari.

(2) Juiz de vintena ou juiz vintenário, designado pelas câmaras municipais, para dirimir pequenas causas em localidades onde existissem, pelo menos, vinte domicílios.

Anexo ao doc. nº 0171

Cópia

Explicação da planta do distrito da Vacaria.

A extensão deste distrito, de seus pontos divisórios A e B, fica entre 40 e 45 léguas, sua largura de * [SIC] determinada pelos dois rios, de Pelotas e das Antas. O 1º é a linha divisória da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, este rio vem a ser as cabeceiras do Uruguai, suas margens são montanhosas e habitadas pelos gentios Coroados. As margens do Rio das Antas são igualmente montanhosas, e a margem oposta ao distrito é habitada pelos gentios Botocudos, o distrito é montanhoso em parte, e os matos na maior parte são compostos de pinheiros, os campos são nutritivos, relativamente aos animais, e nas partes mais baixas precisa auxílio de sal, seu clima é saudável, o inverno áspero por causa das neves que chega a derrubar os matos e cobrir os postos dos animais, regela as águas paradas, água regelada na atmosfera precipita-se em forma de pedras, algumas de mais de uma e meia onça de peso, seus terrenos são vantajosos para a cultura, mas esta tem sido pouco animada. — Quartel do Registro de Santa Vitória, 10 de fevereiro de 1824. — Elisbão Lopes Duro.

Está conforme

(ass.) Elisbão Lopes Duro

* A palavra “de”, que no caso não faz sentido, deve decorrer de erro de cópia, correspondendo provavelmente, no original, a “hé”, forma arcaica de “é”.